

A INFLUÊNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA: uma análise das decisões financeiras acerca da percepção dos discentes



ISBN: 978-85-5597-101-3

**A Influência da Educação Financeira: Uma Análise das Decisões Financeiras Acerca da
Percepção dos Discentes**

**Cristiane Gomes Silva
Josicleide de Amorim Pereira
Cícero de Sousa Lacerda**
(Organizadores)

Instituto de Educação Superior da Paraíba - IESP

Cabedelo
2019



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DA PARAÍBA – IESP

Diretora Geral

Érika Marques de Almeida Lima Cavalcanti

Diretora Acadêmica

Iany Cavalcanti da Silva Barros

Diretor Administrativo/Financeiro

Richard Euler Dantas de Souza

Editores

Cícero de Sousa Lacerda

Hercilio de Medeiros Sousa

Jeane Odete Freire Cavalcante

Josemary Marcionila Freire Rodrigues de Carvalho Rocha

Corpo editorial

Antônio de Sousa Sobrinho – Letras

Daniel Vitor da Silveira da Costa – Publicidade e Propaganda

Hercilio de Medeiros Sousa – Computação

José Carlos Ferreira da Luz – Direito

Marcelle Afonso Chaves Sodré – Administração

Maria da Penha de Lima Coutinho – Psicologia

Rafaela Barbosa Dantas – Fisioterapia

Rogério Márcio Luckwu dos Santos – Educação Física

Thiago BizerraFideles – Engenharia de Materiais

Thiago de Andrade Marinho – Mídias Digitais

Thyago Henriques de Oliveira Madruga Freire – Ciências Contábeis

Copyright © 2019 – Editora IESP

É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998) é crime estabelecido no artigo 184 do Código Penal.

O conteúdo desta publicação é de inteira responsabilidade do(os) autor(es).

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Padre Joaquim Colaço Dourado (IESP)

I43 A influência da educação financeira: uma análise das decisões financeiras acerca da percepção dos discentes [recurso eletrônico] / organizadores, Cristiane Gomes Silva, Josicleide de Amorim Pereira, Cícero de Sousa Lacerda. - Cabedelo, PB: Editora IESP, 2019.
101 p.

Formato: E-book

Modo de Acesso: World Wide Web

ISBN: 978-85-5597-101-3

1. Finanças. 2. Educação financeira. 3. Finanças pessoais. I. Silva, Cristiane Gomes. II. Pereira, Josicleide de Amorim Pereira. III. Lacerda, Cícero de Sousa. IV. Título

CDU: 336

Bibliotecária: Angélica Maria Lopes Silva – CRB-15/023

Editora IESP

Rodovia BR 230, Km 14, s/n,
Bloco Central - 2 andar - COOPERE
Morada Nova. Cabedelo - PB.
CEP 58109-303

APRESENTAÇÃO DOS ORGANIZADORES E AUTORES

Cristiane Gomes da Silva

Possui Mestrado em Ciências Contábeis pelo Programa Multiinstitucional e Inter-regional de Pós-graduação em Ciências Contábeis - UnB / UFPB / UFRN pela Universidade de Brasília (2010). Especialista em Auditoria Contábil e Fiscal pelo Instituto de Educação Superior da Paraíba – IESP. Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB. Atualmente é docente no curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB.

Josicleide de Amorim Pereira Moreira

Doutoranda do Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal da Paraíba - UFPB. Possui mestrado em Gestão nas Organizações Aprendentes pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB. Especialista em Contabilidade e Controladoria pelo Centro Universitário de João Pessoa - UNIPÊ. Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB. Atualmente é docente no curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Alagoas - UFAL.

Cícero de Sousa Lacerda

Doutorando do Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal da Paraíba - UFPB. Mestre em Recursos Naturais pela Universidade Federal de Campina Grande - UFCG. Especialista em Ciências Ambientais pela Faculdade Integrada de Patos - FIP. Possui graduação em Turismo com ênfase em Hotelaria pela Associação Paraibana de Ensino Renovado. Atualmente é professor e coordenador do curso de Turismo do Instituto de Educação Superior da Paraíba – IESP, e coordenador de Pesquisa, Extensão e Responsabilidade Social do Instituto de Educação Superior da Paraíba – IESP.

APRESENTAÇÃO DOS DEMAIS AUTORES

Raul Bizerra de Freitas

Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB.

Thaizy Farias Soares

Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB.

Tharliane Alexandre dos Santos

Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB.

PREFÁCIO

Atualmente o país tem passado por profundas modificações, as quais ensejam controle mais exequível acerca das finanças pessoais, visto que tais mudanças têm atingindo de maneira excessiva os orçamentos domésticos dos brasileiros de um modo geral.

Tal controle só é possível mediante a aquisição de conhecimentos financeiros, pelos quais se possibilita compreender a dinâmica das entradas e saídas de recursos que afetam o orçamento doméstico familiar.

Nesse sentido, nos últimos anos houve um acréscimo de interesse por parte dos brasileiros no que tange a obter conhecimentos para administrar melhor suas próprias finanças, visto que por meio destes é possível realizar um equilíbrio entre o que se ganha, em termos de rendimentos, e o que efetivamente se gasta.

A mídia contribui para que os cidadãos compreendam a necessidade de manter um controle financeiro pessoal, de modo a possibilitar a tomar melhores decisões em termos de poupar, de investir e até mesmo no sentido de quitar as dívidas pendentes. Contudo, remete-se a situações pontuais que não dão conta da amplitude e da complexidade que envolve as questões de finanças pessoais.

Parece claro afirmar que o conhecimento financeiro é uma questão *sine qua nom* para se entender a dinâmica da saúde financeira pessoal. E por assim ser, faz-se necessário que políticas públicas sejam implantadas no sentido de que os brasileiros possam adquirir tais conhecimentos no decurso de sua formação, seja na educação infantil, na fundamental, no ensino médio, ou no ensino superior.

Para tanto, várias ações estão sendo realizadas vislumbrando-se a implantação da educação financeira para todas as fases de formação do indivíduo, mas ainda são mínimas, já que as estatísticas comprovam que parte da população brasileira permanece sem instrução financeira e sem habilidade para lidar com o dinheiro, ou seja, sem saber administrar suas necessidades financeiras cotidianas.

Dada à importância da educação financeira para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil, ampliar debates acerca dessa temática, certamente, contribuirá para o incremento de pesquisas que contemplem tais vias.

Assim, propõe-se com este livro divulgar os resultados de pesquisas realizadas por alunos, do curso de Ciências Contábeis, da Universidade Estadual da Paraíba, *Campus VI*, sendo editado a partir dos Trabalhos de Conclusão de Curso que envolvem essa temática.

No capítulo 1, Raul Bizerra de Freitas e Cristiane Gomes da Silva, abordam sobre a educação financeira a partir de uma análise da percepção dos alunos de uma universidade pública da Paraíba no tocante as decisões financeiras.

Já no capítulo 2, Thaizy Farias Soares, Josicleide de Amorim Pereira Moreira e Cícero de Sousa Lacerda, discorrem acerca de finanças pessoais por meio de uma análise das decisões financeiras dos alunos do ensino médio de uma escola pública do município de São José do Egito – PE.

Por fim, no capítulo 3, Tharlíane Alexandre dos Santos e Cristiane Gomes da Silva, dissertam sobre a influência da educação financeira na administração das finanças baseadas em uma análise das decisões financeiras dos acadêmicos de Ciências Contábeis em instituições de ensino superior pública da Paraíba.

SUMÁRIO

C A P Í T U L O	EDUCAÇÃO FINANCEIRA: UMA ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS ALUNOS DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA DA PARAÍBA NO TOCANTE AS DECISÕES FINANCEIRAS - Raul Bizerra de Freitas e Cristiane Gomes da Silva	11
1	1 INTRODUÇÃO	11
	2 REFERENCIAL TEÓRICO	15
	3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	17
	4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	19
	4.1 PERFIL DOS RESPONDENTES	19
	4.2 DECISÕES DE CONSUMO / INVESTIMENTO E POUPANÇA	22
	4.3 NÍVEL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA DOS RESPONDENTES	27
	5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
	REFERÊNCIAS	35
C A P Í T U L O	1	
	FINANÇAS PESSOAIS: UMA ANÁLISE DAS DECISÕES FINANCEIRAS DOS ALUNOS DO ENSINO MÉDIO DE UMA ESCOLA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO EGITO/ PE NO ANO DE 2018 - Thaizy Farias Soares; Josicleide de Amorim Pereira Moreira e Cícero de Sousa Lacerda	39
	1 INTRODUÇÃO	39
	2 REFERENCIAL TEÓRICO	42
	2.1 EDUCAÇÃO FINANCEIRA	42
	2.2 EDUCAÇÃO NA ESCOLA	45
	2.3 FINANÇAS PESSOAIS	47
	3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	48
	4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	50
	4.1 PERFIL DOS ESTUDANTES	50
	4.2 DECISÕES DE CONSUMO	53
	4.3 NÍVEL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA DOS RESPONDENTES	58
	5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
	REFERÊNCIAS	65
C A P Í T U L O	A INFLUÊNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA ADMINISTRAÇÃO DAS FINANÇAS: UMA ANÁLISE DAS DECISÕES FINANCEIRAS DOS ACADÊMICOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PÚBLICA DA PARAÍBA NO PERÍODO DE 2015-2016 - Tharliane Alexandre dos Santos e Cristiane Gomes da Silva	68
	1 INTRODUÇÃO	68
	1.1 OBJETIVOS	70
	1.2 JUSTIFICATIVA	70
	1.3 ESTUDOS CORRELATOS	71
	1.4 CONTRIBUIÇÕES ESPERADAS	73
	2 REFERENCIAL TEÓRICO	74

	2.1 EDUCAÇÃO FINANCEIRA	74
	2.2 PLANEJAMENTO FINANCEIRO	76
3	2.3 FINANÇAS PESSOAIS	78
	3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	80
	4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	83
	4.1 PERFIL DOS RESPONDENTES	83
	4.2 DECISÕES DE CONSUMO / INVESTIMENTO E POUPANÇA	85
	4.3 NÍVEL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA DOS RESPONDENTES	90
	5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
	REFERÊNCIAS	98

CAPÍTULO 1	EDUCAÇÃO FINANCEIRA: UMA ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS ALUNOS DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA DA PARAÍBA NO TOCANTE AS DECISÕES FINANCEIRAS Raul Bizerra de Freitas Cristiane Gomes da Silva
-----------------------	--

1 INTRODUÇÃO

O processo de tomada de decisão está inserido tanto no âmbito pessoal quanto no profissional. Fatores como, taxa de juros, inflação, crédito, investimentos entre outros assuntos que envolvem a área financeira, vem afetando grande parte da população, pois essas estão alheia a esses conhecimentos e dessa forma continuam a tomar suas decisões a partir da experiência, sem um planejamento prévio, e como consequência contribuindo para o aumento do percentual de endividados (LUCENA; MARINHO, 2013).

Desse modo, questões dessa natureza vêm impactando diretamente nas decisões econômicas de toda sociedade, alterando tanto os setores empresariais como nas resoluções ligadas ao planejamento financeiro (MEDEIROS; LOPES, 2014).

A necessidade financeira passou a demandar maior busca por informações atualizadas de forma que pudesse oferecer uma base segura para tomarem decisões financeiras de forma fundamentada e com menos risco.

Essa necessidade pode ser suprida diante de uma educação financeira que é capaz de proporcionar conhecimentos que auxiliará na correta administração das finanças, propiciando ainda um melhor desempenho e organização das receitas e despesas de tal forma que se possa tomar decisões eficazes quanto ao uso e aplicação dos recursos visando não só acontecimentos presentes como futuros.

Kiyosaki e Lechter (2000), contribuem no sentido de que fundamentos financeiros é uma temática que acompanhará o indivíduo durante toda sua trajetória. É um dos fatores importantes para aqueles que desejam ter uma saúde financeira equilibrada e tranquila.

Segundo Vieira, Bataglia e Sereia (2011), no Brasil alguns segmentos públicos e privados contribuem para a formação do indivíduo nessa temática, mas ainda distante da

transferência de conhecimentos financeiros necessários a decisões de mercado e de negócios por parte da população.

Esforços que venham demonstrar a relevância da área financeira entre a população proporcionarão decisões fundamentadas e seguras com relação às finanças pessoais de toda população. Ressalta-se que criar uma afinidade benéfica com o dinheiro desde cedo facilita na aptidão de um futuro financeiro garantido e com isso obtenção de uma melhor qualidade de vida (CORREIA; LUCENA; GADELHA, 2014).

Medeiros e Lopes (2014), apontam que esta educação passou a ser um assunto de política pública nacional, pois, a sociedade tem abarcado a ideia de que o ensino de finanças pessoais nas escolas é um fator fundamental para melhorar os problemas de endividamento enfrentados por grande parte da população mundial e assim se tornando cada vez mais evidente que as decisões financeiras individuais vem afetando coletivamente a economia nacional.

Diante das considerações acima apresentadas, a presente pesquisa se propõe a verificar o seguinte questionamento: **Qual a percepção dos alunos dos cursos de Administração, Economia e Ciências Contábeis de uma universidade pública da Paraíba no que diz respeito à educação financeira e atitudes em relação as decisões financeiras?**

Diante do exposto, o objetivo dessa pesquisa está direcionado a identificar a percepção dos alunos dos cursos de Administração, Economia e Ciências Contábeis de uma universidade pública da Paraíba no que diz respeito à educação financeira e atitudes em relação as decisões financeiras. Mas, para alcançá-lo, foram traçados os seguintes objetivos específicos: (i)apresentar o perfil socioeconômico da população analisada; (ii) discutir a percepção dos acadêmicos dos cursos pesquisados acerca das decisões financeiras; (iii) apresentar o nível de conhecimento com relação à educação financeira.

A presente pesquisa justifica-se no sentido de que a educação financeira é um tema muito presente na vida das pessoas, e por ser ainda pouco discutido pela população brasileira, por despertar pouca atenção nos meios acadêmicos e pela necessidade de ampliar o desenvolvimento do conhecimento refletido por grande parte da sociedade e ainda pelo baixo número de publicações científicas relacionadas ao tema.

Diversos segmentos tanto da iniciativa privada como da pública têm sinalizado a necessidade de capacitar financeiramente cada vez mais os cidadãos. Pinheiro (2013) relata que a educação financeira se faz importante em todas as fases da vida, na infância para

compreender a importância do dinheiro, na juventude onde permite viver de forma independente, e na vida adulta que permite a realização de sonhos e o sustento da família.

Teixeira (2015), corrobora no sentido de que se construa a cultura da competência financeira, focando aspectos importantes do planejamento financeiro pessoal, como a poupança e a aposentadoria, o endividamento, entre outras variáveis que possam contribuir a formação do cidadão financeiramente instruído.

Determinadas ações tem sido tomadas pelo governo federal através do decreto de nº 7.397 de dezembro de 2010, que instituiu a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), onde essa tem como proposta a inclusão da educação financeira como tema a ser trabalhado nas escolas sendo desenvolvida com bases nas Diretrizes Curriculares.

De acordo com Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil, 2016), aproximadamente 40 % da população se encontram endividados, ou seja, praticamente 60 milhões de devedores em todo país. Esse resultado negativo deve continuar crescendo nos próximos meses, em razão do atual cenário da economia e do aumento do número de desempregados, e assim, dificultando ainda mais o pagamento em dia dos compromissos financeiros.

Teixeira (2015), ressalta outra variável que contribui para o aumento desse cenário, o acesso ao crédito fácil, onde esse implica em acúmulo de dívidas e descontrole da vida financeira. Assim, o consumo deve ser planejado e analisado, além disso, o crédito fácil pode “mascarar” taxas de juros abusivas presentes nos financiamentos que provocarão níveis de endividamento ainda maior.

Diante os dados apresentados acima, destaca-se a importância da propagação da cultura da educação financeira desde o início dos anos escolares, despertando assim, desde os primórdios interesses por informações financeiras a respeito de hábitos de poupança, investimentos, consumo consciente e planejamento de finanças pessoais, além de orientar a importância destes conceitos para o desenvolvimento da economia do país. Vale salientar ainda, que a ausência desses conhecimentos levam com facilidade ao endividamento dos indivíduos, e o resultado é, quase sempre, a perda da qualidade de vida.

No intuito de contribuir com o tema discutido, são apresentados alguns estudos realizados anteriormente, dentre eles, destacam-se os realizadas por Lucena e Marinho (2013), Medeiros e Lopes (2014), Teixeira (2015) e Potrich, Vieira e Kirch (2015).

A pesquisa de Lucena e Marinho (2013), identificou os fatores condicionantes nas decisões financeiras dos estudantes do 3º ano do ensino médio. A pesquisa mostrou que o

nível de conhecimento financeiro dos alunos é baixo quanto a rendimentos futuros, liquidez de investimento, juros de cartão de crédito e financiamento, o que é compreensível já que este conteúdo não é visto em sala de aula e a maior parte dos discentes adquire este tipo de saber dos pais que por sua vez, a grande maioria não finalizaram o ensino fundamental.

O Trabalho de Medeiros e Lopes (2014), teve por objetivo verificar o comportamento dos alunos do Curso Ciências Contábeis de uma Instituição de Ensino Superior privada de Santa Maria – RS, no que diz respeito às suas finanças pessoais. Ao final da pesquisa os resultados evidenciaram que a maioria dos alunos pesquisados demonstrou ter consciência dos rendimentos ganhos, bem como saber lidar com suas finanças pessoais. Salienta-se ainda que, geralmente, costumam pagar as suas compras à vista, utilizando o dinheiro como forma de pagamento.

A pesquisa de Teixeira (2015), teve como objetivo averiguar o letramento financeiro dos professores que ministram aulas de matemática financeira no Ensino Médio. A hipótese levantada é a de que a educação financeira só pode ser ensinada nas escolas por meio de um corpo docente devidamente letrado financeiramente. Para desenvolver esse trabalho, foi realizada uma pesquisa de campo envolvendo 30 questões, aplicada a um grupo de 161 professores que ministram a disciplina de matemática, abordando, portanto, a matemática financeira, em diferentes cidades do Estado de São Paulo. A metodologia utilizada foi a Análise Estatística Implicativa (ASI) que buscou responder a seguinte questão: Será que os professores, bacharéis ou licenciados em matemática, que ministram a disciplina de matemática financeira no Ensino Médio, estão devidamente letrados financeiramente ao nível necessário para os propósitos da Estratégia Nacional de Educação Financeira? A partir do exame de árvores de coesão e grafos implicativos, suportados por ferramentas de estatística descritiva, foi possível responder a nossa questão de pesquisa

O trabalho de Potrich, Vieira e Kirch (2015), teve como objetivo desenvolver um modelo que explique o nível de alfabetização financeira dos indivíduos a partir de variáveis socioeconômicas e demográficas. Utilizou um indicador do nível de alfabetização financeira, através de uma medida que considera três atributos: atitude financeira, comportamento financeiro e conhecimento financeiro. Como resultado, constatou-se que a maioria dos pesquisados foi classificada como tendo um baixo nível de alfabetização financeira. Tais conclusões ratificam a urgência e a necessidade de desenvolver ações efetivas para minimizar o problema do analfabetismo financeiro. De modo especial,

sugere-se que os maiores esforços sejam empreendidos para atingir os indivíduos do gênero feminino, com dependentes e baixos níveis de escolaridade e renda. Essa identificação pode ser útil, por exemplo, para auxiliar os diversos agentes econômicos na confecção de estratégias e produtos financeiros adequados ao perfil de seus clientes. Do ponto de vista governamental, pode permitir, por exemplo, identificar os grupos mais vulneráveis e, com isso, focar ações para melhoria do nível de alfabetização financeira desses grupos específicos.

A presente pesquisa realça sob a perspectiva da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2004), onde a mesma acrescenta que é constante a busca por educação financeira atrelada ao desenvolvimento dos mercados financeiros, justificada pelas alterações de ordem demográfica, econômica e política.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico - OCDE (2005), define a educação financeira como o modo pelo qual as pessoas adquirem e desenvolvem aptidões práticas e necessárias de forma que se assegure o seu bem-estar financeiro. A educação financeira pode ser vista como um opção de planejamento para aqueles que estão engajando no mercado de trabalho, ou seja, pode beneficiar a todas as pessoas, sem restrição de renda.

Nesse sentido, informações financeiras são vistas como algo indispensável para o entendimento do cenário atual financeiro, pois no passado esse tipo de conhecimento era exigido apenas para pessoas que trabalhavam com esse segmento.

É a forma pela qual as pessoas adquire o controle essencial quanto ao uso dos recursos disponíveis, e assim mantendo uma administração essencial para gerenciar suas próprias finanças.

Vieira, Bataglia e Sereia (2011), complementam que a educação financeira desenvolve aptidões que facilitam decisões adequadas e fazer boa gestão de suas finanças pessoais. Assim, esse tipo de educação almeja criar e transmitir informações financeiras de forma a proporcionar aos indivíduos a capacidade de distinguir entre as principais vantagens e riscos de suas escolhas, dando-lhe a percepção de que seu bem estar financeiro influencia no bem estar econômico da sociedade.

Gadelha, Lucena e Correia (2014, p.3),

Corroboram com os autores acima, onde entendem por educação financeira, o cidadão comum, enquanto consumidor e potencial investidor que vai adquirindo todo um conjunto de conhecimentos que lhe permite desenvolver de um misto de capacidade e confiança para se tornar mais atento a risco e oportunidades financeiras, onde proporciona uma tomada de decisões consciente, conduzindo ao seu bem estar financeiro.

A Educação Financeira é um instrumento imprescindível na gestão financeira, onde requer o desenvolvimento de competências para controlar, analisar, planejar e simular as informações financeiras para uma eficiente tomada de decisões.

Os autores Verdinelli e Lizote (2014, p. 5), “destacam que o valor da educação financeira compreende a inteligência de ler e interpretar números, utilizando informações para organizar um planejamento financeiro que garanta um consumo saudável e um futuro equilibrado nas finanças pessoais”.

A maioria da população brasileira possui a crença de que planejamento financeiro é algo que apenas as empresas devem realizar, motivo este que pode ser justificado pelo fato de o tema ser pouco explorado. Este é um direcionador de caminhos, sendo considerado como um aspecto indispensável entre as atividades das empresas e famílias, pois ele guia, coordena e controla as ações para atingir seus objetivos (GITMAN, 2004).

O planejamento financeiro pode ser compreendido como a capacidade de organizar os recursos de forma a atingir diferentes trechos de maneira a adaptá-los de forma lógica, sequencial e eficaz (SANTOS, 2009).

De acordo com Ross (2011), o planejamento financeiro formaliza o método pelo qual as metas financeiras tanto das empresas quanto das famílias devem ser alcançadas.

Assim, esse planejamento não difere do planejamento seguido nas mais variadas organizações, já que em ambos os casos, planejar é seguir uma estratégia concisa e determinada e conduzida para a conglobação de bens e valores que resultarão na formação do patrimônio, seja este, de um empreendimento, família, instituição ou pessoa. Sendo essa tática a curto, médio ou longo prazo. Não sendo tarefa essa fácil de ser realizada, uma vez que pode sempre ocorrer imprevistos e inseguranças, entre muitos outros fatores que venham a influenciar nessa jornada, onde apenas os indivíduos com conhecimentos e capacidades de discernimento e decisão alcançarão o objetivo almejado, ou seja, a independência tanto no âmbito econômico quanto no financeiro (BITENCOURT, 2004, p. 53).

A utilização de informações através do planejamento financeiro garante um controle equilibrado nas finanças pessoais. Auxilia os indivíduos a planejarem um futuro

satisfatório de renda, além de saber preparar estimativas ajustadas de acordo com as suas reais capacidades financeiras.

Galvão *et al.* (2004, p. 4), destaca os principais benefícios do planejamento financeiro pessoal:

- Controle das finanças evitando problemas financeiros como dívidas e falta de recurso;
- Estabelecimento de metas e o planejamento de aquisições de médio e longo prazo;
- Alcance de objetivos com a realização de metas econômicas;
- Conhecimento em relação aos ganhos e às maneiras de poupar, em formas de gastar adequadamente e em como investir;
- Fornecimento de direção e sentido para tomada de decisão quanto aos investimentos;
- Favorecimento à maximização da riqueza pessoal.

Diante deste cenário, ressalta-se que seja dado um tratamento específico a maneira como a população vem se comportando frente as decisões financeiras, onde estas podem contribuir para que problemas como: a inadimplência, falta de capacidade de planejamento, entre outras situações adversas possam comprometer ainda mais o atual estado da economia brasileira.

Pode-se afirmar que planejar é a forma mais prática, objetiva e segura de manter as finanças em ordem e fora de risco, transformando esses riscos em novas oportunidades e retornos mais amplos desses investimentos.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta seção são descritos os procedimentos metodológicos adotados para a realização desta pesquisa. No que diz respeito à classificação científica, quanto aos objetivos, esta pesquisa classifica-se como descritiva, uma vez que buscou descrever a percepção dos alunos dos cursos de Administração, Economia e Ciências Contábeis de uma universidade pública da Paraíba no que diz respeito à educação financeira e atitudes em relação as decisões financeiras. Assim, de acordo com Gil (2008, p. 28):

As pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais

significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados.

Quanto aos meios ou procedimento técnicos utilizados, pode-se classificar esta pesquisa como um levantamento e bibliográfica.

A pesquisa de Levantamento para Gil (2008) se caracteriza pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecerem, em que são solicitadas informações a um determinado grupo de pessoas acerca de um problema, mediante análise quantitativa, obtendo com isso conclusões aos dados que vierem a ser coletados.

Quanto ao método bibliográfico, este abrange a bibliografia já tornada pública em relação ao tema estudado, desde publicações avulsas, revistas, livros, relatórios de pesquisas, etc. [...] “Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto [...]”. (MARCONI; LAKATOS, 2007, p. 185).

Para realização da coleta de dados foi utilizado o questionário, em que Marconi e Lakatos (2007, p. 203) relatam ser “um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito [...]”. Assim, o questionário foi aplicado aos alunos iniciantes e concluintes dos cursos de Administração, Economia e Ciências contábeis de uma universidade pública da Paraíba, durante os meses de fevereiro e março de 2017. Vale salientar que a segregação por semestre teve o objetivo de averiguar as diferentes percepções sobre o tema, à medida que o aluno aprofunda os seus conhecimentos acadêmicos ao longo da graduação, e se esse fator o influencia na administração de suas decisões.

A população estimada total das turmas, com base na quantidade de alunos matriculados, era de 499 alunos. A amostra foi composta por 287 discentes, entre iniciantes e concluintes dos referidos cursos citados acima. A pesquisa é não probabilística, e que a quantidade de entrevistados não corresponde ao total de estudantes matriculados nos cursos, pelo fato de na data da aplicação do questionário alguns alunos não se encontravam em sua totalidade ou se recusaram a responder.

Vale lembrar que os quesitos foram adaptados dos trabalhos de Vieira, Bataglia e Sereia (2011) e Barros (2009).

As informações foram tratadas com a utilização do programa Microsoft Excel, com o intuito de tabular os dados, na medida em que foram coletados levando-se em consideração instituição que por sua vez possui curso de Ciências Contábeis com turmas

reconhecidas pelo Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), que é integrado ao Sistema Nacional de Avaliação de Educação Superior (Sinaes), na qual é avaliado o rendimento de estudantes de graduação.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta etapa, apresentam-se os resultados e discussões dos dados obtidos através da aplicação dos questionários a amostra investigada, composta integralmente pelos alunos que estão cursando o primeiro e último período dos cursos de Administração, Economia e Ciências contábeis de uma universidade pública da Paraíba. O mesmo está dividido em três seções, sendo a primeira: o perfil dos respondentes; seguido pela seção que aborda os conhecimentos relacionados a decisões de consumo, investimento e poupança; e por último a análise do nível de educação financeira dos respondentes.

4.1 PERFIL DOS RESPONDENTES

A tabela 1 apresenta os principais resultados obtidos dos respectivos respondentes com relação às informações sócio-demográficas: faixa etária; sexo, estado civil, período que está cursando, se exerce atividade remunerada, fonte de renda e renda líquida.

Variável	N	%	Perfil
Faixa etária			
17 a 23	177	61,7	17 a 23 anos
24 a 29	66	23	
30 a 35	24	8,4	
36 a 41	11	3,8	
42 a 47	5	1,7	
48 acima	4	1,4	
Sexo			
Masculino	170	59,2	Masculino
Feminino	115	40,1	
Não soube responder	2	0,7	
Estado civil			
Solteiro	232	80,8	Solteiro
Casado/união estável	53	18,5	
Separado/Divorciado	1	0,35	
Viúvo	1	0,35	
Qual curso			
Administração	90	31,4	Contabilidade
Contabilidade	103	35,9	
Economia	94	32,7	
Período			

Primeiro	161	56,1	Primeiro
Último	126	43,9	
Atividade remunerada			
Sim	161	56,1	Sim
Não	126	43,9	
Fonte de renda			
Emprego formal	103	35,9	Emprego formal
Emprego informal	21	7,3	
Estágio remunerado	32	11,2	
Não trabalha	102	35,5	
Outros	29	10,1	
Renda líquida (R\$)			
Até 500	56	19,5	Até 1000
501 a 1000	80	27,9	
1001 a 1500	45	15,7	
1501 a 2000	29	10,1	
Acima de 2001	47	16,4	
Não soube responder	30	10,4	

Tabela 1 – Dados referentes ao perfil dos respondentes.

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Com base nos dados evidenciados na tabela 1, percebe-se que a maioria dos respondentes (61,7%), apresentam-se com idades entre 17 e 23 anos. Ressalta-se que esse percentual se aproxima com os resultados divulgados pelo IBGE (2015), onde estudantes de 18 a 24 anos que frequentavam ensino superior no Brasil representavam 58,5% do total dos estudantes dessa faixa etária em 2014. Destaca-se ainda, que esse percentual é 25% maior que o de dez anos atrás segundo o mesmo órgão citado acima. Destaca-se ainda, que esse aumento no percentual de estudantes cursando nível superior foi registrada em todas as regiões brasileiras, como, por exemplo no Sul, a proporção subiu de 50,5% para 72,2% no período pesquisado, enquanto no Norte, o percentual subiu de 17,6% para 40,2%. O maior crescimento, de 29,1 % foi verificado no Nordeste, onde a proporção passou de 16,4% para 45,5%.

Em relação ao gênero, 59,2% são do sexo masculino enquanto que 40,1% são do sexo feminino. Pode-se observar que há uma certa vantagem em relação ao sexo masculino.

Quanto ao estado civil, percebeu-se que a maioria dos respondentes (80,8%) afirmaram estarem solteiros. Percentual este, que pode ser entendido pelo fato de se constatar segundo a variável anterior um perfil juvenil entre os respondentes que na grande maioria apresentaram idade entre 17 a 23 anos.

Na análise dos respondentes com relação ao curso que estão cursando, foi possível detectar um percentual de 35,9% para os estudantes de Contabilidade, 32,7% para os estudantes de Economia e por fim 31,4% para os estudantes de Administração. Ou seja, um percentual considerado próximo entre os cursos.

Em relação ao período, foi possível verificar que 56,1% dos respondentes estão cursando o primeiro ano da universidade, sendo 43,9% o último período. Destaca-se um percentual considerado próximo entre os alunos entrantes e concluintes entre os cursos pesquisados. Percentual esse, relevante para a instituição, pois os alunos iniciantes estão conseguindo concluir o curso dentro do prazo estabelecido pela instituição, visto que o número de alunos ingressantes está próximo dos que irão deixar a instituição.

A característica “estudo e trabalho” está presente em boa parte dos alunos, onde 56,1% dos respondentes possuem atividade remunerada contra 43,9% que não exercem nenhum tipo de atividade. Segundo última pesquisa realizada pelo censo (2014), divulgado pelo governo federal mostrou que 63% dos estudantes do ensino superior, estudam e trabalham para se manterem na universidade, pois esse é um desafio contra o cansaço, o sono e a vontade de desistir.

Quanto à fonte de renda, observou-se que 64,5% dos respondentes possuem algum tipo de renda, sendo que destes, 35,9% representados pelo emprego formal, 11,2 % pelo estágio remunerado, 10,1% ligados a outras fontes de ocupação e 7,3% ao emprego informal. Destaca-se o baixo percentual para os empregos formais, fato esse justificado pela atual crise que o país vem enfrentando devido a fatos “desestruturantes” que vem acarretando diretamente a economia mundial e com isso afetando diretamente o mercado de trabalho, onde o número de empregos formais no Brasil recuou 1.321.994 em vagas em 2016, segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged, 2017) pelo Ministério do Trabalho. O resultado no ano é o saldo de 14.738.646 admissões contra 16.060.640 demissões no período. Ainda segundo o mesmo órgão, o Brasil só irá recuperar o nível de estoque de empregados formais a partir de 2021, em relação ao final de 2014, quando o país vivia uma situação considerada de quase pleno emprego. Destacasse ainda, que a renda pessoal é concentrada nas faixas de menor remuneração, pois 47,4% ganham até R\$ 1.000,00 por mês, sendo que 19,5% ganha no máximo, R\$ 500,00 por mês.

No que se refere à renda líquida, pôde-se observar que 47,40% recebem valores de até R\$ 1.000,00, valor esse, que se enquadra através das variáveis anteriores, onde respondentes que se encontram em sua maioria entre 17 e 23 anos já atuam no mercado de trabalho através de emprego formal, ou seja, sua renda condiz com a faixa etária dos respondentes.

4.2 DECISÕES DE CONSUMO / INVESTIMENTO E POUPANÇA

A tabela 2 evidencia a posição dos respondentes com relação a questões relacionadas à: formas e motivos que levam a realização de aquisições; estratégia para obtenção de algo que apresente valor maior; percentual de renda comprometido com obrigações; endividamento e razão pela qual se encontra nessa situação; realização de investimento, tipo e perfil; e por fim o conhecimento sobre o mercado financeiro e a necessidade de informações de termos ligados ao consumo, investimento e poupança.

Variável	Categoria	Administração				Contabilidade				Economia			
		1º p		Últ. P		1º p		Últ. P		1º P		Últ. P	
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Q9. Formas compras	Cartão crédito	19	46,3	26	53	22	33,8	23	60,5	13	23,6	11	28,2
	À vista	22	53,7	23	47	39	60	15	39,5	41	74,6	27	69,2
Q10. Motivo que realiza uma compra	Planejou	10	24,4	12	24,5	15	23,1	6	15,8	20	36,4	11	28,2
	Necessidade	29	70,8	34	69,4	43	66,1	26	68,4	33	60	23	59
	Está na promoção	1	2,4	2	4,1	2	3,1	4	10,5	0	0	1	2,6
	Outros	1	2,4	1	2	5	7,7	2	5,3	2	3,6	3	7,6
Q11. Estratégia p/ adquirir algo que apresente um valor maior	Parcelo máximo permitido	2	4,9	1	2	7	10,8	5	13,2	1	1,8	2	5,1
	Planejo-me com antecedência	13	31,7	14	28,6	22	33,8	7	18,4	26	47,3	19	48,7
	Já tenho uma parte para dar de entrada	20	48,8	18	36,7	22	33,8	20	52,6	22	40	12	30,8
	Busco parcelar e pago mais essa conta	6	14,6	16	32,7	14	21,6	6	15,8	6	10,9	6	15,4
Q12. % renda compromete-	1 a 30	17	41,5	22	44,9	19	29,2	18	47,4	19	34,6	20	51,3
	31 a 60	12	29,2	14	28,6	29	44,6	11	29	23	41,8	9	23,1
	61 a 90	5	12,2	8	16,3	13	20	5	13	7	12,7	5	12,8

tida com obrigações	De 91 a 100	2	4,9	2	4,1	1	1,5	3	8	2	3,6	2	5,1
	Ñ souberam responder	5	12,2	3	6,1	3	4,6	1	2,6	4	7,3	3	7,7
Q13. Considera-se endividado	Sim	5	12,2	15	30,6	22	33,8	9	23,7	7	12,7	7	17,9
	Não	36	87,8	34	69,4	43	66,2	29	76,3	48	87,3	32	82,1
Q14. Principal razão para sua dívida	Desorganização financ.	1	2,4	5	10,2	2	3,1	6	15,8	5	9,1	2	5,1
	Desemprego	7	17	9	18,4	15	23,1	2	5,2	8	14,5	5	12,8
	Falta de metas	0	0	0	0	2	3,1	0	0	0	0	1	2,6
	Propensão ao consumo	10	24,4	7	14,3	11	16,9	5	13,2	3	5,5	3	7,7
	Fácil acesso ao crédito	2	4,9	3	6,1	4	6,1	5	13,2	2	3,6	3	7,7
	Outra razão	4	9,8	12	24,5	16	24,6	11	28,9	10	18,2	4	10,3
	Ñ souberam responder	17	41,55	13	26,5	15	23,1	9	23,7	27	49,1	21	53,8
Q15. Você faz algum tipo de Investimento	Sim	20	48,8	17	34,7	24	36,9	16	42,1	23	41,8	15	38,5
	Não	21	51,2	32	65,3	39	60	22	57,9	32	58,2	24	61,5
Q16. Tipo investimento você possui	Imóveis	5	12,2	3	6,1	8	12,3	5	13,2	7	12,7	2	5,1
	Ações	0	0	1	2	1	1,5	1	2,6	2	3,6	3	7,7
	Previdência privada	0	0	2	4,1	1	1,5	1	2,6	0	0	0	0
	Caderneta de poupança	16	39	18	36,7	20	30,8	11	29	15	27,3	8	20,5
	Outro	5	12,2	4	8,2	5	7,7	4	10,5	5	9,1	5	12,8
	Ñ souberam responder	15	36,6	21	42,9	30	46,2	16	42,1	26	47,3	21	53,9
Q17. Seu perfil de investidor	Conservador	15	36,6	27	55,1	25	38,5	12	31,6	17	30,9	16	41
	Moderado	14	34,2	14	28,6	24	36,9	12	31,6	23	41,8	12	30,8
	Arrojado	2	4,9	1	2	2	3,1	2	5,2	4	7,3	2	5,1
	Ñ souberam responder	10	24,3	7	14,3	14	21,5	12	31,6	11	20	9	23,1
Q18. Conhecimento sobre o mercado de investimento	Muito bom	4	9,7	5	10,2	2	3,1	5	13,2	4	7,3	9	23,1
	Mediano	16	39	19	38,8	29	44,6	17	44,7	31	56,4	24	61,5
	Ruim	20	48,9	22	44,9	31	47,7	12	31,6	14	25,4	3	7,7
	Péssimo	0	0	3	6,1	2	3,1	4	10,5	2	3,6	2	5,1
	Ñ souberam responder	1	2,4	0	0	1	1,5	0	0	4	7,3	1	2,6
Q19.	Pouco	1	2,4	0	0	1	1,5	1	2,6	1	1,8	0	0

Necessidade e conhecer ambiente de consumo, investimento e poupança	necessário												
	Razoavelmente neces.	4	9,8	5	10,2	6	9,2	1	2,6	4	7,3	5	12,8
	Muito necessário	22	53,6	23	46,9	35	53,9	22	58	23	41,8	8	20,5
	Extremamente necessa.	14	34,2	21	42,9	23	35,4	14	36,8	27	49,1	26	66,7

Tabela 2: Decisões de Consumo/ Investimento e Poupança
Fonte: Dados da pesquisa, (2017).

Com base na variável 9 da tabela 2 acima, foi possível identificar entre os alunos do curso de administração tanto do primeiro como do último semestre percentuais muito próximos entre a forma de aquisição através de cartão de crédito (46,3% e 53%) ou a venda à vista (53% e 47%), ou seja, a diferença de semestres mostrou quase nenhuma influência nos percentuais de respostas. Para os respondentes do curso de contabilidade, foi detectado que a maioria (60%) dos iniciantes afirmaram efetuarem suas compras à vista, enquanto que os do último período preferiram a forma através do cartão de crédito (60,5%), ou seja, existe uma diferença entre os períodos quanto a escolha da forma de pagamento. Quanto aos alunos do curso de Economia, tanto do primeiro quanto do último semestre em sua maioria (74,6% e 69,2%) respectivamente, disseram fazer compras à vista. Diante da análise dos três cursos e semestres acima analisados, percebeu-se que a maioria dos respondentes optaram pela forma de pagamento à vista. Ressalta-se que o cartão de crédito segundo o (SPC Brasil, 2016), é um dos meios de pagamento mais utilizados pelos consumidores em todo o país, com cerca de 52 milhões de usuários. Segundo estudo desenvolvido pelo órgão acima citado, onde demonstrou que 53% dos respondentes possuem cartão de crédito. Deste total (47%) afirmam que realizam o parcelamento para pagamento mensal de suas compras, [...]. Destaca-se ainda, que a maioria dos usuários de cartão de Crédito (96%) afirmaram não ter ciência sobre taxas de juros mensais quando fazem escolhas de pagar o menor valor. [...].

Com o objetivo de avaliar a percepção dos respondentes no que diz respeito ao motivo pelo qual realizam suas compras, a variável 10 demonstrou que a maioria dos respondentes dentre os cursos e semestres analisados afirmam que o motivo pelo qual realizam suas compras é por terem necessidade. Segundo pesquisa Consumo Consciente dos Brasileiros, realizada pelo SPC Brasil e Confederação Nacional dos Dirigente Lojistas (CNDL) em 2016, “é que aumentou o número de brasileiros que sabem o que significa consumir conscientemente: 51,4% dos entrevistados (contra 33,0% em 2015) acreditam

que se trata de refletir sobre as consequências de uma compra antes de concretizá-la, considerando seus impactos sociais, ambientais e econômicos”.

Na análise da variável 11 no diz respeito em relação a estratégia para adquirir algo que apresente um valor maior, foi possível perceber entre os cursos e períodos analisados que dentre as estratégias mais utilizados pelos respondentes estão o planejamento com antecedência e a velha tática de dar uma entrada no ato da aquisição e assim fazendo com que o valor da parcela diminua, ou seja, não percebeu-se uma influência em relação aos cursos, e nem aos semestres analisados. Ressalta-se que esses resultados corroboram com os dados apresentados na variável anterior, onde foi demonstrado que a maioria dos respondentes dentre os cursos e semestres analisados afirmaram que o motivo pelo qual realizam suas compras é por terem necessidade e dessa forma, essa necessidade é planejada ou ainda organizada segundo os respondentes de acordo com suas posses. Destaca-se ainda segundo pesquisa realizada pelo SPC Brasil e Confederação Nacional dos Dirigente Lojistas (CNDL) em 2016, “a atitude mais citada é a de avaliar, planejar antes de comprar, se é possível pagar por um produto sem prejudicar as finanças e compromissos já assumidos (90,2%, contra 83,6% em 2015)”.

Com relação ao percentual de renda comprometido, a variável 12 demonstrou uma variação entre os percentuais, onde segundo os respondentes dos cursos e períodos analisados afirmaram que até 60% de seus rendimentos encontram-se empenhado com obrigações mensais. Chama-se atenção especial para os itens básicos dos gastos das famílias, como alimentação e moradia, onde estes representam cerca de 56% do total da inflação acumulada no ano de 2016, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016). Dos nove grupos pesquisados pelo IBGE, o de alimentação e o de habitação foram os que tiveram maior reajuste de preços e, por consequência, maior impacto no resultado da inflação.

Na análise da questão referente ao endividamento, observou-se que segundo a variável 13, que a maioria dos respondentes tanto do primeiro como do último período dos três cursos analisados não se consideraram endividados. Ressalta-se que essa ausência de dívidas é devida a alguns fatores como apresentados anteriormente nas variáveis 9,10 e 11, onde essas demonstraram que a maioria dos respondentes realizaram compras à vista e por necessidade e utilizando principalmente a estratégia do planejamento com antecedência para adquirir algo e assim, como resultado, tem-se uma população prevenida e controlada contra futuras crises que possam vir a existir

Quanto ao questionamento com relação se os respondentes dos cursos e períodos analisados realizavam algum tipo de investimento, foi possível verificar de acordo com a variável 15, que aproximadamente 60% não realizam. “Investimento no sentido restrito pode ser entendido como a busca por meios que aparentemente sejam rentáveis fazendo que o indivíduo aplique seus recursos para futuramente capturá-los com ganhos e assim realizar outros investimentos” (LIZOTE; SIMAS; LANA,2012, p.6).

Na análise do tipo de investimento realizado segundo a variável 16, ressalta-se que aproximadamente 40% dos que realizam destinam-se pela tradicional caderneta de poupança.

Já em relação ao perfil de investidor, a variável 17 demonstrou que os alunos dos cursos de Administração e Contabilidade do primeiro e do último semestre apresentaram um perfil mais conservador, ou seja, é aquele em que o indivíduo privilegia a segurança e faz o possível para diminuir os riscos de perdas, aceitando inclusive uma rentabilidade menor. Um exemplo seria a caderneta de poupança, o que reflete com a variável anterior. Já em relação aos alunos do curso de Economia, esses se mostraram um pouco divididos, onde os alunos do primeiro período se mostraram mais moderados, ou seja, procura um equilíbrio entre segurança e rentabilidade e está disposto a correr certo risco para que o seu dinheiro renda um pouco mais do que as aplicações mais seguras, e os concluintes mais conservadores.

Com o objetivo de avaliar a percepção dos respondentes quanto ao conhecimento no tocante ao mercado de investimentos, a variável 18 identificou percentuais medianos ligados a esse tipo de informação entre os respondentes dos cursos de administração, contabilidade e economia, observou-se ainda, um percentual preocupante (aproximadamente 44%) principalmente entre os cursos de administração e contabilidade, onde os respondentes atribuíram como ruins seus conhecimentos acerca do mercado financeiro. Ressalta-se com relação à falta de conhecimento de temas tão importantes para o cenário mundial, onde um número bastante significativo de respondentes tanto do primeiro como do último período dos cursos investigados não apresentaram um conhecimento seguro, ou seja, uma média de 11% apenas afirmaram ter um bom conhecimento.

Em relação à necessidade sobre o conhecimento ligado ao ambiente de consumo, investimento e poupança, para melhor tomar decisões financeiras, a variável 19 evidenciou que a maioria dos respondentes dos cursos e períodos analisados afirmaram muito

necessário / extremamente necessário obter conhecimentos dessa natureza, ou seja, resultado esse que pode ser justificado por variáveis anteriores, onde grande parte dos pesquisados não apresentaram um conhecimento acerca dessas informações. Destaca-se que “adquirir conhecimentos financeiros, não é mais uma necessidade apenas das pessoas que lidam com essa área, pois com as mudanças advindas do mercado financeiro, a preocupação com a educação financeira se faz necessário a todos os envolvidos no processo” (CORREIA; LUCENA; GADELHA, 2014, p. 1).

4.3 NÍVEL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA DOS RESPONDENTES

A tabela 3 evidencia como os respondentes lidam com situações relacionadas a: questões voltadas ao conhecimento e gerenciamento do dinheiro; formas e vantagens relacionadas ao planejamento financeiro; maneira pela qual investiria recursos sem prazo definido para resgatar ou seja, recursos destinados para realização de investimentos; e por fim como os respondentes reagiriam em caso de uma determinada situação emergencial financeira não prevista.

Variável	Categoria	Administração				Contabilidade				Economia			
		1º p		Últ. P		1º p.		Últ. P.		1º p.		Últ. p	
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Q20. Gerenciamento do dinheiro?	Nada seguro	2	4,9	3	6,1	1	1,5	2	5,3	2	3,6	1	2,6
	Não muito seguro	16	39	15	30,6	28	43,1	10	26,3	11	20	4	10,3
	Razoavelmente seguro	20	48,8	27	55,1	32	49,2	19	50	38	69,1	25	64,1
	Muito seguro	3	7,3	4	8,2	4	6,2	7	18,4	4	7,3	9	23
Q21. Forma de conhecimento para administrar dinheiro?	Na sala de aula	5	12,2	12	24,5	6	9,2	14	36,8	5	9,1	18	46,2
	Em casa com a família	22	53,7	20	40,8	29	44,6	12	31,6	16	29,1	9	23
	Com os colegas de trabalho	2	4,9	0	0	3	4,6	1	2,6	1	1,8	1	2,6
	Acessando a internet	9	21,9	10	20,4	21	32,4	5	13,2	28	50,9	7	17,9
	Ouvindo especialistas	3	7,3	7	14,3	6	9,2	6	15,8	5	9,1	4	10,3
Q22. Forma como realiza o planejamento financeiro dos seus gastos?	Nunca fiz	3	7,3	3	6,1	10	15,4	3	7,9	8	14,5	2	5,1
	Consid. somente despesas	7	17,1	5	10,2	11	16,9	8	21,1	10	18,2	3	7,7
	Consid. receitas e despesas	14	34,1	21	42,9	18	27,7	17	44,7	15	27,3	18	46,2
	Consid. rec. desp. e prov. sobras	17	41,5	20	40,8	26	40	10	26,3	22	40	16	41

Q23. Vantagens de se fazer um planejamento financeiro?	Evitar problema financeiro	25	61	34	69,4	41	63	22	57,9	33	60	22	56,4
	Controlar melhor as contas	3	7,3	4	8,2	12	18,5	8	21	5	9,1	6	15,4
	Não há vantagens	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1,8	0	0
	Estabelecer metas	10	24,4	9	18,3	7	10,8	3	7,9	14	25,5	10	25,6
	Direcio. melhor invest.	3	7,3	2	4,1	5	7,7	5	13,2	2	3,6	1	2,6
Q24. Se tivesse recursos para investir qual alternativa você se identificaria?	Ações	6	14,6	4	8,2	13	20	11	28,9	13	23,6	6	15,4
	Investimento de risco médio	15	36,6	12	24,5	18	27,7	8	21,1	16	29,1	8	20,5
	Títulos Públicos	10	24,4	32	65,3	26	40	16	42,1	16	29,1	22	56,4
	(CDB)	8	19,5	1	2	7	10,8	3	7,9	8	14,6	3	7,7
	Não souberam responder	2	4,9	0	0	1	1,5	0	0	2	3,6	0	0
Q25. Como você agiria diante de um momento emergencial?	Utilizaria o lim. Cheq. Especial	3	7,3	3	6,1	1	1,5	1	2,6	0	0	0	0
	Recorreria a um empréstimo	2	4,9	3	6,1	3	4,6	3	7,9	3	5,5	3	7,7
	Resgataria aplic. Financeira	3	7,3	2	4,1	6	9,2	3	7,9	4	7,3	6	15,4
	Venderia algum bem	1	2,4	2	4,1	10	15,4	2	5,3	6	10,9	2	5,1
	Recorreria aos meus pais	9	22	15	30,6	11	16,9	13	34,2	11	20	11	28,2
	Recorreria à poupança	10	24,4	14	28,6	17	26,2	6	15,8	13	23,6	7	18
	Analise sobre o que me levou a essa situação	12	29,3	8	16,3	15	23,1	8	21	17	30,9	8	20,5
	Outro	1	2,4	2	4,1	2	3,1	2	5,3	1	1,8	2	5,1

Tabela 3: Análise do nível de educação financeira
Fonte: Dados da pesquisa, (2017).

A variável 20, permitiu analisar como se encontrava os conhecimentos dos respondentes dos cursos de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas em relação ao gerenciamento de seu próprio dinheiro. Assim foi possível perceber que aproximadamente a maioria dos respondentes dos cursos e semestres analisados afirmaram estarem “razoavelmente” seguros quanto ao gerenciamento do seu próprio dinheiro. O estudo feito pelo SPC Brasil em parceria com a CNDL (2016), aponta que boa parte dos brasileiros reconhece a falta de organização para lidar com o próprio dinheiro. Segundo o SPC, considerando uma escala de zero a dez, a nota média que o brasileiro atribui para o

seu próprio nível de organização financeira é de apenas 6,3. Ressalta-se ainda, que diante desses percentuais apresentados, percebe-se um nível mediano de educação financeira, pois esta é refletida na administração das finanças, ajudando nas decisões de compra, poupança, consumo e investimento, ou seja, auxiliando os indivíduos a tomarem decisões conscientes de forma a prevenir situações não desejáveis no futuro. Os autores Lizote e Verdinelli (2014), corroboram com a afirmação acima, pois é através da educação financeira que o indivíduo adquire a capacidade necessária para gerenciar suas finanças, tomando decisões eficazes quanto ao uso e aplicação dos recursos disponíveis, precavendo-se contra acontecimentos não previsto para o presente e futuras crises..

Na variável 21 procurou-se identificar quais fontes que os respondentes recorrem quando desejam adquirir informações ligadas a administração do seu dinheiro. Assim, verificou-se que, em média, os indivíduos utilizam aproximadamente três fontes de informação, sendo que as duas preferidas pelos usuários são familiares e a internet. Para os alunos do curso de Administração tanto do primeiro como o último período apresentaram percentuais bem próximos (53,7% e 40,8%) ligados a conhecimentos obtidos em casa com a família. Os respondentes de Ciências contábeis do período inicial, 44,6% afirmaram também ter obtido da mesma forma, entre os concluintes, 36,8%, afirmaram ter adquirido essas informações na sala de aula com os colegas e professores. Já para os alunos de Ciências Econômicas do semestre inicial, 50,9% disseram que obtiveram conhecimento para gerenciar suas finanças acessando a internet, quanto aos concluintes, 46,2%, afirmam terem obtido conhecimento na sala de aula. Diante esses percentuais apresentados, observou-se de maneira geral que a forma de aquisição do conhecimento para gerenciar seus recursos através da família foi a que esteve mais presente entre os alunos dos cursos de administração e ciências contábeis tanto para os iniciantes quanto para os concluintes. Destaca-se ainda, que esse resultado corrobora com o demonstrado na variável anterior, onde a maioria dos alunos iniciantes e concluintes apresentaram um conhecimento razoavelmente seguro com relação à administração de seus próprios recursos e assim, nesse conhecimento mediano, esses voltam-se para a aquisição de informações através da família como demonstrado acima. Diante da variedade de fontes de conhecimentos recorrida pelos respondentes, os autores Vieira, Bataglia e Sereia (2011), corroboram no sentido que existem várias formas de desenvolver a educação financeira e assim ela não está direcionada apenas a um único meio de se conceber o conhecimento, mas sim, na

capacidade dos receptores de transformar as informações percebidas em autoconhecimento.

Com relação ao modo como os respondentes realizam o planejamento financeiro, a variável 22 demonstrou que tanto os alunos iniciantes como os concluintes de Administração apresentaram percentuais bem próximos (41,5% e 40,8%) com relação a forma de considerar receitas, despesas e provisionamento das sobras para atender determinadas situações não previstas, ou seja, em casos emergenciais. Entre os alunos do curso de Ciências contábeis do semestre inicial, 40% consideraram da mesma forma a qual os alunos de administração, já os concluintes, 44,7% afirmaram que levam em consideração apenas as receitas e despesas. Para os respondentes do curso de Economia do primeiro semestre, 40% disseram considerar receitas despesas e provisionar as sobras, e com relação aos concluintes, 46,2% apenas receitas e despesas. Ressalta-se que os demais percentuais estão distribuídos entre as opções que nunca fizeram o planejamento financeiro e os que consideram apenas levando em conta as despesas. Destaca-se o alto poder gerencial da realização do planejamento financeiro, onde esse está relacionado diretamente com a gestão do próprio dinheiro, de forma que se realize uma administração das despesas e receitas e priorização de uma provisão através de um percentual fixo dentro de contextos e condições preestabelecidos estimando os recursos a serem utilizados, e assim precavendo-se contra atuais e futuras armadilhas que possam surgir diante de uma determinada situação não planejada. De acordo com Ross (2011), o planejamento financeiro formaliza o método pelo qual as metas financeiras tanto das empresas quanto das famílias devem ser alcançadas. Diante dos percentuais acima apresentados, percebeu-se que menos de 50% dos respondentes dos cursos e períodos analisados estão realizando de forma correta o planejamento financeiro, pois a maioria está considerando apenas as receitas e despesas e deixando de lado o provisionamento das sobras, onde essa é considerada como um dos principais elementos que devem ser colocados dentro de seus planejamentos, de forma a suportar determinadas situações não previstas e assim colocando em risco a sua saúde financeira. Diante deste contexto, é indispensável que seja direcionada uma atenção especial à forma com que esses indivíduos estão interagindo com as decisões financeiras, onde essas podem influenciar toda a economia, e estão intimamente ligados a problemas como: a inadimplência, endividamento familiar, falta de capacidade de planejamento de longo prazo, entre outras situações.

A variável 23, tratou de investigar a percepção dos respondentes quanto às vantagens de se fazer um planejamento financeiro. Assim, foi possível perceber que a maioria dos respondentes dos cursos e semestres analisados disseram que a maior vantagem seria o controle das finanças de maneira que evitaria os problemas financeiros. Ressalta-se, que apesar da maioria dos respondentes não realizarem de maneira correta o planejamento financeiro como demonstrado na variável anterior, esses se mostraram que compreendem as vantagens da utilização do planejamento financeiro, pois segundo Galvão *et al.* (2004), com a utilização do planejamento financeiro pessoal, podem-se conhecer em detalhes os ganhos, aprende-se a poupar, gastar adequadamente e controlar as finanças. Gitman (2004), contribui reforçando que é um direcionador de caminhos, sendo considerado como um aspecto indispensável entre as atividades das empresas e famílias, pois ele guia, coordena e controla as ações para atingir seus objetivos. Já de acordo com Ross, Westerfield e Jaffe (2011, p. 589), “o planejamento financeiro estabelece diretrizes de mudança numa empresa. Inclui a formulação de metas, estabelecem marcos de referência, decisões de financiamento e investimentos e antecipa-se a quaisquer mudanças de condições surpresas”. A utilização de informações através do planejamento financeiro garante um controle equilibrado nas finanças pessoais. Auxiliam os indivíduos a planejarem um futuro satisfatório de renda, além de saber preparar estimativas ajustadas de acordo com as suas reais capacidades financeiras. Planejar é a forma mais prática, objetiva e segura de manter as finanças em ordem e fora de risco, transformando esses riscos em novas oportunidades e retornos mais amplos desses investimentos.

A variável 24 teve o intuito de analisar as atitudes dos respondentes em relação a decisões financeiras que mais se identificariam como aplicador. Dentre as opções estão: ações, fundos de investimento de risco médio, títulos Públicos e certificado de depósito bancário. Assim, os respondentes do curso de Administração do semestre inicial, 36,6% afirmam que se identificariam mais com investimento de risco médio, onde, pretende ter um rendimento razoável, ainda que com algum risco e os concluintes, em sua maioria (65,3%), afirmaram que se identificariam mais com títulos públicos, pois priorizam a segurança em relação ao rendimento. Com relação aos respondentes dos cursos de Contabilidade e Economia, tanto do semestre inicial quanto do findo (40%, 42,1% e 29,1%, 56,4%) respectivamente, afirmaram que a alternativa que mais se identificariam seria investir em Títulos Públicos, onde, priorizam a segurança em relação ao retorno. Diante os percentuais apresentados, ficou evidente que dentre as opções relacionadas a

recursos para investir, sem ter um prazo definido para resgatar, a alternativa Títulos públicos foi a mais presente na visão dos respondentes dos três cursos e períodos analisados.

Com o objetivo de avaliar como os respondentes agiriam diante uma situação emergencial relacionada a um gasto não previstos anteriormente, a variável 25 demonstrou que dentre as alternativas apresentadas, as mais destacadas entre os cursos e períodos analisados foram: recorreriam aos pais; a poupança; e fariam uma análise para investigar os motivos que me levaram a essa situação. No curso de administração as alternativas apresentaram os percentuais de (22% e 30,6); (24,4% e 28,6%); e (29,3% e 16,3%). Para Ciências Contábeis, (16,9% e 34,2%); (26,2% e 15,8%); e (23,1% e 21%). Em Economia, (20% e 28,2%); (23,6% e 18%); e (30,9% e 20,5%). Percebeu-se de maneira geral uma proximidade entre os três cursos e períodos investigados relacionados com as opções que seriam recorridas diante de situações emergências. Destaca-se que segundo pesquisa realizada pelo (SPC Brasil, 2016) e pela (CNDL, 2016), onde identificou-se que a poupança é a modalidade de investimento mais popular, citada por 69,5% dos entrevistados em todo o Brasil. O estudo ainda mostra que a maior motivação por trás do investimento na poupança é a busca pela estabilidade, de modo a evitar ao máximo os riscos envolvidos. Ainda segundo o SPC, devido a sua liquidez a poupança pode ser uma boa opção para quem tem valores baixos a serem investidos ou querem ter ganhos a curto prazo. Mas há ressalvas: “Apesar de tratar-se de uma modalidade de baixo risco, é preciso ponderar que a poupança oferece um retorno menor. No último ano, o rendimento ficou muito abaixo da inflação. Mesmo que a poupança ofereça maior liquidez e mais segurança, perde-se na comparação com outras opções de investimentos”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou identificar percepção dos alunos dos cursos de Administração, Economia e Ciências Contábeis de uma universidade pública da Paraíba no que diz respeito à educação financeira e atitudes em relação as decisões financeiras.

Com a finalidade de atender ao objetivo proposto nesta pesquisa, foi realizado um levantamento por meio de um questionário estruturado ao qual foi aplicado aos discentes iniciantes e concluintes dos cursos citados acima.

Após a realização desta pesquisa, verificou-se que grande parte dos respondentes dentre os cursos e semestres analisados afirmaram que o motivo pelo qual realizam suas compras é por terem necessidade, e essa necessidade é suprida através da utilização de um planejamento com antecedência, principalmente para adquirir algo que apresente um valor maior, e essa organização contribui efetivamente para uma ausência de endividamento detectada entre a maioria dos pesquisados, onde esses optaram pela forma de pagamento à vista, apesar do que o cartão de crédito também apresentou percentuais bem próximos. Destaca-se que o cartão de crédito é um dos meios de pagamento mais utilizados pelos consumistas em todo o país. Ressalta-se, que tem-se uma população prevenida e controlada contra futuras crises que possam vir a existir.

Com relação a variável investimento foi possível verificar que aproximadamente 60% não realizam, ou seja, os respondentes não buscam meios claramente que sejam rentáveis para captarem esses recursos futuramente através de ganhos e assim realizar outras aplicações. E aqueles que ainda fazem, esses realizam através da tradicional caderneta de poupança. Esse percentual justifica a ausência de conhecimentos ligados ao mercado de investimentos, onde identificou-se percentuais medianos para esse tipo de informação entre os respondentes dos cursos de administração, contabilidade e economia. Apesar do percentual mediano detectado entre os respondentes dos cursos analisados, ressalta-se uma taxa preocupante (aproximadamente 44%) principalmente entre os cursos de administração e contabilidade, onde os respondentes atribuíram como ruins seus conhecimentos acerca do mercado financeiro. Diante desses resultados apresentados, destaca-se uma preocupação acerca dessa temática para o cenário mundial, onde um número bastante significativo de respondentes dos cursos investigados não apresentaram um conhecimento seguro. Esse cenário fragilizado de informações ligadas ao mercado financeiro corrobora com os resultados ligados a ausência de investimentos por parte da maioria dos respondentes onde esses se mostraram com um perfil conservador no trato para essas informações, ou seja, necessitando aprofundar seus conhecimentos ligados à área de finanças.

Observou-se também que apesar dos respondentes não apresentarem um comportamento consumista sem controle, esses apresentaram uma certa necessidade de ampliar seus conhecimentos ligados ao ambiente de consumo, investimento e poupança para melhor tomar decisões financeiras, onde a maioria dos respondentes dos cursos e períodos analisados afirmaram muito necessário / extremamente necessário obter

informações dessa natureza, ou seja, resultado esse que pode ser justificado por variáveis anteriores, onde grande parte dos pesquisados não apresentaram um conhecimento seguro acerca dessas informações.

Percebeu-se que aproximadamente a maioria dos respondentes dos cursos e semestres analisados afirmam estarem “razoavelmente” seguros quanto ao gerenciamento do seu próprio dinheiro. Diante dessa fragilidade detectada, observou-se que a forma de aquisição do conhecimento para gerenciar seus recursos através da família foi a que esteve mais presente entre os alunos dos cursos de administração e ciências contábeis tanto para os iniciantes quanto para os concluintes, enquanto que para os alunos de Ciências Econômicas, esses se encontraram divididos entre os conhecimentos para gerenciar suas finanças acessando a internet e os conhecimentos na sala de aula.

Com relação à maneira como os respondentes realizam o planejamento financeiro, percebeu-se que menos de 50% dos respondentes dos cursos e períodos analisados estão realizando de forma correta, pois a maioria está considerando apenas as receitas e despesas e deixando de lado o provisionamento das sobras, onde essa é considerada como um dos principais elementos que devem ser colocados dentro de seus planejamentos, de forma a suportar determinadas situações não previstas e assim colocando em risco a sua saúde financeira. Ainda foi possível perceber que apesar da maioria não utilizar de forma correta o planejamento financeiro, esses se mostraram que compreendem as vantagens da utilização dessa ferramenta, pois através da utilização dessa, podem-se compreender da melhor maneira possível todos os detalhes de suas finanças.

Por fim, percebeu-se também, que diante uma situação emergencial relacionada a um gasto não previstos anteriormente, detectou-se que dentre as alternativas apresentadas, as mais destacadas entre os cursos e períodos analisados foram: recorrerem aos pais; a poupança; e fariam uma análise para investigar os motivos que os levaram a essa situação. Verificou-se de maneira geral uma proximidade entre os três cursos e períodos investigados relacionados com as opções que seriam recorridas diante de situações emergências. Destaca-se que a poupança é a modalidade de investimento mais popular entre os indivíduos em todo o Brasil, pois essa, é a que apresenta o menor risco possível envolvidos.

Observou-se de maneira geral, que a maioria dos respondentes dos cursos e semestres analisados não apresentaram um comportamento que demonstrasse quaisquer características de consumismo sem controle, mantendo uma organização efetiva através de

um planejamento com antecedência, principalmente para aquisição de algo que apresentasse um valor maior. Detectou-se que estes realizam pequenos investimentos e destinam também parte de seus recursos para aplicações com baixo retorno, fato esse sendo justificado pelo percentual mediano detectado entre os respondentes dos cursos analisados, onde aproximadamente 44% dos respondentes principalmente entre os cursos de administração e contabilidade atribuíram como ruins seus conhecimentos acerca do mercado financeiro.

Ainda percebeu-se que, apesar da maioria dos respondentes analisados assegurarem estarem “razoavelmente” seguros quanto ao gerenciamento do seu próprio dinheiro, esses afirmaram necessário ampliar seus conhecimentos dessa natureza.

Diante do cenário apresentado acima, constatou-se entre respondentes dos três cursos e períodos analisados um conhecimento mediano relacionados à educação financeira e atitudes financeiras, onde estes são refletidos na administração das finanças, ajudando nas decisões de compra, poupança, consumo e investimento, ou seja, auxiliando os indivíduos a tomarem decisões conscientes de forma a prevenir situações não desejáveis no futuro.

Considerando que este estudo limitou-se apenas a pesquisar uma única universidade, sugere-se, como novas pesquisas, mudar o foco envolvendo diferentes instituições acadêmicas e áreas das ciências sociais aplicadas, como foco em alunos matriculados em várias campos do conhecimento e assim investigar as diferentes percepções relacionadas a decisões financeiras.

Desse modo, a presente pesquisa contribui para ampliar a disseminação da cultura da educação financeira, contribuindo para a utilização de um planejamento financeiro capaz de garantir um consumo saudável e um futuro equilibrado nas finanças pessoais dos indivíduos, proporcionando orçamentos ajustados de acordo com as suas reais necessidades.

REFERÊNCIAS

BARROS, Carlos Augusto Rodrigues de; BONATTO, Heitor. **Educação Financeira e Endividamento**. In: artigo, Escola Superior de Administração, Direito e Economia – ESADE – da cidade de Porto Alegre – RS, 2010. Disponível em: [HTTP://educaçaoфинeіra.com.br/pdf.viewfile/article](http://educaçaoфинeіra.com.br/pdf.viewfile/article)>. Acesso em 10 de mar de 2016.

BITENCOURT, Cleusa M. G. **Finanças pessoais versus finanças empresariais**. Porto Alegre: 2004. 86f. Dissertação (Mestrado em economia) – Faculdade de ciências econômicas, Universidade Federal do Rio grande do Sul. Disponível em <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/6506>>. Acesso em 12 de fev de 2017.

Decreto nº 7.397 de 22 de dezembro de 2010. Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF.

CORREIA, Thamirys de Sousa.; LUCENA, Glaucio Lopes.; GADELHA, Kalyne Amaral Di Lorenzo. A Educação Financeira como um diferencial nas decisões de consumo e investimento dos estudantes do curso de Ciências Contábeis na grande João Pessoa. In: Congresso UFC de Controladoria e Finanças e Iniciação Científica em Contabilidade, 2014, **Florianópolis/SC. Anais..... Disponível em:** <<http://dvl.ccn.ufsc.br/congresso/anais/5CCCF/20140411105150.pdf>>. Acesso em: 08 de mai 2016.

GADELHA, Kalyne Amaral Di Lorenzo.; LUCENA, Glaucio Lopes Lucena.; CORREIA, Thamirys de Sousa. Decisões financeiras X formação acadêmica: uma contribuição com base na educação financeira. In: 5 Congresso UFSC de Controladoria e Finanças e Iniciação Científica em Contabilidade, 2014, **Florianópolis/SC. Anais... Disponível em:** <<http://dvl.ccn.ufsc.br/congresso/anais/5CCCF/20140424020716.pdf>>. Acesso em: 03 de abril 2016.

GALVÃO, Ana Lúcia Coutinho, et al. **Programa de Responsabilidade Social de uma Empresa no Estado de São Paulo**: Orçamento familiar e Consumo. São Paulo: Universidade Federal de Viçosa, 2004. Disponível em: <<http://www.ufmg.br>>. Acesso em mai 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de Administração Financeira**. 10. ed. São Paulo: Pearson. 2004.

IBGE BRASIL. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/calendario_2017.php>. Acesso em: 02 de jun 2016.

KIYOSAKI, Robert T; LECHTER Sharon L. **Pai Rico, Pai Pobre**. Tradução: Maria Monteiro. 46. Ed. Editora Elsevier, 2000.

LIZOTE, S. A.; SIMAS, J.; LANA, J. Finanças Pessoais: um estudo envolvendo os alunos de Ciências Contábeis de uma instituição de Ensino Superior de Santa Catarina, Santa Catarina. In: IX Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. Rio de Janeiro, 2012. **Anais..... Disponível em:** <<http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos12/10216156.pdf>>. Acesso em mai de 2015.

LUCENA, Wenner Glaucio Lopes.; MARINHO, Reinele Alves de Lima. Competências Financeiras: uma análise das decisões financeiras dos discentes no tocante as finanças

pessoais. In: XVI SEMEAD - Seminários em Administração, 2013, USP- São Paulo. **Anais.....** Disponível em: < <http://sistema.semead.com.br/16semead/resultado/trabalhosPDF/696.pdf>>. Acesso em março de 2016.

MARCONI, Marina de Andrade.; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MEDEIROS, Flaviani Souto Bolzan.; LOPES, Taize de Andrade Machado. Finanças Pessoais: um estudo com alunos do curso de Ciências Contábeis de uma IES privada de Santa Maria – RS. **REEN - Revista Eletrônica de Estratégia e Negócios**, Florianópolis – SC, v. 7, n. 2, p. 221-251, 2014. < Disponível em: <<http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/EeN>>. Acesso em: 09 de set 2016.

ORGANIZAÇÃO DE COOPERAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – OCDE. **OECD's Financial Education Project**. Disponível em: < <http://www.oecd.org/>>. Acesso em: mar 2015.

PINHEIRO, Ricardo Pena. **Educação Financeira e Previdenciária, a nova fronteira dos fundos de pensão**. (Artigo contido no livro “Fundos de Pensão e Mercado de Capitais” lançado pelo Instituto San Tiago Dantas de Direito e Economia e Editora Peixoto Neto, em set/2013 na cidade de São Paulo-SP). Disponível em: <http://www.mpas.gov.br/arquivos/office/3_090420-113416-244.pdf> Acesso em abr de 2016.

POTRICH, Ani Caroline Grigion; VIEIRA, Kelmara Mendes; KIRCH, Guilherme. Determinantes da Alfabetização Financeira: Análise da Influência de Variáveis Socioeconômicas e Demográficas. **Revista Contabilidade & Finanças-USP**, v. 26, n. 69, p. 362-377, 2015.

ROSS, Stephen A. **Administração Financeira**. São Paulo: Atlas, 2011.

SANTOS, A. H. **Planejamento pessoal**: guia para alcançar suas metas. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

SPC BRASIL. Disponível< <https://www.spcbrasil.org.br/imprensa/indices-economicos>>. Acesso em 28 de fev de 2016.

TEIXEIRA, James. **Um estudo diagnóstico sobre a percepção da relação entre educação financeira e matemática financeira**. Tese (Programa de Pós – Graduação da PUC – SP). São Paulo, 2015.

VERDINELLI, Miguel Angel.; LIZOTE, Suzete Antonieta. Relações entre Finanças Pessoais e as Características dos Estudantes Universitários do Curso de Ciências Contábeis. In: Congresso UFC de Controladoria e Finanças e Iniciação Científica em Contabilidade, 5., 2014, **Florianópolis/SC. Anais..... Disponível em:** <<http://dvl.ccn.ufsc.br/congresso/anais/5CCF/20140411013358.pdf>>. Acesso em: 03 de abr 2015.

VIEIRA, Saulo Fabiano Amancio.; BATAGLIA, Regiane Tardiolle Manfre.; SEREIA, Vanderlei José. Educação financeira e decisões de consumo, investimento e poupança: uma análise dos alunos de uma universidade pública do norte do Paraná. **Revista de Administração da UNIMEP**. Piracicaba – SP, v.9, n.3, p. 61-86, 2011. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/4393/educacao-financeira-e-decisoes-de-consumo--investimento-e-poupanca--uma-analise-dos-alunos-de-uma-universidade-publica-do-norte-do-parana>>. Acesso em: 30 de mar 2016.

CAPÍTULO 2	FINANÇAS PESSOAIS: UMA ANÁLISE DAS DECISÕES FINANCEIRAS DOS ALUNOS DO ENSINO MÉDIO DE UMA ESCOLA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO EGITO/ PE NO ANO DE 2018
	Thaizy Farias Soares Josicleide de Amorim Pereira Moreira Cícero de Sousa Lacerda

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, são poucas as escolas que têm se preocupado em inserir em seu plano de estudos assuntos relacionados com Educação Financeira. Segundo Martins (2004), a escola omite-se em relação às noções de comércio, de economia, de impostos e finanças. Grande parte da população permanece ignorando esses assuntos na fase adulta, seguindo assim sem instrução financeira e sem destreza para lidar com o dinheiro. Nesse sentido, se faz necessário que se comece a ensinar assuntos relacionados com a área financeira de forma que auxilie o cidadão no futuro conhecer e gerenciar suas necessidades diárias.

Medeiros e Lopes (2014), enfatizam que esse tipo de educação passou a ser uma temática pública nacional, tornando cada vez mais evidente que as decisões financeiras individuais vêm afetando coletivamente a economia nacional, onde o ensino de finanças pessoais nas escolas passou a ser um fator indispensável para compreender e administrar os problemas de endividamento encarados por grande parte da população mundial.

Pinheiro (2013), relata que a competência requeridas na administração das finanças do indivíduo inclui a aptidão para discutir assuntos relacionados a área financeira, e o despreparo em assuntos ligados a essa temática podem afetar o bem-estar material do conjunto da sociedade.

A relação de muitos brasileiros com dinheiro não é muito boa, costumam gastar mais do que ganham, adquirem dívidas desnecessárias e muitas vezes acabam comprometendo o orçamento familiar. Como resultado dessa falta de controle financeiro e um consumismo desenfreado, tem-se uma população endividada, onde dados do Serviço de

Proteção ao Crédito (SPC Brasil, 2016), evidenciou que 39,36% se encontram devedores em todo país.

Diante esses números, ressalta-se aos ensinamentos voltados sobre a administração do dinheiro, onde observa-se atualmente que a educação básica do Brasil não inclui este ponto na estrutura curricular. Algumas correções estão sendo tomadas para melhorar e implantar o tema educação financeira nas escolas, onde algumas vem implantando através de vários projetos de extensão trabalhos desenvolvidos com essa temática.

É importante que as escolas proporcionem esse componente curricular aos seus alunos, pois como cidadão ele precisará desse conhecimento para organizar e controlar o seu próprio patrimônio na vida adulta, controle esse que irá lhe garantir uma melhor qualidade de vida.

Diante das considerações acima apresentadas, é essencial que seja dispensada uma atenção a forma como os jovens do ensino médio estão compreendendo assuntos relacionados à área financeira e nesse sentido apresenta-se o seguinte questionamento:

Qual o nível de conhecimento obtido dos alunos do ensino médio de uma escola pública do município de São José do Egito – PE no ano de 2018 acerca da educação financeira.

Diante esse cenário, o objetivo dessa pesquisa está direcionado a identificar o nível de educação financeira obtido pelos alunos do ensino médio de uma escola pública do município de São José do Egito – PE no ano de 2018. Mas, para alcançá-lo, foram traçados os seguintes objetivos específicos: (i) apresentar o perfil socioeconômico dos estudantes; (ii) discutir a percepção acerca das decisões financeiras; (iii) demonstrar a percepção dos respondentes com relação a assuntos relacionados à educação financeira.

Ressalta-se a relevância da disseminação da cultura que envolve a educação financeira desde os primeiros anos escolares, gerando interesse pela informação financeira desde cedo em relação à poupança, investimento, consumo consciente e planejamento de finanças pessoais, orientando aos indivíduos a importância de tais conceitos para o desenvolvimento da economia do país. É importante destacar, que não tendo esses conhecimentos o indivíduo facilmente será endividado, e o resultado é, muitas vezes, a perda da qualidade de vida.

Kern (2009), corrobora no sentido de que a inclusão da educação financeira nas escolas auxilia no confronto de conteúdos ministrados em sala de aula com situações

vivenciadas pelos alunos no seu dia a dia e assim contribuindo através dessa junção entre essas situações para compreensão e aprendizado dessa temática presente em suas vidas.

Pinheiro (2013), também confirma com o pensamento do autor acima, onde enfatiza que a educação financeira deve fazer parte de todas as fases da vida, principalmente na infância, auxiliando no entendimento e administração do dinheiro, entrando assim, na juventude de forma independente e na vida adulta preparado para realização de grandes conquistas.

Com intuito de reforçar mais ainda a questão da inclusão da educação financeira nos currículos escolares, o governo federal através do decreto de nº 7.397 de dezembro de 2010, criou a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), como proposta a inclusão da educação financeira como tema a ser trabalhado nas escolas, onde essa será desenvolvida com bases nas Diretrizes Curriculares.

A presente pesquisa justifica-se ainda, por ser um tema bastante presente na vida das pessoas, e por ser pouco discutido, por ter pouca visibilidade no meio acadêmico e ainda pela baixa produção científica.

Com objetivo de contribuir com o tema tratado, são apresentados alguns estudos realizados anteriormente, dentre eles, destacam-se os realizados por Pelicioli (2011), Costa e Miranda (2013), Fernandes e Candido (2014) e Potrich, Vieira e Kirch (2015).

A pesquisa de Pelicioli (2011), buscou identificar as ações didáticas educacionais que podem ser colocadas em exercício com o objetivo de qualificar a aprendizagem dos estudantes em relação à Educação Financeira, preparando-os para o futuro. Onde os dados foram obtidos através de entrevistas com alunos do Ensino Médio e com profissionais atuantes na área financeira. O trabalho demonstrou a percepção dos estudantes com relação a importância da Educação financeira para a formação associada à visão econômico-financeira dos alunos de forma a exercera completa cidadania e contribuindo para organização da vida financeira.

A pesquisa de Costa e Miranda (2013), teve por objetivo investigar se a educação financeira influencia a taxa de poupança escolhido pelos indivíduos. Para tanto, aplicou-se um questionário sobre o nível de conhecimento financeiro e assim buscou-se verificar se indivíduos com mais educação financeira poupam mais, uma vez controladas as demais características individuais. Os resultados mostraram que enquanto o nível de escolaridade (medido em termos de anos de estudo) não influencia a taxa de poupança, o nível de educação financeira influência, diretamente, na decisão de quanto poupar dos indivíduos.

A pesquisa de Fernandes e Candido (2014), buscou analisar a visão dos alunos de pós-graduação em uma instituição de ensino particular com relação aos principais motivos que os levaram a contrair dívidas. Os resultados da pesquisa demonstram que, na opinião dos alunos entrevistados, existe uma grande defasagem no ensino básico. As novas gerações não estão preparadas para tratar as questões relacionadas a sua administração financeira pessoal. Em consequência, possuem uma grande dificuldade de administrar suas finanças e apresentam uma proporção de endividados maior comparado com os seus ascendentes familiares.

O trabalho de Potrich, Vieira e Kirch (2015), teve como objetivo desenvolver um modelo que explique o nível de alfabetização financeira dos indivíduos a partir de variáveis socioeconômicas e demográficas. Utilizou um indicador do nível de alfabetização financeira, através de uma medida que considera três atributos: atitude financeira, comportamento financeiro e conhecimento financeiro. Como resultado, constatou-se que a maioria dos pesquisados foi classificada como tendo um baixo nível de alfabetização financeira. Tais conclusões ratificam a urgência e a necessidade de desenvolver ações efetivas para minimizar o problema do analfabetismo financeiro. De modo especial, sugere-se que os maiores esforços sejam empreendidos para atingir os indivíduos do gênero feminino, com dependentes e baixos níveis de escolaridade e renda. Essa identificação pode ser útil, por exemplo, para auxiliar os diversos agentes econômicos na confecção de estratégias e produtos financeiros adequados ao perfil de seus clientes. Do ponto de vista governamental, pode permitir, por exemplo, identificar os grupos mais vulneráveis e, com isso, focar ações para melhoria do nível de alfabetização financeira desses grupos específicos.

A presente pesquisa busca contribuir de forma que fomente a discussão e a busca por políticas de incentivo à educação financeira. Objetivando identificar a influência da educação financeira nas decisões dos alunos das escolas em relação a atitudes financeiras.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Conhecimentos financeiros passou a ser primordial para a compreensão principalmente da atual conjuntura econômica e financeira. Em tempos atrás esse tipo de

informação era privilégio apenas para pessoas que trabalhavam com esse segmento. Com as alterações vindas do atual cenário nacional e internacional fizeram com que esse tipo de conhecimento fosse propagado por todos os cidadãos.

Nesse contexto, é possível com educação financeira discutir e entrar em um mundo que normalmente só faz parte do “mundo adulto”, mas que no fundo, é uma necessidade até daqueles que ainda não são alfabetizados. Mesmo esses que não sabem ler precisarão em sua vida lidar com situações cotidianas que necessitam do conhecimento financeiro (KERN, 2009).

A educação financeira pode ser abrangida como sendo um conjunto de ações e atividades que auxiliam no desenvolvimento de competências para lidar com várias situações financeiras enfrentadas no cotidiano, ou seja, essa educação deve ser um processo frequente, de forma que acompanhe a evolução dos mercados e a complexidade crescente das informações que os rodeiam (TEIXEIRA, 2015).

Gadelha, Lucena e Correia (2014, p.3), colocam que:

A Educação Financeira não consiste apenas em aprender como economizar, cortar gastos, poupar e acumular dinheiro, vai muito além desses fatores. É buscar uma melhor qualidade de vida tanto no hoje quanto no futuro, proporcionando a segurança necessária para garantir uma aposentadoria mais tranquila e aproveitar as coisas boas da vida, e ao mesmo tempo, obter uma garantia caso ocorra eventuais imprevistos.

No seio familiar fala-se sobre vários assuntos, infelizmente, assuntos financeiros não estão tão presentes quanto deveriam. Ressalta-se que é preciso ir inserindo essa temática nos lares, em rodas de conversas entre amigos e famílias com a finalidade de discutir e adquirir bases fundamentadas que possam auxiliar em decisões voltadas para área financeira.

Não se pode tratar o tema finanças de uma única maneira. O assunto é repleto de possibilidades além de passar por mudanças, especialmente na sociedade moderna que vive em constante transição. Todavia, é possível criar uma espécie de manual de conduta aplicável sem levar em consideração situação econômica ou grau de instrução. Assim, não deve-se tratar as finanças como tabu ou algo inalcançável, apenas saber trabalhá-la adequadamente.

De acordo com Tiba (2005, p. 217), “Na ancestral família, o pai era o responsável por trazer o dinheiro para casa e a mãe o administrava, respondendo inclusive pela criação

dos filhos. O novo paradigma é que pai e mãe tragam o dinheiro para a casa [...]”. Desta forma, é importante repensar os tabus que estão em torno do assunto que envolve o dinheiro, pois a família, para ter equilíbrio financeiro, precisa dividir e discutir os assuntos que se referem ao dinheiro, porque é dele que são supridas as necessidades básicas.

Nesse contexto, de novas tendências, levar o assunto para discussão familiar é importante, pois criar os filhos nos dias atuais, onde a indústria investe pesado no consumismo, não é tarefa tão fácil, por isso conversar sobre poupar, e saber gastar é indispensável.

Diante esse cenário, uma boa educação financeira de qualidade se faz necessário diante de um mercado cada vez mais competitivo, assim a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) enfatiza alguns princípios e recomendações ligadas a esse tipo de educação, assim Savoia, Saito e Santana (2007, p. 1129) demonstram em sua pesquisa:

- A educação financeira deve ser promovida de uma forma justa e sem vieses, ou seja, o desenvolvimento das competências financeiras dos indivíduos precisa ser embasado em informações e instruções apropriadas, livres de interesses particulares.
- Os programas de educação financeira devem focar as prioridades de cada país, isto é, se adequarem à realidade nacional, podendo incluir, em seu conteúdo, aspectos básicos de um planejamento financeiro, como as decisões de poupança, de endividamento, de contratação de seguros, bem como conceitos elementares de matemática e economia. Os indivíduos que estão para se aposentar devem estar cientes da necessidade de avaliar a situação de seus planos de pensão, necessitando agir apropriadamente para defender seus interesses.
- O processo de educação financeira deve ser considerado, pelos órgãos administrativos e legais de um país, como um instrumento para o crescimento e a estabilidade econômica, sendo necessário que se busque complementar o papel exercido pela regulamentação do sistema financeiro e pelas leis de proteção ao consumidor.
- O envolvimento das instituições financeiras no processo de educação financeira deve ser estimulado, de tal forma que a adotem como parte integrante de suas práticas de relacionamento com seus clientes, provendo informações financeiras que estimulem a compreensão de suas decisões, principalmente nos negócios de
- longo prazo e naqueles que comprometam expressivamente a renda atual e futura de seus consumidores.
- A educação financeira deve ser um processo contínuo, acompanhando a evolução dos mercados e a crescente complexidade das informações que os caracterizam.
- Por meio da mídia, devem ser veiculadas campanhas nacionais de estímulo à compreensão dos indivíduos quanto à necessidade de buscarem a capacitação financeira, bem como o conhecimento dos riscos envolvidos nas suas decisões. Além disso, precisam ser criados sites específicos, oferecendo informações gratuitas e de utilidade pública.

- A educação financeira deve começar na escola. É recomendável que as pessoas se insiram no processo precocemente.
- As instituições financeiras devem ser incentivadas a certificar que os clientes leiam e compreendam todas as informações disponibilizadas, especificamente, quando forem relacionadas aos negócios de longo prazo, ou aos serviços financeiros, com consequências relevantes.
- Os programas de educação financeira devem focar, particularmente, aspectos importantes do planejamento financeiro pessoal, como a poupança e a aposentadoria, o endividamento e a contratação de seguros.
- Os programas devem ser orientados para a construção da competência financeira, adequando-se a grupos específicos, e elaborados da forma mais personalizada possível

Diante essa necessidade de disseminação da cultura da educação financeira frente a busca por programas que proporcionem estratégias de forma que possam permitir a propagação dos conteúdos educacionais que poderão auxiliar na formação de cidadãos aptos a refletir acerca do processo de construção da autonomia financeira, e essa autonomia pode ser construída a partir de uma educação iniciada nas escolas em conjunto com as famílias.

2.2 EDUCAÇÃO NA ESCOLA

É no ambiente escolar que crianças e jovens adquirem conhecimento, como também a capacidade de conviver em sociedade, tomando escolhas que irão influenciar na realização dos seus sonhos e suas atitudes influenciam de forma direta na sociedade.

A estrutura pedagógica deve proporcionar aos jovens ensinamentos que proporcionem capacidade de escolher e planejar o que eles querem para si, suas famílias e os grupos sociais aos quais pertencem através da construção de um pensamento financeiro, desenvolvido através de condutas independentes e saudáveis (TEIXEIRA, 2015).

Nesse sentido, é fundamental que se incentive o aluno a conhecer e pôr em prática as informações, levar o indivíduo a pensar por si, e não replicar aquilo que é pensamento do professor.

Vygotsky (2004, p. 452), afirma que:

[...] até hoje o aluno tem permanecido nos ombros do professor. Tem visto tudo com os olhos dele e julgado com a mente dele. Já é hora de colocar o aluno sobre as suas próprias pernas, de fazê-lo andar e cair, sofrer dor e contusões e escolher a direção. E o que é verdadeiro para a

marcha – que só se pode aprendê-la com as próprias pernas e com as próprias quedas – se aplica igualmente a todos os aspectos da educação.

Vivemos em um contexto onde o aluno não pensa por si só, ele replica tudo aquilo que é dito em sala de aula e pensado pelo professor, deve-se começar a ensiná-lo a pensar, ter seus próprios posicionamentos e isso será possível quando o aluno for instigado a andar com suas próprias pernas.

Desta forma, considera-se o aluno personagem principal de sua aprendizagem e não um simples ouvinte do conhecimento. Ainda referenciando Vygotsky (2004, p. 456):

No fim das contas, só a vida educa, e quando mais amplamente ela irromper na escola, mais dinâmico e rico será o processo educativo. O maior erro da escola foi ter se fechado e se isolado da vida com uma cerca alta. A educação é tão inadmissível fora da vida quanto a combustão sem oxigênio ou a respiração no vácuo. Por isto o trabalho educativo do pedagogo deve estar necessariamente vinculado ao seu trabalho criador, social e vital.

Produzir conhecimento exige uma ação partilhada, onde existe uma intermediação entre o indivíduo, na qual a relação social é condição necessária para que desenvolva o conhecimento.

Mankiw (2001, p. 543) afirma que “o investimento em educação é tão importante quanto o investimento em capital físico para o sucesso econômico a longo-prazo de um país”.

Sendo assim, a educação é uma das formas de melhorar o padrão de vida da população. E também aumentar a economia de um país, pensando em longo prazo.

Com o aumento das operações, serviços financeiros, a globalização, a tecnologia que avança, dentro outros aspectos, exigem do cidadão uma cultura financeira mais precisa e consciente, afim de, conseguirem se integrar as transformações e transformar o resultado delas em uma qualidade de vida melhor para toda sociedade.

Diante esse cenário, é indispensável que seja dirigida uma atenção em especial para refletir sobre a forma de promoção do desenvolvimento da consciência para a formação de um cidadão. Essa forma de acompanhamento pode ser implementada em conjunto com a escola e as ações governamentais, pois tais autoridades são responsáveis pela criação e aplicação de leis voltadas à formação das pessoas no sentido de sua cidadania (PELICIOLI, 2011).

2.3 FINANÇAS PESSOAIS

Diante do contexto atual, percebe-se que as altas taxas de endividamento do brasileiro são variáveis de constantes discussões acerca das finanças pessoais, onde quadros específicos com a presença de economistas são destinados a orientar a população a lidar com essas situações com a finalidade de manter o controle diante da facilidade do crédito.

Nesse contexto, finanças pessoais para Monteiro, Fernandes e Santos (2011, p. 2) “é tudo que está relacionado à gestão do próprio dinheiro, passando pela organização de contas, administração das receitas, das aplicações financeiras, previsão de rendimentos e priorização de investimentos”.

Esta área aborda o planejamento da renda pessoal, através de quanto deve ser aplicada nas despesas gerais, a fração que deve ser destinada a poupança para os acontecimentos e momentos de crise, bem como os investimentos que podem ser realizados com objetivos de atingir rentabilidade e alcançar sonhos materiais.

Pires (2006, p. 13), “As finanças pessoais têm por objeto de estudo e análise as condições de financiamento das aquisições de bens e serviços necessários à satisfação das necessidades e desejos individuais”.

Para melhor entendimento do tema, segundo Pires (2006 p. 15), o objetivo das finanças pessoais é assegurar que:

- as despesas do indivíduo (ou família) sejam sustentadas por recursos obtidos de fontes sobre as quais tenha controle, de modo a garantir a independência de recursos de terceiros, que têm custo e às vezes estão indisponíveis quando mais se precisa deles;
- as despesas sejam distribuídas proporcionalmente às receitas ao longo do tempo (em outras palavras, que haja adequada combinação entre consumo e poupança;
- as metas pessoais possam ser atingidas mediante a compatibilização entre o querer (necessidades e, principalmente, desejos) e o poder (capacidade de compra): ou aumentasse o poder ou se reduz o querer, o que requer decisões e ações planejadas.

Nesse contexto, para alcançar os objetivos das finanças pessoais é necessário ter conhecimento sobre como funciona o dinheiro e o mercado, isto é, os fundamentos das finanças pessoais. Ao conhecê-los, os indivíduos e as famílias podem enfim obter sua

autonomia, dispensando os incansáveis conselhos e dicas repassados pelos especialistas, nas revistas, programas de TV e jornais. (PIRES, 2006).

Tendo os objetivos traçados, é necessário o planejamento, pois não se deve deixar que o futuro financeiro esteja fadado ao acaso. Tendo em vista que tal atitude traga penosas consequências. Qualquer decisão tomada de forma equivocada, levada pelo impulso do momento pode trazer dificuldades que se estenderão por longos anos.

Conforme Consalter (2005, p. 156):

O consumidor precisa enfrentar três diferentes batalhas contra o crédito, uma, contra si mesmo e seu desejo de “ter”; outra contra a avalanche virtual da publicidade via televisão, internet, telefone, etc.; e, uma terceira, contra o ataque físico, quando, caminha pelo centro da cidade, é incessantemente abordado por homens e mulheres de panfletos em punho.

O conhecimento desses fatores e de sua influência por parte do próprio indivíduo poderá levá-lo a decisões mais racionais, uma vez que o conhecimento possibilita o controle dessas ações. Vencidas essas distorções e atalhos, as pessoas poderão realizar escolhas que não prejudiquem suas finanças e assim fugindo endividamento.

Como bem enfatiza Monteiro, Fernandes e Santos (2011, p. 2) “para conseguir bons resultados é necessária a noção dos instrumentos financeiros e do funcionamento dos mercados, pois na ausência desse conhecimento o aparecimento de vieses nas decisões se torna inerente aos investidores incultos”.

Sendo assim uma educação financeira designada à população permitiria não só uma saída a inadimplência como também uma maior rentabilidade da renda pessoal a partir dos conceitos financeiros, criando uma cultura de conscientização financeira.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nessa seção são descritos os procedimentos metodológicos utilizados para a concretização dos objetivos propostos.

No que se refere à classificação científica, quanto aos objetivos, este artigo classifica-se como descritivo, visto que buscou descrever o nível de conhecimento obtido pelos alunos do ensino médio de uma escola pública do município de São José do Egito – PE no diz respeito á educação financeira e comportamentos em relação às decisões de

consumo, poupança entre outras variáveis ligadas a essa temática. Assim, de acordo com Gil (2002, p. 42):

As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática.

Quanto aos meios ou procedimentos utilizados, pode-se classificar esta pesquisa como um levantamento e bibliográfica.

De acordo com Gil (2002, p.50), as pesquisas de levantamento:

As pesquisas deste tipo caracterizam-se pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Basicamente, procede-se à solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado para, em seguida, mediante análise quantitativa, obterem-se as conclusões correspondentes aos dados coletados.

Em relação ao método bibliográfico, “é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 158).

Com relação à coleta de dados, foi utilizado o questionário, onde Marconi e Lakatos (2003, p. 201) descrevem ser “um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito [...]”. O mesmo foi dividido em três seções, sendo a primeira: o perfil social dos respondentes; seguido pela seção que aborda os conhecimentos relacionados a decisões de consumo, motivação e consequências; e por último a análise do nível de educação financeira. Dessa forma, o questionário foi aplicado aos alunos do 1º, 2º e 3º ano do ensino médio de uma escola técnica de Pernambuco, durante o mês de março de 2018, onde os alunos tem em sua grade curricular assuntos referentes a educação financeira no último ano do ensino médio, sendo assim foi possível observar que aqueles que estão no 1º e 2º ano tem uma percepção menor sobre o tema pois ainda não tiveram contato na escola com matérias dessa área.

Ressalta-se que o instrumento de coleta de dados foi adaptado dos trabalhos de (BARROS, 2010; VIEIRA, BATAGLIA E SEREIA, 2011; LACERDA, 2016; e SANTOS, 2017).

O universo da pesquisa foi com base na quantidade de alunos matriculados, totalizando 270 alunos. O universo segundo Beuren (2009, p. 118), destaca “que é a totalidade de elementos distintos que possui certa paridade nas características definidas para determinado estudo”. Dessa forma a amostra foi composta por 109 estudantes entre alunos 1º, 2º e 3º ano do ensino médio. A amostra é não probabilística, pois a quantidade de entrevistados não corresponde ao total de estudantes matriculados, pelo fato de que na data da aplicação do questionário alguns alunos não se encontrarem em sua totalidade.

As informações foram tratadas com a utilização de uma planilha eletrônica, através do programa Microsoft Excel, com o objetivo de tabular os dados, na medida em que foram coletados e assim facilitar a análise e discussão dos resultados.

A escola foi escolhida por ser uma escola técnica em administração, e por ter em sua grade curricular assuntos referentes à educação financeira, por proporcionar aos alunos uma matéria relacionada à contabilidade, desenvolve projetos com os alunos sobre finanças pessoais. A pesquisa tratou apenas dos estudantes do ensino médio, pois os alunos têm um conhecimento maior sobre o assunto.

4 ANALISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta etapa, apresentam-se os resultados e discussões dos dados obtidos através da aplicação dos questionários, composta integralmente pelos alunos que estão cursando o ensino médio de uma escola técnica de Pernambuco.

4.1 PERFIL DOS ESTUDANTES

Nessa seção serão demonstrados os principais resultados obtidos dos respectivos respondentes com relação às informações sócio demográficas: faixa etária; sexo; estado civil; período do ensino médio; se exerce atividade remunerada; renda líquida e membros residentes.

Com base nos dados evidenciados na Tabela 1, compreende-se que a maioria dos respondentes (97%), apresentam idades entre 14 e 18 anos. Observa-se que esse percentual se aproxima com os resultados apresentados pelo PNAD (2016), onde aproximadamente 87,9% dos jovens nessa mesma faixa se encontram cursando o ensino médio.

Faixa etária		
<i>Opção de Resposta</i>	<i>F</i>	<i>%</i>
De 14 até 18 anos	106	97%
De 18 até 22 anos	3	3%
Acima de 22 anos	0	0%
Total	109	100%

Tabela 1 – Faixa Etária
Fonte: Dados da pesquisa (2018)

Com relação ao gênero, a Tabela 2 mostrou que 52% são do sexo feminino enquanto que 47% são do sexo masculino. A divisão do gênero foi bem equilibrada, com predominância das mulheres.

Sexo		
<i>Opção de Resposta</i>	<i>f</i>	<i>%</i>
Feminino	57	52%
Masculino	51	47%
Não responderam	1	1%
Total	109	100%

Tabela 2 – Gênero
Fonte: Dados da pesquisa (2018)

Quanto ao estado civil, percebeu-se de acordo com a Tabela 3, que a maioria dos respondentes (97%) afirmaram estarem solteiros. Percentual este, que pode ser entendido pelo fato de se constatar segundo a variável anterior um perfil juvenil onde a grande maioria apresentou idades entre 14 a 18 anos.

Estado Civil		
<i>Opção de Resposta</i>	<i>f</i>	<i>%</i>
Solteiro	106	97%
Casado/União Estável	3	3%
Separado/Divorciado	0	0%
Viúvo	0	0%
Total	109	100%

Tabela 3 – Estado Civil
Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Na análise com relação ao ano do ensino médio que estão cursando, a Tabela 4 detectou um percentual de 39% para os respondentes do primeiro ano, 35% para os do segundo ano e por fim 26% para do terceiro ano.

Série Ensino Médio?		
<i>Opção de Resposta</i>	<i>F</i>	<i>%</i>
1º Ano	43	39%
2º Ano	38	35%
3º Ano	28	26%
Total	109	100%

Tabela 4 – Ano do Ensino Médio
Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Na análise da variável atividade remunerada, foi possível verificar segundo dados apresentados na Tabela 5 abaixo, que a maioria dos respondentes (87%) não exercem nenhum tipo de trabalho remunerado. Ressalta-se que esse percentual se dá ao fato de que a maioria ainda morarem com os pais, sendo assim sustentados por eles e ainda por se apresentarem em grande parte na faixa etária de 14 a 18 anos, entre outras variáveis observadas nas tabelas acima apresentadas.

Exerce atividade remunerada?		
<i>Opção de Resposta</i>	<i>F</i>	<i>%</i>
Não	95	87%
Sim	13	12%
Não responderam	1	1%
Total	109	100%

Tabela 5–Atividade Remunerada
Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Quanto a renda familiar, observou-se de acordo com a Tabela 6 que 50% apresentaram uma renda de até 1 salário mínimo. Esse resultado corrobora com as palavras do ministro da Educação, Mendonça Filho (2016), "Sem fazer um aprofundamento de estudos, há uma percepção clara de que a crise econômica afeta a disposição de jovens de se matricular no ensino superior". Com essa renda fica difícil uma família grande sustentar o jovem no ensino superior.

Nível renda mensal familiar?		
<i>Opção de Resposta</i>	<i>F</i>	<i>%</i>
Até 1 Sal. Mínimo (SM)	55	50%
> 1 SM até 4 SM	45	41%
+ 4 SM	4	4%
Não responderam	5	5%
Total	109	100%

Tabela 6–Renda mensal da Família
Fonte: Dados da pesquisa (2018).

No que diz respeito à quantidade de membros da família que residem com os respondentes, pôde-se observar segundo a tabela 7 que 48,62% moram com até 3 pessoas, número semelhante aos respondentes que residem de 3 á 7 pessoas.

Membros residentes com você?		
<i>Opção de Resposta</i>	<i>F</i>	<i>%</i>
Até 3	53	48,62%
De 3 até 7	53	48,62%
De 8 até 10	1	0,92%
Acima de 10	2	1,84%
Total	109	100%

Tabela 7—Membros da Família
Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Após a análise da primeira seção da pesquisa, ficou evidente um perfil jovem encontrado entre os respondentes, onde esses se encontram em sua maioria entre 14 e 18 anos de idade com um equilíbrio entre os gêneros, onde a maioria são solteiros e sem atividade remunerada e ainda foi possível verificar uma renda familiar de até um salário mínimo.

4.2 DECISÕES DE CONSUMO

Nessa seção serão apresentadas questões ligadas as decisões de consumo entre os respondentes, como: a forma e motivos no qual realizam compras, gestão do dinheiro, formato de controle dos gastos, estratégias utilizadas para aquisição de algo de valor superior, influência da mídia na questão do consumo e por fim o endividamento.

A Tabela 8 evidenciou a forma como os respondentes costumam realizar suas compras, assim foi possível verificar que 69% (a maioria) afirmaram efetuar suas aquisições à vista. Ressalta-se uma atenção em especial para a interpretação dessa variável, pois mesmo não apresentando em sua maioria atividade remunerada como demonstrado anteriormente (Tabela 5), esses se mostraram com perfis controlados, ou seja, não recorrendo a outros meios que pudessem levá-los a um desequilíbrio financeiro principalmente por não apresentarem remuneração. Ainda foi possível detectar um percentual pequeno (28%) entre os respondentes que recorreram ao cartão de crédito. Vale enfatizar que 25,2% da população segundo Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), realizada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços

e Turismo (CNC, 2018) que alega que a maior parte dessas dívidas vem do cartão de crédito.

Costume em realizar compras?		
<i>Opção de Resposta</i>	<i>F</i>	<i>%</i>
À Vista	75	69%
Cartão de Crédito	31	28%
Não responderam	3	3%
Cheque pré-datado	0	0%
Empréstimo consignado	0	0%
Total	109	100%

Tabela 8 – Forma de Realização de Compras
Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Com o objetivo de avaliar a percepção dos respondentes no que diz respeito ao motivo pelo qual realizam suas compras, a Tabela 9 demonstrou que a maioria (82,57%) afirmaram por terem necessidade. Tem-se uma população consciente naquilo que diz respeito a variável necessidade e não apenas a questão do consumismo desenfreado, deixando-se levar por um impulso, pelo prazer, simples satisfação do ego ou até mesmo pelo motivo de estar em promoção.

Qual a motivação para comprar?		
<i>Opção de Resposta</i>	<i>F</i>	<i>%</i>
Por necessidade	90	82,57%
Por Prazer	15	13,77%
Por impulso	2	1,83%
Promoção	2	1,83%
Total	109	100%

Tabela 9 – Motivação de compras
Fonte: Dados da pesquisa (2018).

A Tabela 10 buscou analisar uma situação de gestão do próprio dinheiro, onde foi indagado um recebimento de um bônus e por quanto tempo conseguiria viver e assim foi possível perceber que 54% viveria de 1 a 6 meses com essa quantia seguidos por 43% dos respondentes que não conseguiriam nem passar o primeiro mês. Ressalta-se um desencontro desse último percentual que diz respeito aos que se mostraram descontrolados na questão da administração dinheiro, apesar de anteriormente demonstradas situações de controles tanto para aquisições como na forma como eram realizadas e principalmente na

ausência do consumismo. Fato esse que pode ser justificado pela ausência de conhecimentos a essa temática, onde 39% dos respondentes ainda se encontram cursando o primeiro ano do ensino médio.

Justifica-se que criar uma relação saudável com o dinheiro desde cedo auxilia na construção de um futuro com independência financeira, e como resultado uma melhor condição de vida (CORREIA; LUCENA; GADELHA, 2014).

Se você ganhasse um bônus de R\$500/mm, por quanto tempo você conseguiria viver?		
<i>Opção de Resposta</i>	<i>F</i>	<i>%</i>
De um a seis meses	59	54%
Não conseguiria um mês	47	43%
Acima de um ano	2	2%
Um ano	1	1%
Total	109	100%

Tabela 10 –Gestão do dinheiro
Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Com relação à forma como os respondentes realizam os controles de seus gastos, a Tabela 11 evidenciou que 55% se utilizam de anotações no bom e velho caderno, os mais ligados a tecnologia (28%) acessam aplicativos no celular e 6% utilizam as planilhas do Excel. Resultados esses que mostraram positivos na questão da forma de controles, apesar da maioria ainda realizarem de forma rústica, quando na verdade temos um mundo de tecnologias a favor.

Como controla seus gastos mensais?	<i>F</i>	<i>%</i>
<i>Opção de Resposta</i>	<i>F</i>	<i>%</i>
Anotações em caderno	60	55%
Em aplicativos no celular	30	28%
Não responderam	12	11%
Planilha no Excel	7	6%
Total	109	100%

Tabela 11 –Forma de controle de gastos
Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Na análise da variável que diz respeito à estratégia para adquirir algo que apresente um valor maior, foi possível perceber segundo a Tabela 12, que dentre as estratégias mais utilizadas pelos respondentes estão o planejamento com antecedência (41,28%) e a velha

tática de dar uma entrada no ato da aquisição (30,28%) e assim fazendo com que o valor da parcela diminua respectivamente. Destaca-se que esses resultados confirmam com os dados apresentados na Tabela 9, onde foi demonstrado que a maioria dos estudantes afirmam que o motivo pelo qual realizam suas compras é por terem necessidade e dessa forma, essa necessidade é planejada ou ainda organizada segundo os respondentes de acordo com seu orçamento.

Qual a sua estratégia quando deseja adquirir algo que apresente um valor maior?		
<i>Opção de Resposta</i>	<i>F</i>	<i>%</i>
Planejo-me com antecedência	45	41,28%
Geralmente, já tenho uma parte para dar de entrada	33	30,28%
Busco parcelar	21	19,27%
Parcelo ao máximo	10	9,17%
Total	109	100%

Tabela 12 –Estratégia de compras
Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Com relação à influência acerca de propagandas, programa de TV, entre outros meios de comunicação, percebeu-se segundo a Tabela 13 que 93,58% afirmaram que esses meios exercem uma influência com relação ao consumo.

Ressalta-se que apesar da afirmação da maioria, esses não se deixam levar por essas influências, como pôde-se observar na Tabela 9, que demonstrou uma ausência de consumismo, levando a esses respondentes adquirem algo apenas por necessidade e não apenas por interferência das mídias.

Acredita que propagandas/programas de TV influenciam o consumo?		
<i>Opção de Resposta</i>	<i>F</i>	<i>%</i>
Sim	102	93,58%
Não	5	4,59%
Não responderam	2	1,83%
Total	109	100%

Tabela 13 –Influência de propagandas de TV
Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Na questão que diz respeito ao endividamento, observou-se na Tabela 14 que 93% dos respondentes não se consideram endividados, a ausência de dívidas pode ser ligada a alguns quesitos anteriores, onde nas Tabelas 8, 9e12 que demonstraram em sua grande maioria realizarem compras à vista e por necessidade e ainda fazendo um planejamento daquilo que desejam adquirir.

Você se considera endividado?		
<i>Opção de Resposta</i>	<i>F</i>	<i>%</i>
Não	101	93%
Sim	8	7%
Total	109	100%

Tabela 14–Endividamento
Fonte: Dados da pesquisa (2018).

De acordo com os dados apresentados na Tabela 15 abaixo, foi possível perceber que 92,67% dos respondentes não responderam à questão relativa a razão relacionada a dívidas, vale ressaltar que esse percentual corrobora com os apresentados na Tabela anterior, onde foi demonstrado em sua maioria que os respondentes não possuem obrigações a cumprir. Percentual esse esperado, pois se tem uma população organizada financeiramente apesar da maioria não apresentarem remuneração.

Qual a principal razão para sua dívida?	<i>F</i>	<i>%</i>
<i>Opção de Resposta</i>	<i>F</i>	<i>%</i>
Não responderam	101	92,67%
Má gestão orçamentária	4	3,66%
Falta de planejamento	3	2,75%
Desemprego ou queda na renda	1	0,92%
Alta propensão ao consumo	0	0%
Fácil acesso ao crédito	0	0%
Total	109	100%

Tabela 15–Razões da dívida
Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Ao final dessa seção, foi possível constatar algumas variáveis ligadas a questão do consumo, onde os respondentes em grande maioria se mostraram como pessoas seguras, controladas, organizadas e distantes de um consumismo desequilibrado que levariam a situações comprometedoras e muitas vezes difícil de contornar.

4.3 NÍVEL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA DOS RESPONDENTES

Nessa última seção serão abordados o nível de conhecimentos sobre educação financeira obtidos pelos respondentes em questões ligadas: considerações acerca da educação financeira, metodologias implantadas pela escola na grade curricular sobre conceitos relacionados a educação financeira, interesses sobre a temática, estratégia utilizadas para aquisição desse conhecimento, inserção da disciplina nos primeiros anos escolares, entre outras variáveis ligadas a esse assunto.

De acordo com os dados apresentados na Tabela 16 abaixo, foi possível detectar que todos os respondentes consideram a educação financeira como essencial e importante. Ressalta-se que esse diagnóstico coaduna-se com as situações apresentadas anteriormente na seção dois, onde a maioria demonstrou-se como uma população consciente tanto na questão do consumismo como na forma de controle e planejamento e assim percebe-se claramente essa importância atribuída por esses respondentes. Nesse sentido, conhecimentos financeiros é algo fundamental para a compreensão da saúde financeira, principalmente para o entendimento das atuais alterações advindas da conjuntura econômica.

Como você considera a Educação Financeira:		
Opção de Resposta	<i>f</i>	%
Essencial	73	67%
Importante	36	33%
Pouco importante	0	0%
Sem importância	0	0%
Total	109	100%

Tabela 16–Consideração acerca da educação financeira
Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Segundo dados apresentados na Tabela 17, percebeu-se que 50% dos respondentes afirmaram que a escola proporciona em sua grade curricular metodologias que abordam através de uma disciplina específica conceitos sobre educação financeira, 24% afirmaram que a escola promove cursos, oficinas, feiras, palestras, conversas abordando a temática e 20% ofertado através de outras disciplinas.

Segundo a Escola esse conteúdo relacionado a educação financeira presente em sua grade curricular só é oferecido apenas no último ano do ensino médio, assim alunos do 1º e 2º anos ficaram confusos em relação a algumas questões específicas da pesquisa, fato esse

justificado pela ausência dessa temática que já deveria ter sido introduzida desde as primeiras rotinas escolares.

Corroborando com essa inserção, o Governo Federal através do decreto de nº 7.397 de dezembro de 2010, em seu artigo 1º, instituiu a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), com a finalidade de promover e estimular a educação financeira para o fortalecimento da cidadania e a tomada de decisões conscientes por parte da população. A ENEF tem como proposta a inclusão da educação financeira como tema a ser trabalhado nas escolas.

A escola oferece em sua grade curricular metodologias que abordem conceitos relacionados a educação financeira?		
<i>Opção de Resposta</i>	<i>F</i>	<i>%</i>
Sim, há uma disciplina específica.	55	50%
Sim, promove cursos, oficinas, feiras, palestras, conversas abordando o tema.	26	24%
Sim, oferece o conteúdo inserida em outras disciplinas.	22	20%
Não	6	6%
Total	109	100%

Tabela 17– Grade curricular e metodologia relacionadas a educação financeira.
Fonte: Dados da pesquisa (2018).

As informações da Tabela 18, mostraram que 83% dos respondentes afirmaram quando indagados que tem interesse em assuntos envolvendo a educação financeira, embora implantada apenas no último ano segundo mencionado pela Escola pesquisada.

Tem interesse nos assuntos envolvendo a temática da educação financeira?		
<i>Opção de Resposta</i>	<i>F</i>	<i>%</i>
Sim	90	83%
Não	19	17%
Total	109	100%

Tabela 18– Interesse pela educação financeira
Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Quando indagados sobre a educação financeira ser instrumento indispensável no auxílio ao desenvolvimento econômico, a Tabela 19 demonstrou que a maioria (93,58%) afirmam que concordam plenamente. Ressalta-se que os respondentes tem um certo conhecimento de como essa temática influencia na compreensão de conceitos relacionados a finanças pessoais, e dessa forma contribuindo para formação de cidadãos informados financeiramente e assim contribuindo para uma diminuição do índice de inadimplências, onde esse atingiu 58,4%, no mês de setembro de 2017, sendo considerado o maior patamar dos últimos sete anos de acordo com a pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), divulgada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC, 2017).

Você considera a educação financeira um instrumento indispensável para auxiliar no desenvolvimento econômico?		
<i>Opção de Resposta</i>	<i>F</i>	<i>%</i>
Concordo plenamente	102	93,58%
Concordo parcialmente	6	5,50%
Discordo parcialmente	0	0%
Discordo plenamente	1	0,92%
Total	109	100%

Tabela 19–Considerações acerca da educação financeira no auxílio do desenvolvimento econômico.
Fonte: Dados da pesquisa (2018).

De acordo com a Tabela 20, percebeu-se que 84% dos respondentes concordaram plenamente com a citação do autor Pinheiro(2013), que enfatiza que a educação financeira é importante em todas as etapas da vida, auxiliando na realização de grandes sonhos e o fornecendo bases seguras para o sustento da família e ainda contribuindo para o bem-estar social.

<i>Opção de Resposta</i>	<i>F</i>	<i>%</i>
Concordo plenamente	92	84%
Concordo parcialmente	16	15%
Discordo parcialmente	0	0%
Discordo plenamente	0	0%
Não responderam	1	1%
Total	109	100%

Tabela 20–Importância da educação financeira em todas as etapas da vida
Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Na análise da Tabela 21, foi possível verificar que 80% dos respondentes concordaram plenamente que a educação financeira também pode ser realizada através da família, da escola, nos meios de comunicação, na comunidade, entre outros meios divulgados.

A educação financeira pode ser realizada através de estratégias na família, na escola, nos meios de comunicação, na comunidade, entre outros meios?		
<i>Opção de Resposta</i>	<i>F</i>	<i>%</i>
Concordo plenamente	87	80%
Concordo parcialmente	21	19%
Discordo parcialmente	0	0%
Discordo plenamente	0	0%
Não responderam	1	1%
Total	109	100%

Tabela 21–Aquisição da educação financeira
Fonte: Dados da pesquisa (2018).

A Tabela 22 detectou que 71% dos respondentes concordaram plenamente que a educação financeira desperta interesses por aspectos financeiros, como mercado de investimentos, poupança, consumo consciente e planejamento financeiro.

“A necessidade de adquirir conhecimentos financeiros, não é mais só inerente aos profissionais que trabalham com a área financeira, com o advento das diversas mudanças impostas pelo sistema capitalista, a preocupação com a educação financeira de qualidade se faz necessário” (CORREIA; LUCENA; GADELHA, 2014, p.1).

A educação financeira desperta interesse por informações financeiras ligadas a hábitos de poupança, investimentos, consumo consciente e planejamento por grande parte da população mundial.		
<i>Opção de Resposta</i>	<i>F</i>	<i>%</i>
Concordo plenamente	77	71%
Concordo parcialmente	31	28%
Discordo parcialmente	0	0%
Discordo plenamente	0	0%
Não responderam	1	1%
Total	109	100%

Tabela 22–Interesses com relação a aspectos financeiros
Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Na análise da questão da inserção da educação financeira nos primeiros anos escolares, a Tabela 23 evidenciou que maioria (80,73%) dos respondentes concordaram. Corroborando com a percepção acima, Domingos (2016) enfatiza sobre educação financeira, que “a abordagem deve ocorrer já em sala de aula, desde o Ensino Infantil, afinal de contas, como sempre digo e gosto de ressaltar, o assunto trabalha a questão comportamental, que não muda da noite para o dia e é mais difícil na fase adulta, quando se têm hábitos errôneos enraizados”.

Pinheiro (2013), corrobora no sentido que a educação financeira permiti desde a infância uma compreensão com relação às questões relacionadas ao dinheiro, na juventude uma vivência de forma independente, e na vida adulta proporcionando a concretização de planos idealizados anteriormente.

Você acredita que a educação financeira deve ser inserida nos primeiros anos escolares?		
Opção de Resposta	F	%
Sim, esses conceitos deveriam ser implantados	88	80,73%
Sim, mesmo implantado nos primeiros anos escolares só influenciará parcialmente na fase adulta	15	13,76%
Não, esse tipo de conhecimentos implantado inicialmente não os tornará um adulto consciente	5	4,59%
Não responderam	1	0,92%
Total	109	100%

Tabela 23–A educação financeira deve ser inserida nos primeiros anos escolares
Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Com o intuito de avaliar como os respondentes agiriam diante de uma situação emergencial relacionada a um gasto não previsto anteriormente, a Tabela 24 demonstrou que dentre as alternativas apresentadas, as mais destacadas foram: fariam uma análise para investigar os motivos 35,79% e aqueles que iriam recorrer os pais/familiares 29,36%. De acordo com uma pesquisa realizada pela ANBIMA (2017), e quantificada pela Data folha, “85% da população tem consciência da importância de guardar um dinheiro para emergências, 52% dos brasileiros não têm nenhuma reserva financeira”.

Como você agiria diante uma situação emergencial relacionada a um gasto não previstos anteriormente?		
Opção de Resposta	F	%
Faria uma análise para investigar os motivos que me levaram a essa situação	39	35,79%
Recorreria aos meus pais/familiares	32	29,36%
Recorreria a poupança	12	11%
Recorreria a um empréstimo	8	7,34%
Venderia algum bem	6	5,50%
Outro	6	5,50%
Utilizaria o limite do cheque especial	5	4,59%
Não responderam	1	0,92%
Total	109	100%

Tabela 24– Dados referentes tomada de decisão relacionada a um gasto não previsto

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Após análise dessa seção, identificou-se entre os respondentes que eles apresentaram um entendimento positivo que reflete com os resultados apresentados em seções anteriores, onde a maioria compreendeu que a educação financeira é um instrumento essencial em suas vidas, que contribui ativamente para a organização e o bom desempenho das finanças pessoais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou identificar o nível de educação financeira obtido pelos alunos do ensino médio de uma escola pública do município de São José do Egito – PE no ano de 2018.

Para atender ao objetivo proposto nesta pesquisa, foi realizado um levantamento por meio de um questionário estruturado ao qual foi aplicado aos respondentes de uma escola pública citada acima.

Após a realização desta pesquisa, verificou-se algumas questões ligadas as decisões de consumo entre os respondentes, onde a maioria realizam compras à vista e por necessidade apesar de não apresentarem renda, realizando controles principalmente através de anotações no caderno, sem falar que ainda utilizam a ferramenta do planejamento quando desejam adquirir algo principalmente que apresente um valor superior e dessa forma contribuindo para uma ausência de dívidas em suas vidas. Ressalta-se ainda, que esses se mostraram como cidadãos controlados, organizados e acima de tudo livres de práticas e vícios de um consumismo desenfreado que na maioria das vezes implicariam em situações emergências difíceis de conduzi-las.

Também foi percebido com relação à gestão do próprio dinheiro, um percentual equilibrado entre os que apresentaram uma boa administração com os que não foram tão capazes nessa organização, ou seja, um desencontro entre esses percentuais em questões no que diz respeito à administração das finanças, apesar de demonstradas situações de controles tanto para aquisições como na forma como eram realizadas e principalmente na ausência do consumismo. Motivo esse que pode ser justificado pela ausência de conhecimentos a essa temática, onde uma pequena parcela dos respondentes ainda se encontram cursando o primeiro ano do ensino médio.

Observou-se também se propagandas, programa de TV, entre outros meios de comunicação influenciavam o consumismo, e assim apesar da maioria afirmaram que esses meios exercem certa atuação, esses não se deixavam levar por essas intervenções.

Com relação à análise do nível de educação financeira obtido, foi possível perceber entre os respondentes que eles consideraram como essencial e importante, afirmando que conhecimentos financeiros é fundamental para a compreensão da saúde financeira, principalmente para o entendimento das atuais alterações advindas da conjuntura econômica. Esse conhecimento é adquirido em boa parte na escola, onde a mesma proporciona em sua grade curricular metodologias que abordam através de uma disciplina específica conceitos sobre o tema como também promove cursos, oficinas, feiras, palestras, conversas abordando a temática. Ressalta-se que esse conteúdo relacionado com essa área só é ofertado apenas no último ano do ensino médio, assim alunos do 1º e 2º anos ficaram desprovidos dessas informações fundamentais que já deveria ter sido introduzida desde as primeiras rotinas escolares. Apesar desse conhecimento limitado para alguns alunos, esses demonstraram um certo conhecimento acerca da educação financeira como forma de auxílio no desenvolvimento econômico.

Ressalta-se também segundo os respondentes, onde concordaram plenamente que a educação financeira também pode ser realizada através da família, e não apenas pela escola, nos meios de comunicação, na comunidade, entre outros meios divulgados.

Observou-se também interesses por aspectos financeiros, como mercado de investimentos, poupança, consumo consciente e planejamento financeiro.

Diante o cenário apresentado, constatou-se que a maioria dos respondentes não indicaram um diagnóstico que demonstrasse atributos de um consumismo desenfreado, pelo contrário, demonstraram situações de organização realizada através de anotações no

caderno que levam a um planejamento principalmente quando desejam adquirir algo de valor superior.

Percebeu-se de forma geral um nível de conhecimento favorável entre os respondentes acerca dessa temática, onde esses apresentaram uma influência positiva na compreensão de conceitos relacionados a educação financeira, e dessa forma contribuindo para formação de cidadãos informados financeiramente e assim contribuindo para uma diminuição do índice de inadimplências. Enfatizam ainda que esse tema é importante em todas as etapas da vida, fornecendo bases seguras para o sustento da família e ainda contribuindo para o bem-estar social.

Este estudo limitou-se apenas a pesquisar uma única escola, assim sugere-se como futuras pesquisas, estender o maior número de escolas possíveis envolvendo tanto a rede pública, municipal como também as redes particulares, assim podendo realizar comparações entre as diferentes grades curriculares presentes no ensino médio.

Desse modo, a presente pesquisa contribui para ampliar o consumo consciente, contribuindo para a disseminação da educação financeira, abordando a utilização de meios capazes de auxiliarem um planejamento financeiro capaz de proporcionar um equilíbrio financeiro seguro e saudável.

REFERÊNCIAS

BARROS, Carlos Augusto Rodrigues de; BONATTO, Heitor. Educação Financeira e Endividamento. In: **artigo, Escola Superior de Administração, Direito e Economia – ESADE** – Porto Alegre, RS, 2010.

BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática. São Paulo: Atlas**, 2009.

CONSALTER, Rafaela. O perfil do Super endividado no Rio Grande do Sul. **Journal of economic**, 2005.

COSTA, Cristiano Machado; MIRANDA, Cléber José. Educação Financeira e taxa de poupança no Brasil. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, v. 3, n. 3, p. 57, 2013. CNC: Percentual de famílias inadimplentes tem 1ª alta desde setembro. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/5429151/cnc-percentual-de-familias-inadimplentes-tem-1-alta-desde-setembro>>. Acesso em: 29/04/2018.

Decreto nº 7.397 de 22 de dezembro de 2010. Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF.

FERNANDES, André Henrique Santos; CANDIDO, João Gremmelmaier. Educação financeira e nível do endividamento: relato de pesquisa entre os estudantes de uma instituição de ensino da cidade de São Paulo. **Revista Eletrônica Gestão e Serviços**, v. 5, n. 2, p. 894-913, 2014.

FILHO, José Mendonça. MINISTRO DA EDUCAÇÃO.
Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/euestudante/ensino_ensinosuperior/2017/08/31/ensino_ensinosuperior_interna,622359/mec-divulga-o-censo-da-educacao-superior-de2016.shtml> Acesso em: 28/04/2018.

GADELHA, Kalyne Amaral Di Lorenzo; LUCENA, Wenner Glaucio Lopes; CORREIA, Thamirys de Souza. Decisões financeiras x formação acadêmica: uma contribuição com base na educação financeira. **Revista de Administração e Negócios da Amazônia**, v. 7, n. 1, p. 42-63, 2014.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. **São Paulo**, v. 5, n. 61, p. 16-17, 2002.

KERN, Denise Teresinha Brandão. **Uma reflexão sobre a importância de inclusão de Educação Financeira na escola pública**. Curso de Ensino de Ciências Exatas, Centro Universitário UNIVATES, Dissertação de Mestrado, 2009.

LACERDA, Lilian Izabele Silveira. **Estudo sobre finanças pessoais: educação financeira dos universitários de Campina Grande-PB. 2016**. Trabalho de Conclusão do curso de Ciência Contábeis da Universidade Estadual da Paraíba. 2017.

MARTINS, José Pio. **Educação financeira ao alcance de todos**. São Paulo: Editora Fundamento Educacional, 2004.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed.- São Paulo: Atlas, 2003.

MEDEIROS, Flaviani Souto Bolzan; LOPES, Taize de Andrade Machado. Finanças pessoais: um estudo com alunos do Curso de Ciências Contábeis de uma IES privada de Santa Maria-RS. **Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios**, v. 7, n. 2, p. 221-251, 2014.

MONTEIRO, Danilo Lima; FERNANDES, Bruno Vinícius Ramos; SANTOS, Wagner Rodrigues dos. Finanças pessoais: um estudo dos seus princípios básicos com alunos da Universidade de Brasília. **CAP Accounting and Management-B4**, v. 2013, n. 6, p. 9-27, 2011.

PELICIOLO, Alex Ferranti et al. **A relevância da educação financeira na formação de jovens**. Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática, Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Dissertação de Mestrado, 2011.

PINHEIRO, R. P. **Fundos de Pensão e Mercado de Capitais**. Instituto San Tiago Dantas de Direito e Economia e Editora Peixoto Neto, São Paulo, 2013.

PIRES, Valdemir. **Finanças pessoais fundamentos e dicas**. Piracicaba: Editora Equilíbrio, 2006.

PNAD Contínua 2016: 51% da população com 25 anos ou mais do Brasil possuíam apenas o ensino fundamental completo. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2013-agencia-de-noticias/releases/18992-pnad-continua-2016-51-da-populacao-com-25-anos-ou-mais-do-brasil-possuiam- apenas-o-ensino-fundamental-completo.html>> Acesso em 29 de abr de 2018.

POTRICH, Ani Caroline Grigion; VIEIRA, Kelmara Mendes; KIRCH, Guilherme. Determinantes da Alfabetização Financeira: Análise da Influência de Variáveis Socioeconômicas e Demográficas. **Revista Contabilidade & Finanças-USP**, v. 26, n. 69, p. 362-377, 2015.

SANTOS, Juliana Palmeira dos. **Educação financeira no âmbito escolar: um enfoque no ensino fundamental das escolas públicas e privadas da cidade de Campina Grande-PB**. Trabalho de Conclusão do curso de Ciência Contábeis da Universidade Estadual da Paraíba. 2017.

SAVOIA, José Roberto Ferreira.; SAITO, André Taue.; SANTANA, Flávia de Angelis. Paradigmas da educação financeira no Brasil. **Revista de Administração Pública – RAP**, Rio de Janeiro – RJ, v. 41(6), p.1121-41, Nov./Dez. 2007. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6620/5204>>. Acesso em: 10 mai de 2018.

SPC, proteção ao credito. Disponível em: <<http://www.cndf.org.br/noticia/inadimplencia-cresce-no-primeiro-trimestre-com-aumento-de-900-mil-brasileiros-negativados/>>. Acesso em: 01 de mai de 2018.

TEIXEIRA, James. **Um estudo diagnóstico sobre a percepção da relação entre educação financeira e matemática financeira**. Tese (Programa de Pós – Graduação da PUC – SP). São Paulo, 2015.

TIBA, Içami. **Adolescentes: Quem ama, educa**. Editora Integrare, 2005.

VIEIRA, Saulo Fabiano Amancio.; BATAGLIA, Regiane Tardiolle Manfre.; SEREIA, Vanderlei José. Educação financeira e decisões de consumo, investimento e poupança: uma análise dos alunos de uma universidade pública do norte do Paraná. **Revista de Administração da UNIMEP**. Piracicaba – SP, v.9, n.3, p. 61-86, 2011. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/4393/educacao-financeira-e-decisoes-de-consumo--investimento-e-poupanca--uma-analise-dos-alunos-de-uma-universidade-publica-do-norte-do-parana>>. Acesso em: 30 de mar de 2017.

VYGOTSKY, Levi Semenovich. Psicologia Pedagógica. **São Paulo: Martins Fontes**, 2004.

CAPÍTULO 3	A INFLUÊNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA ADMINISTRAÇÃO DAS FINANÇAS: UMA ANÁLISE DAS DECISÕES FINANCEIRAS DOS ACADÊMICOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PÚBLICA DA PARAÍBA NO PERÍODO DE 2015- 2016
	Tharliane Alexandre dos Santos Cristiane Gomes da Silva

1 INTRODUÇÃO¹

O país encontra-se em um processo de constantes mudanças, e a rapidez como modifica-se traz um grande desafio aos gestores, uma vez que eles têm que se adaptar a este novo cenário (VIEIRA; BATAGLIA; SEREIA, 2011).

Adquirir conhecimentos financeiros passou a ser fundamental para a compreensão da saúde financeira. Com as alterações vindas da atual conjuntura econômica e financeira fizeram com que esse tipo conhecimento fosse disseminado por todos os envolvidos no processo.

Nesse sentido, questões como inflação, taxas de juros e carga tributária vêm impactando diretamente nas decisões econômicas de toda a sociedade. Porém, não se pode esperar que esse impacto seja homogêneo, pois há diferenças nas consequências de decisões econômicas para os diferentes setores e pessoas, já que elas encontram-se em situações financeiras diversas (MEDEIROS; LOPES, 2014, p.3).

Ressalta-se que questões como essas citadas acima, influenciam diretamente na forma como os indivíduos organizam suas finanças de maneira a administrar com segurança suas receitas, tomando assim deliberações dinâmicas quanto à utilização e aplicação dos recursos disponíveis, e dessa forma se precavendo contra futuras circunstâncias não planejadas.

¹ Projeto PIBIC Cota (2016).
Trabalho Apresentado no III CONEDU – Congresso nacional de Educação (2016).

Nesse sentido, a educação financeira é refletida na administração das finanças, ajudando nas decisões de compra, poupança, consumo e investimento, ou seja, auxiliando os indivíduos a tomarem decisões coerentes em relação a administração financeira (GADELHA; LUCENA E CORREIA, 2014).

É fundamental que esse tipo de educação seja implantada nos primeiros anos escolares, proporcionando assim o primeiro contato financeiro entre os jovens através de atividades ilustrativas e conscientes relacionadas ao poder de compra, endividamento, ética, entre outras ações que possam estimular e implantar a disseminação dessa cultura financeira entre os jovens.

Pinheiro (2008), corrobora no sentido de que a educação financeira se faz importante em todas as fases, onde quando implantada logo na infância pode contribuir para compreensão da importância do dinheiro, já na juventude permitindo viver de forma independente, e na vida adulta proporcionando o sustento sob uma base segura e eficaz construída ao longo de uma vida.

“A educação financeira não pode ser privilégio só dos adultos e deve ser estendida também aos adolescentes, que serão os cidadãos de um futuro bem próximo. É na adolescência que encontramos o cenário ideal para novos conhecimentos em relação à construção financeira e econômica de um adulto” (NEGRI, 2010, p. 16).

Muitos são as vantagens adquiridas ao se implantar a Educação Financeira no gerenciamento da própria renda. Levando em consideração a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE (2006), destaca que entre os principais privilégios estão a maior credibilidade e segurança na tomada de decisão relacionada a situações financeiras.

Segundo Vieira, Bataglia e Sereia (2011), no Brasil algumas ações por parte de algumas instituições contribuem para os conhecimentos financeiros necessários a decisões de mercado e de negócios por parte da população, porém ainda muito distante de tornar algo como uma prioridade para a transferência desse tipo de conhecimento.

Tendo em vista que o conhecimento financeiro é essencial para tomadas de decisões, das quais serão utilizadas para todos os segmentos da vida cotidiana dos indivíduos.

Nesse sentido, “estudos no Brasil que venham a demonstrar a importância no processo de tomada de decisões de jovens trarão mais segurança nas finanças pessoais de

toda a população nessa faixa etária, criando assim desde cedo uma relação e uma independência financeira saudável” (CORREIA; LUCENA; GADELHA, 2014, p. 2).

Diante das considerações acima apresentadas, é fundamental que seja dispensada uma atenção a maneira como que os cidadãos estão lidando com relação às decisões financeiras presentes em suas rotinas. Nesse contexto, apresente-se o seguinte questionamento: **Qual o nível de educação financeira obtido pelos acadêmicos do curso de ciências contábeis em instituições de ensino superior pública da Paraíba com relação a atitudes de poupança, investimento e consumo no período de 2015 á 2016?**

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

Diante do exposto, essa pesquisa teve como objetivo identificar o nível de educação financeira obtido pelos acadêmicos do curso de ciências contábeis em instituições de ensino superior pública da Paraíba com relação a atitudes de poupança, investimento e consumo no período de 2015 á 2016.

1.1.2 Objetivos Específicos

- Apresentar o perfil socioeconômico da população em estudo.
- Discutir a percepção dos acadêmicos do curso de ciências contábeis com relação a decisões financeiras relacionadas ao processo de consumo, investimento e poupança.
- Verificar a influência do semestre em relação ao nível de conhecimento com relação à educação financeira.

1.2 JUSTIFICATIVA

Diante das considerações acima apresentadas, a educação financeira é um dos temas das grandes discussões no momento, onde algumas ações têm sido adotadas pelo governo federal através do decreto de nº 7.397 de dezembro de 2010, que criou a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), com o objetivo de estimular a educação

financeira de forma a fortalecer a população com relação a decisões financeiras conscientes por parte dos consumidores. Esse Decreto tem como proposta incluir a educação financeira como tema a ser trabalhado nas escolas com bases nas Diretrizes Curriculares.

Ressalta-se que o Decreto que instituiu a ENEF até o presente momento não foi regulamentado através de uma Lei, assim não existe uma obrigatoriedade para a implantação da disciplina voltada para a educação financeira no âmbito escolar, o que existe são algumas escolas ou projetos de extensão desenvolvidos por algumas universidades que desenvolvem atividades voltadas para finanças pessoais.

Ressalta-se, que essa ausência de conhecimento contribui para o endividamento das famílias, onde consumidores brasileiros com contas em atraso se aproximam dos 58 milhões em todo o país, representando aproximadamente 40% da população entre 18 e 95 anos segundo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil, 2016).

Diante os dados apresentados acima, destaca-se a necessidade da disseminação da educação financeira desde os primeiros anos escolares, despertando assim, desde os primórdios, interesses por informações a respeito de hábitos de poupança, investimentos, consumo consciente e planejamento de finanças pessoais, além de orientar a importância destes conceitos para o desenvolvimento da economia do país. Vale salientar ainda, que a ausência desses conhecimentos levam com facilidade ao endividamento dos indivíduos, e o resultado é, quase sempre, a perda da qualidade de vida.

1.3 ESTUDOS CORRELATOS

No intuito de contribuir com o tema discutido, são apresentados alguns estudos realizados anteriormente, dentre eles, destacam-se os realizadas por Medeiros e Lopes (2014), Correia, Lucena e Gadelha (2014), Gadelha, Lucena e Correia (2014), Lizote e Verdinelli (2014), Birochi e Pozzebon (2016).

O estudo de Medeiros e Lopes (2014) objetivou verificar o comportamento dos alunos do Curso Ciências Contábeis de uma Instituição de Ensino Superior privada de Santa Maria – RS, no que diz respeito as suas finanças pessoais. Os resultados apontaram que a maioria dos alunos pesquisados demonstrou ter consciência dos rendimentos ganhos, bem como saber lidar com suas finanças pessoais. Salienta-se ainda que, geralmente, costumam pagar as suas compras à vista, utilizando o dinheiro como forma de pagamento.

Correia, Lucena e Gadelha (2014), realizaram um estudo com o intuito de descrever o nível de educação financeira dos jovens estudantes de Ciências Contábeis. Sendo evidenciada a Teoria do Capital Humano, bem como a Teoria do Ciclo de Vida. Constatou-se que as mães com maior instrução acadêmica auxiliam para uma melhor educação financeira dos seus filhos, respondido pelo teste de Mann-Whitney U. No total de respondentes, uma porcentagem considerável optou pela estabilidade nos retornos dos investimentos em detrimento aos riscos. Apesar disso, quanto aos concluintes do curso, na questão que envolve poupar para adquirir um determinado bem, posteriormente, ou financiar, mais de 50% respondeu o financiamento como melhor opção, mesmo sabendo que esse último geralmente está acrescido de juros. Ao passo dos que afirmaram não possuir dívidas, muitos alunos demonstram se preocupar com a qualidade e preços dos produtos que adquirem.

Gadelha, Lucena e Correia (2014), apresentaram uma pesquisa que teve como objetivo verificar se os estudantes de uma instituição pública apresentam aspectos de formação financeira e se estes influenciam nas decisões financeiras para sua vida. Após a realização da pesquisa, os resultados apontaram que os cursos ligados a números como Ciências Contábeis e Economia estão intimamente ligados a melhor aceção de conhecimentos financeiros assimilados a vida acadêmica e vida pessoal. Verifica-se que o conhecimento sobre informações para gerenciar o dinheiro está concentrado em familiares, a casa própria é o principal item de consumo, 50% dos entrevistados se planejam para realizar uma compra. Apenas 15% possuem empréstimos, aproximadamente, como também apenas 12% adquirem bens de forma parcelada. Por fim, pode-se afirmar que 52,5% estão usando as práticas de educação financeira de forma eficiente, desta forma sugere-se a realização de maior atenção para investimentos por parte das instituições de ensino e dos governos em programas de educação financeira, visando tornar os indivíduos mais capacitados para a tomada de decisões financeiras.

A pesquisa de Lizote e Verdinelli (2014) teve por objetivo de analisar as associações entre o conhecimento sobre finanças pessoais e as características dos estudantes do curso de Ciências Contábeis de uma universidade comunitária do Estado de Santa Catarina, cujo perfil profissiográfico os vincula ao uso adequado dos recursos econômicos e financeiros. Os resultados mostraram que os maiores conhecimentos sobre educação financeira associam-se aos alunos que trabalham se comparados com os que só estudam. A renda pessoal é a característica que influencia mais resultados. Os estudantes

que têm maiores rendimentos gerenciam melhor os empréstimos e financiamentos, afrontam de uma maneira mais adequada suas dívidas e a gestão de ativos realizam mais apropriadamente. Quanto às correlações analisadas no estudo confirmam-se as relações positivas e significantes entre a educação financeira, gestão de ativos e percebeu também, mas como uma relação negativa, com o endividamento.

O estudo de Birochi e Pozzebon (2015) teve por objetivo propor um quadro teórico para a educação financeira orientada a microempreendedores de baixa renda, vinculado às novas tecnologias de informação e comunicação (TICs), com o propósito de ampliar a inclusão financeira e a emancipação social. Este estudo empírico foi realizado em um município da Amazônia brasileira no qual o recente acesso às TICs resultou em significativas e divergentes transformações socioeconômicas. Os resultados evidenciam que a educação financeira crítica orientada por TICs pode desempenhar um duplo papel: por um lado, o acesso à educação financeira pode reduzir os efeitos provocados por mecanismos geradores de tensões globais-locais, desencadeados pelo uso de aplicações padronizadas de TICs; por outro lado, tal acesso pode aumentar a inclusão social e a transformação social por meio da incorporação de princípios norteadores, integrados a programas de educação financeira.

1.4 CONTRIBUIÇÕES ESPERADAS

A presente pesquisa procura contribuir de forma que se promova a discussão e a busca por políticas de incentivo à educação financeira, visando ainda identificar a influência da educação financeira na capacidade de decisão de acadêmicos do curso de ciências contábeis em instituições de ensino superior com relação a atitudes financeiras ligadas ao consumo, investimento e poupança. Entretanto, nos últimos anos, sua crescente relevância vem acontecendo em função do desenvolvimento dos mercados financeiros, bem como pelas mudanças de ordem demográfica, econômica e política.

Percebe-se, portanto que a educação financeira no Brasil ainda é pouco abrangida e são poucas as pessoas que tem acesso aos benefícios que essa educação pode acarretar para a população (OLÍPIO e MARLENI, 2013).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 EDUCAÇÃO FINANCEIRA

O termo educação segundo Jacob, Hudson e Bush (2000), na área de finanças, significa desenvoltura com a matemática financeira para interpretar dados financeiros e efetuar decisões sábias quanto à utilização de recursos, já o termo financeira aplica-se às atividades relacionadas ao dinheiro na vida cotidiana das pessoas, como controle do orçamento, utilização de cartões de crédito, cheques e decisão de investimento.

A educação financeira é entendida como um conjunto de procedimentos que tem por finalidade a criação e repasse das informações financeiras aos indivíduos, proporcionando a habilidade de distinguir os benefícios e desvantagens nas opções de escolhas, dando-lhe a compreensão que sua situação financeira influencia na condição econômica da sociedade (VIEIRA, BATAGLIA E SEREIA, 2011).

Compreende-se então que a educação em finanças é a melhor forma de conhecer as estratégias financeiras e assim poder obter aptidão suficiente para uma melhor escolha e aplicação dos recursos financeiros.

Segundo Pinheiro (2008, p. 02), educação financeira se descreve como:

[...] a habilidade que os indivíduos apresentam de fazer escolhas adequadas ao administrar suas finanças pessoais durante o ciclo de sua vida. Usuários desse tipo de produto, quando devidamente instruídos, têm a capacidade lidar com as questões financeiras do cotidiano e as imprevistas, avaliar o impacto das decisões para a sua vida e a de sua família, compreender seus direitos e suas responsabilidades e ter o conhecimento de fontes confiáveis de consulta.

Então pode-se dizer que essa educação financeira pode ser compreendida como a aptidão das pessoas de tomarem suas próprias decisões na administração das finanças pessoais. Portanto é um conjunto amplo de assistência para que estas possam tomar decisões acertadas em referência aos seus próprios recursos financeiros (HSU-TONG *et al.* 2013).

Por consonância “A carência de educação financeira leva os indivíduos a riscos, o que ocasiona estragos não apenas às suas vidas, mas também à sociedade como um todo” (PINHEIRO 2008, p. 4).

Pode-se observar que a falta de conhecimentos em lidar com seu próprio dinheiro, leva as pessoas a tomarem decisões inadequadas e que posteriormente enfrentarão obstáculos desnecessários, caso mantivessem uma boa educação em finanças, não passariam por problemas, e assim saberiam gerir melhor sua renda.

Compreende-se, portanto, que a educação financeira é uma ferramenta que auxiliará os indivíduos nas suas tomadas de decisões, para que estas sejam as mais assertivas possíveis, sem acarretar danos para as suas finanças.

Os autores Lizote e Verdinelli (2014, p. 5), “destacam que o valor da educação financeira compreende a inteligência de ler e interpretar números, utilizando informações para organizar um planejamento financeiro que garanta um consumo saudável e um futuro equilibrado nas finanças pessoais”.

Por isso essa educação vai além dos limites da simples prestação de informações, ou de recomendações que venham a proporcionar caminhos para a melhor saída nas decisões financeiras. Torna-se uma ferramenta diária tornando uma relação saudável com o dinheiro, com a renda obtida, com direitos e obrigações bem definidos, para assim ter-se uma boa aplicação dessas finanças e um melhor aproveitamento financeiro.

Diante desse contexto, o acesso aos serviços financeiros tornou-se condição indispensável para a vida econômica e social dos indivíduos, e assim quanto mais cedo se adquirir informações a respeito a esses tipos de serviços, melhores serão as decisões acertadas quanto às finanças. Onde deve ter um entendimento prático e objetivo de como manter uma relação saudável com o dinheiro, sem prejudicar a renda.

Segundo o estudo de Kern (2009), esse tipo de conhecimento deve iniciar-se nas escolas, pois qualquer criança já manteve contato com alguma situação que está relacionada ao “mundo financeiro”, por isso que é essencial que sejam orientadas para consumir com responsabilidade, evitando desperdícios e participando desta “sociedade financeira”, com ações adequadas e saudáveis para que assim possam ter um futuro com qualidade de vida.

As crianças e adolescentes devem ser educados financeiramente para que sejam conscientes de suas ações com ênfase em poupar, investir e consumir.

Em razão dos ensinamentos em finanças Kern (2009, p. 18) afirma que:

A inclusão da educação financeira na escola pública de maneira que possibilite relacionar os conteúdos curriculares com situações do cotidiano do aluno poderá ser uma alternativa na busca de uma

aprendizagem significativa no que se refere a considerar o aluno como um ser total e não isolado do mundo em que vive.

A educação financeira e seus conceitos é algo extremamente importante na vida das pessoas. Onde a aquisição dessas informações contribui de maneira positiva em gerar uma maior comodidade da situação financeira de toda a sociedade. Por consonância a educação em finanças é inerente que seja difundida a todos, fornecendo conhecimentos capazes de auxiliar na correta administração das finanças, proporcionando ainda um melhor desempenho e organização das receitas e despesas de tal forma que se possa tomar decisões eficazes quanto ao uso e aplicação dos recursos visando não só acontecimentos presentes como futuros.

Henriques, Fonseca e Carneiro (2010) destaca que a educação financeira tem uma importância cada vez maior na nossa sociedade, pois representam muitas das decisões que se toma nas vidas das pessoas. É um instrumento imprescindível na gestão financeira, onde requer o desenvolvimento de competências para controlar, analisar, planejar e simular as informações financeiras para uma eficiente tomada de decisões.

2.2 PLANEJAMENTO FINANCEIRO

A maior parte da população brasileira acredita que o planejamento financeiro é algo que apenas as empresas devem realizar. O planejamento financeiro é um ferramenta indispensável capaz de organizar e controlar as atividades das empresas e das famílias de maneira a atingir seus objetivos (GITMAN, 2010).

Já de acordo com Ross, Westerfield e Jaffe (2011, p. 589), “o planejamento financeiro estabelece diretrizes de mudança numa empresa. Inclui a formulação de metas, estabelecem marcos de referência, decisões de financiamento e investimentos e antecipa-se a quaisquer mudanças de condições surpresas”.

Planejar é a forma mais prática, objetiva e segura de manter as finanças em ordem e fora de risco, transformando esses riscos em novas oportunidades e retornos mais amplos desses investimentos.

A correta administração do dinheiro é gerida através do planejamento financeiro pessoal que consiste em estabelecer e seguir uma estratégia mais ou menos deliberada e dirigida para a manutenção ou acumulação

de bens e valores que irão formar o patrimônio de uma pessoa e de sua família (CAMARGO, 2007, p.18).

De forma mais sintetizada pode-se compreender que o planejamento financeiro pessoal é a aptidão de organizar os recursos e adaptá-los no tempo, de forma lógica, seqüencial e eficaz para atingir um objetivo. Para isso, é necessário dividir o longo caminho a ser percorrido em vários trechos menores, tornando possível dar um passo após o outro (SANTOS, 2009).

Segundo Galvão *et al.* (2004), para utilizar o planejamento financeiro é preciso dispor de tempo e organização na forma de acompanhamento em anotações diárias e tempestivas, onde através desse é possível apreciar em detalhes os ganhos e gastos que proporcionarão adequadamente o controle das finanças. Segundo ainda o Galvão *et al.* (2004, p.4), os principais benefícios do planejamento financeiro pessoal, são:

- ✓ Controle das finanças evitando problemas financeiros como dividas e falta de recurso;
- ✓ Estabelecimento de metas e o planejamento de aquisições de médio e longo prazo;
- ✓ Alcance de objetivos com a realização de metas econômicas;
- ✓ Conhecimento em relação aos ganhos e às maneiras de poupar, em formas de gastar adequadamente e em como investir;
- ✓ Fornecimento de direção e sentido para tomada de decisão quanto aos investimentos;
- ✓ Favorecimento à maximização da riqueza pessoal.

Diante dos benefícios apresentados, os autores Vahidov e He (2010) alertam que, sem uma gestão adequada, é difícil para os indivíduos aderir a um planejamento financeiro, deste modo, para controlar os gastos e economizar, se faz necessário seguir um planejamento. Portanto, pode-se dizer que o planejamento é algo extremamente importante para conseguir ter disciplina com relação aos gastos, despesas e ganhos. Assim é possível, através dele, ter um controle dos mesmos e, a partir disso, estabelecer objetivos, tanto de curto quanto de longos prazos.

Neste panorama de grandes mudanças em um curto movimento de tempo, é essencial que seja consistente a atenção ao contorno com que os indivíduos estão interagindo com estas mudanças, onde a qualidade dessas decisões financeiras pessoais podem influenciar diretamente o endividamento familiar ocasionado pela ausência de um planejamento financeiro sólido e seguro (VIEIRA *et al.*, 2009).

Neste sentido Neu, Silva e Gomez (2008) ponderam que o planejamento financeiro incrementa ainda mais conhecimentos sobre as finanças e as capacidades individuais de cada indivíduo, onde este pode ser gerido e incrementado para desafios financeiros e usados como uma estrutura de proteção para a utilização das finanças pessoais.

Diante das considerações acima apresentadas, percebe-se o grande benefício estendido a população através da educação financeira, onde está permite desde cedo à criação de uma cultura de conscientização das finanças pessoais, permitindo assim uma fuga à inadimplência com uma maior rentabilidade da renda pessoal através de conceitos financeiros já utilizados no ambiente organizacional, porém adequados ao contexto familiar (LUCENA; MARINHO, 2013).

2.3 FINANÇAS PESSOAIS

Finanças pessoais é a ciência que examina e aplica os melhores conceitos as decisões financeiras tomadas pelas pessoas ou pelas famílias. Ela considera todas as fases que envolve os episódios financeiros, como também os acontecimentos ocorridos na vida pessoal de cada indivíduo para assim dar-lhes assistência. (CHEROBIM; ESPEJO, 2010).

Portanto conforme o autor cita acima, compreende-se por finanças pessoais, a capacidade de utilizar os melhores conceitos e praticas financeiras que sejam apropriadas a cada situação que envolve os valores monetários de cada pessoa, para que estas possam utilizar o conhecimento de forma adequada, ao qual essas informações não sejam inerentes apenas para pessoas qualificadas, mas que seja dirigida a todos que dela necessitam e assim contribuir para uma gestão competente.

Segundo Schimith *et al.* (2013), ressalta que os conhecimentos básicos de finanças pessoais não devem ser limitados aos especialistas financeiros, mas a qualquer pessoa, independentemente do seu segmento profissional, aos quais precisam conhecer os princípios básicos imprescindíveis à administração de sua vida financeira.

Ainda na visão do mesmo, pode-se entender que não é prioridade apenas para pessoas qualificadas em razão de conhecimentos em finanças, mas que estas informações estão direcionadas para todos que de alguma forma querem manter e adquirir maiores entendimentos relacionados à gestão das finanças, sejam elas pessoais ou profissionais.

Por isso a habilidade de compreender e conduzir as finanças pessoais são aptidões de extraordinária relevância na vida das pessoas, se os indivíduos não conseguem

compreender os desvios do sistema financeiro, estes são incapazes de administrar de maneira eficaz suas finanças pessoais (DONADIO, 2014).

Em referência as ideias de Donadio, são essenciais que se tenha domínio em lidar com as finanças, entender os valores monetários advindos de suas receitas, para assim conduzi-las as diversas seções existentes, como por exemplo, alocar valores para o pagamento de dívidas, direcionar uma parte da renda para investimentos e efetivamente enviando as sobras desses rendimentos para a poupança.

Por isso ter conhecimentos em relação às finanças se torna tão essencial, já que esta é uma ferramenta que ajudará tanto o indivíduo como a sociedade a manter um cuidado maior quanto ao domínio de suas rendas.

Nesse sentido, gerir de forma consciente as finanças é essencial para não enfrentar problemas futuros, como a inadimplência, o aglomerado de dívidas, a não disponibilização de créditos, entre outros fatores que contribuem para o endividamento familiar ocasionado pela ausência de um planejamento financeiro de longo prazo, enfim, são fatos que impedem o usufruto real das finanças.

Dessa forma, pode-se compreender que o objeto de finanças pessoais está diretamente ligada à apreciação e estudo das condições para adquirir algo em função da satisfação da sociedade. Onde a não eficiência do direcionamento dos recursos levará o indivíduo a uma ratificação financeira inadequada. Já que uma grande proporção da população tendem a compromissar parte significativa de seus rendimentos, resultando em insuficiência de valores para cumprir com suas obrigações (SILVA; SILVA; GALVÃO, 2013).

Ressalta-se que a forma como o indivíduo manuseia a sua renda pode o levar a tomar decisões que impactarão toda a sua vida de forma positiva ou negativamente. Já que cabe somente a ele essa tomada de decisão.

Obtenção de êxito na gestão das finanças pessoais não se refere apenas a recursos financeiros acumulados pelas pessoas no decorrer de sua vida, mas a disposição de planejar a disponibilidade destes, para assim realizar sonhos e concretizar objetivos pessoais e familiares (SAITO, 2007).

Diante esse cenário, fica evidente que as finanças pessoais requerem maiores cuidados e conhecimentos que sejam adequados para a tomada de decisões mais consciente por meio do indivíduo, para que posteriormente não venha a perder valores financeiros por uma má gestão.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta seção são descritos os procedimentos metodológicos adotados para a realização desta pesquisa.

No que diz respeito à classificação científica, quanto aos objetivos, esta pesquisa classifica-se como descritiva. Assim, de acordo com Gil (2008, p. 28):

As pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados.

Este estudo utilizou a pesquisa descritiva pelo fato de procurar descrever e relatar dados sobre o nível de educação financeira obtido pelos acadêmicos do curso de ciências contábeis em instituições de ensino superior pública com relação a atitudes de consumo, investimento e poupança, com a finalidade de obter informações necessárias para o alcance do objetivo proposto.

Quanto aos meios ou procedimento técnicos utilizados, pode-se classificar esta pesquisa como bibliográfica e de levantamento ou *survey* realizada através de questionários utilizados para se alcançar os objetivos propostos.

A pesquisa bibliográfica é apresentada por meio da discussão na literatura acerca do assunto estudado. Tendo como meios para consultas livros, artigos, dissertações, teses e etc., isto é, tudo o que já foi publicado anteriormente em relação ao tema abordado. Beuren (2012, p. 135) menciona que:

As pesquisas bibliográficas ou de fontes secundárias utilizam, fundamentalmente, contribuições já publicadas sobre o tema estudado. Consideram-se documentos de fontes secundárias as teses, dissertações, monografias, artigos de anais, artigos eletrônicos, publicações avulsas, livros, revistas, os boletins de jornais.

A pesquisa de Levantamento ou *Survey*, segundo Gil (2008) se caracteriza pela indagação direta as pessoas, onde são requeridas informações a um determinado grupo de

pessoas acerca de um problema, mediante análise quantitativa, obtendo com isso conclusões aos dados que vierem a ser coletados.

Quanto à abordagem do problema, emprega-se a pesquisa qualitativa e quantitativa. A metodologia qualitativa “preocupa-se em avaliar e interpretar aspectos mais densos, fornecendo uma análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamento, etc.” (LAKATOS; MARCONI, 2007, p. 269).

Enquanto que a pesquisa quantitativa se caracteriza como alocação de instrumentos estatísticos, tanto na coleta de dados, quanto no tratamento dos dados, em que o “processo não é tão aprofundado na busca do conhecimento real dos fenômenos, já que se preocupa com o comportamento geral dos acontecimentos” (BAUREN, 2012, p. 92).

O método utilizado classifica-se como método indutivo. Segundo Gil (2008) parte-se da observação de acontecimentos ou fenômenos cujas razões se desejam conhecer ou compreender. Em sequência, busca-se compará-los com o objetivo de descobrir as relações existentes entre eles. Finalizando, deriva-se à generalização, com fundamento, na relação averiguada entre os acontecimentos ou fenômenos.

Verifica-se que o método indutivo admite a compreensão dos dados coletados a partir do caso em particular, aonde o pesquisador chega a um entendimento, ou seja, a conclusão em relação ao problema desta pesquisa.

O universo da pesquisa foi composto pela quantidade de alunos matriculados, a qual foi de 608 discentes. Portanto a amostra foi composta por 297 estudantes, entre iniciantes e concluintes dos referidos cursos analisados.

A pesquisa é não probabilística, e que a quantidade de entrevistados não corresponde ao total de estudantes matriculados nos cursos, pelo fato de na data da aplicação do questionário alguns alunos não se encontravam em sua totalidade ou se recusaram a responder.

As variáveis relevantes para se atingir os objetivos da pesquisa são tidas como fundamentais para o fornecimento de informações verdadeiramente confiáveis.

Variável	Conceito / Definição	Mensurado no quest.	Questões
Educação Financeira	A Educação Financeira é o método onde as pessoas aperfeiçoam a sua compreensão sobre as finanças, seus conceitos e riscos, onde por meio de informações claras e objetivas, possam desenvolver habilidades e a confiança das quais são essenciais para tomar	Parte III	Q- 20 À 27

	decisões mais fundamentadas e coerentes.		
Consumo	É a utilização, aplicação, uso ou gasto de um bem ou serviço por um indivíduo ou uma empresa.	Parte II	Q- 08 À 12
Investimento	É todo desembolso que traz e produz expectativas de rendimentos futuros.	Parte II	Q- 17 À 19
Poupança	É a parcela da renda, que não é gasta no período em que é recebida, e por consequência é guardada para ser usada num momento futuro.	Parte II	Q- 13 À 16

Quadro 1- Variáveis da pesquisa.
Fonte: Elaboração Própria (2016).

Para realização da coleta de dados foi utilizado o questionário, em que Marconi e Lakatos (2007, p. 203) relatam ser “um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito [...]”. Assim, o questionário foi aplicado aos alunos iniciantes e concluintes do curso de ciências contábeis de quatro instituições públicas do estado da Paraíba localizadas nas cidades: João Pessoa (campus I), Rio Tinto (campus IV), Campina Grande (campus I) e Monteiro (campus VI), durante os meses de março e abril de 2016. Vale salientar que a segregação por semestre tem o objetivo de averiguar as diferentes percepções sobre o tema, à medida que o aluno aprofunda os seus conhecimentos acadêmicos ao longo da graduação, e se esse fator o influencia na administração em suas decisões.

Lembrando que o questionário foi adaptado dos trabalhos de Barros (2010) e Vieira, Bataglia e Sereia (2011).

As informações foram tratadas com a utilização do programa estatístico SPSS, com o intuito de tabular os dados, na medida em que foram coletados levando-se em consideração instituições que por sua vez possuem cursos de Ciências Contábeis com turmas reconhecidas pelo Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), que é integrado ao Sistema Nacional de Avaliação de Educação Superior (Sinaes), na qual é avaliado o rendimento de estudantes de graduação.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta etapa, apresentam-se os resultados e discussões dos dados obtidos através da aplicação dos questionários a amostra investigada. O mesmo está dividido em três grupos, sendo o primeiro: o perfil dos respondentes; seguido pela seção que aborda os conhecimentos relacionados a decisões de poupança, investimento e consumo; e por último a análise do nível de educação financeira dos respondentes.

4.1 PERFIL DOS RESPONDENTES

A tabela 1 apresenta os principais resultados obtidos dos respondentes com relação às informações sócio-demográficas: faixa etária; sexo, estado civil, período que está cursando, se exerce atividade remunerada, fonte de renda e renda líquida.

Variável	N	%	Perfil
Faixa etária			
17 a 23	165	55,6	17 a 23 anos
24 a 29	87	29,3	
30 a 35	31	10,4	
36 a 41	10	3,4	
42 a 47	1	0,3	
48 acima	3	1,0	
Sexo			
Masculino	155	52,2	Masculino
Feminino	142	47,8	
Estado civil			
Solteiro	236	79,5	Solteiro
Casado/união estável	57	19,2	
Separado/Divorciado	4	1,3	
Período			
P Primeiro	173	51,4	Primeiro
Último	123	41,6	
Atividade remunerada			
Sim	177	60,4	Sim
Não	116	39,6	
Fonte de renda			
Emprego formal	134	47,4	Emprego formal
Emprego Informal	34	12,0	
Estágio remunerado	22	7,8	
Não trabalha	79	27,9	
Outros	14	4,9	
Renda líquida (R\$)			
Até 500	60	23,0	R\$ 501 a R\$ 1000

501 a 1000	92	35,2
1001 a 1500	50	19,2
1501 a 2000	32	12,3
Acima de 2001	27	10,3

Tabela 1- Informações Sócio-Demográficas dos Respondentes e seu Perfil.
Fonte: Dados da Pesquisa (2016).

Conforme dados evidenciados na tabela 1, observa-se que a maioria dos respondentes (55,6%) encontram-se na faixa etária entre 17 a 23 anos. Ressalta-se que esse percentual se aproxima com os resultados divulgados pelo IBGE (2014), onde estudantes de 18 a 24 anos que frequentavam o ensino superior no Brasil representam 58,5% do total de estudantes nessa faixa etária em 2014. Destaca-se que esse percentual é 25% maior que o de dez anos atrás segundo ainda o mesmo órgão.

Quanto ao gênero, 52,2% são do sexo masculino enquanto que 47,8% são do sexo feminino, pode-se observar que há um equilíbrio em ambos os sexos.

Com relação ao estado civil, percebe-se que a maioria dos respondentes (79,5%) alegaram estarem solteiros. Percentual este, que pode ser explicado pelo fato de se constatar o perfil juvenil que na grande maioria possuem idade entre 17 á 23 anos.

Na análise dos respondentes com relação ao período que estavam cursando, foi possível detectar um percentual de 51,4% de alunos no primeiro período e 41,6% para os que estão concluindo o curso, ou seja, um percentual considerado próximo entre esses alunos. Isso significa que é bom para as instituições, visto que os alunos entrantes estão conseguindo concluir o curso dentro do prazo estabelecido pela instituição, pois o número de alunos iniciantes está próximo aos que deixam a instituição.

No que diz respeito a exercer atividade remunerada, cerca de 60,4% responderam que estão inseridos no mercado de trabalho e apenas (39,6%) disseram que não exercem nenhuma atividade remunerada.

Quanto à fonte de renda, observou-se que 72,1% dos respondentes possuem algum tipo de renda, sendo que destes, 47,4% representam emprego formal, 12 % emprego informal, 7,8% estágio remunerado e 4,9% tem alguma outra forma de ocupação. Apesar de a variável emprego formal ter apresentado um percentual considerável (47,4%) diante da atual crise vivenciado pelo mercado de trabalho brasileiro que está sofrendo com a atual conjuntura estrutural com a queda no número de empregados com carteira assinada no setor privado.

O coordenador de Trabalho e Rendimento do IBGE (2016) justifica que sem as garantias do emprego formal, muitos brasileiros estão recorrendo à abertura de pequenos negócios e atividades de trabalho por conta própria e dessa forma contribuindo para o aumento de empregadores por conta própria. Ressalta-se ainda, que a maioria (58,2%) dos que estão trabalhando na formalidade apresentam renda até R\$ 1.000,00.

4.2 DECISÕES DE CONSUMO / INVESTIMENTO E POUPANÇA

A tabela 2 evidencia a posição dos respondentes com relação a questões relacionadas à: existência de compras parceladas; formas e motivos que levam a realização de aquisições; percentual comprometido da renda com obrigações; percentual da renda destinado com: despesas gerais (alimentação, água, luz, telefone, moradia, plano de saúde, etc.), despesas pessoais (lazer, vestuário, etc.), poupança e investimento, financiamento e prestações para aquisição de bens, complemento do orçamento familiar e outros motivos; utilização e forma de controle sobre os gastos mensais; endividamento e razão pela qual se encontra nessa situação; utilização de investimento e valor destinado com base no salário mínimo nacional e por fim o conhecimento sobre o mercado financeiro.

Foram utilizados os testes Qui-Quadrado de Pearson e Mann-Whitney com o objetivo de analisar relações existentes entre as variáveis, a partir do cruzamento do período e questões que procuram avaliar os conhecimentos sobre as variáveis acima citadas e assim foi considerado como nível de significância de valor $p=0,05$.

Variável	Categoria	Primeiro per.		Último per.		Qui-Quadrado (Valor-p)
		N	%	N	%	
8. Compras parceladas	Sim	119	69,6	89	72,4	0,607
	Não	52	30,4	34	27,6	
9. Forma de compras a prazo	Cartão créd.	132	82,5	93	80,2	0,806
	Crediário	7	4,4	7	6,0	
	Outros	21	13,1	16	13,8	
10. Motivo que realiza uma compra	Planejou	35	21,1	39	32,2	0,045*
	Tem necessidade	116	69,9	65	53,7	
	Está na promoção	5	3,0	7	5,8	
	Outros	10	6,0	10	8,3	
11. % renda comprometida com obrigações	1 a 30	66	44,0	59	53,2	0,261
	31 a 60	57	38,0	32	28,8	
	61 a 90	27	18,0	20	18,0	
12. A. Despesas gerais	Média	37,84		37,74		0,888 ^{MW}
	Desvio padrão	20,71		19,46		
12. B. Despesas pessoais	Média	28,99		25,68		0,230 ^{MW}

	Desvio padrão	19,87	15,93			
12. C. Poupança e Investimento	Média	18,00	20,71		0,541 ^{MW}	
	Desvio padrão	14,31	17,33			
12. D. Financiamento bens	Média	25,04	21,87		0,149 ^{MW}	
	Desvio padrão	15,60	15,05			
12. E. Complemento do orçamento fam.	Média	20,59	16,43		0,094 ^{MW}	
	Desvio padrão	14,05	9,96			
12. F. Outros	Média	27,22	16,82		0,122 ^{MW}	
	Desvio padrão	22,07	8,39			
13. Controle dos gastos	Sim	149	86,6	114	93,4	0,061
	Não	23	13,4	8	6,6	
14. Forma de controle dos gastos	Caderno ano.	79	49,1	46	39,0	0,136
	Planilha eletro.	29	18,0	36	30,5	
	Extrato bancário	14	8,7	8	6,8	
	Fatura car. créd.	10	6,2	5	4,2	
	Outros	29	18,0	23	19,5	
15. Você está endividado	Sim	42	26,1	18	15,3	0,030*
	Não	119	73,9	100	84,7	
16. Motivo do endividamento	Falta planejamento	15	16,0	12	21,1	0,219
	Desemprego	22	23,4	6	10,5	
	Invest. em bem	30	31,9	18	31,6	
	Outra razão	27	28,7	21	36,8	
17. Você faz investimento	Sim	85	49,4	76	62,3	0,029*
	Não	87	50,6	46	37,7	
18. Investimento realizado em salários mínimos	Nenhum	98	62,0	63	55,8	0,582
	1 a 3	46	29,1	38	33,3	
	>3	14	8,9	12	10,6	
19. Conhecimento sobre o Mercado Financeiro.	Muito Bom	9	5,3	13	10,7	0,044*
	Mediano	68	39,8	58	47,5	
	Ruim/Péssimo	94	55,0	51	41,8	

Tabela 2 - Decisões de Consumo/Investimento e Poupança.
Fonte: Dados da Pesquisa (2016) MW = Teste de Mann-Whitney

Na análise da variável 8 da tabela 2, percebe-se uma proximidade de percentuais com relação à realização de compras parceladas, onde os respondentes do primeiro período atribuíram 69,6% e do último período 72,4%, ou seja, a maioria realiza compras parceladas, o período não influencia na opção de comprar a prazo ou à vista, fato este que pode ser comprovado pelo teste Qui-Quadrado (Valor-p = 0,607), onde o mesmo não apresentou nenhuma correlação entre os períodos investigados. Ressalta-se que de acordo com o presidente da CNDL (2016), a inadimplência continuará a crescer no decorrer do período, em função da crise econômica e no elevado crescimento dos desempregados. As taxas de juros afetam o valor das compras realizadas parceladamente e conseqüentemente dos financiamentos ocasionando, portanto, o adiamento dos pagamentos que deveriam ser pontuais afirma a economista chefe do SPC Brasil.

Em relação às formas de compras a prazo, foi possível perceber na variável 9 que a maioria tanto do primeiro período (82,5%) como do último (80,2%), utilizam o cartão de

crédito como meio de parcelamento de suas compras. Verificou-se, portanto que não houve significância estatística (valor- $p = 0,806$) entre os períodos com relação à forma de aquisição a prazo, o período não está diretamente ligado ao modo pelo qual o respondente realiza suas compras. Ressalta-se que o cartão de crédito segundo o (SPC Brasil, 2016), é um dos meios de pagamento mais utilizados pelos consumidores em todo o país, com cerca de 52 milhões de usuários. Segundo estudo desenvolvido pelo órgão acima citado, onde demonstrou que 53% dos respondentes possuem cartão de crédito. Deste total (47%) afirmam que realizam o parcelamento para pagamento mensal de suas compras, [...]. Destaca-se ainda, que a maioria dos usuários de cartão de Crédito (96%) afirmaram não ter ciência sobre taxas de juros mensais quando fazem escolhas de pagar o menor valor. [...]. Em 2015, a taxa do cartão de crédito alcançou 300% a.a, a maior desde 2011. A maior parte dos consumidores não conhece os altos valores praticados no mercado e não tem conhecimento de quanto perdem de dinheiro ao usar o cartão sem fazer o controle orçamentário de todas as suas contas no papel, afirma especialista do SPC.

Como o objetivo de avaliar os motivos que levam as compras, a variável 10 demonstrou que a maioria dos respondentes do primeiro período (69,9%) e do último (53,7%) afirmaram que as realizam por necessidade. Cabe destacar que apesar do primeiro período ter apresentado percentual superior ao último, este foi comprovado estatisticamente de acordo com o teste Qui-Quadrado aplicado, onde esse aumento foi significativo (valor- $p = 0,045$), ou seja, há uma correlação entre o período e motivo no qual realiza uma compra. Assim, o primeiro período apresenta uma maior influência no fator ligado a necessidade. Com relação à opção compra por planejamento ficou em segundo lugar, com percentuais de 21,10% para o primeiro período e 32,20% para o último. Estratégias do comércio como promoções, liquidações entre tantas outras ações, não exerceram tanta influência quanto à necessidade expressa pelos respondentes.

Com relação à variável 11, foi possível perceber que tanto o primeiro como o último período apresentaram que a maioria (82%) dos respondentes alocam até 60% da renda líquida mensal com prestações/obrigações. O período no qual o respondente está cursando não influenciou nas decisões ao qual acarreta no comprometimento da renda líquida de acordo com o (valor- $p = 0,261$) apresentado.

Após demonstrado na questão anterior que a maioria destinam até 60% da sua renda líquida mensal com prestações/obrigações, foi percebido na variável 12 que esse percentual está comprometido em sua maioria com o item despesas gerais (alimentação,

água, luz, telefone, moradia, plano de saúde, etc.), apresentando assim uma média de aproximadamente 38 entre os respondentes tanto do primeiro como do último período, seguido pelo item despesas pessoais (lazer, vestuário, etc.) que apresentou uma média de 28,99 para o primeiro e para o último de 25,68. Por sua vez, os respondentes do último período apresentaram uma média de 20,71 com relação aos do primeiro que foi de 18 no que diz respeito ao percentual comprometido com a poupança e investimento. Nas variáveis financiamento/ prestações para aquisição de bens, complemento do orçamento familiar e outros itens citados pelos respondentes como: salão de beleza, transporte, material escolar, entre outros, o primeiro período apresentou uma média superior ao último, na análise dessas variáveis. Ressalta-se que mais uma vez o período não é um fator decisivo para destinar parte desses recursos para cumprimento dessas obrigações, visto que não foi detectado significância estatística entre os períodos nessa questão. Chama-se atenção especial para os itens básicos dos gastos das famílias, como alimentação e moradia, onde estes representam cerca de 56% do total da inflação acumulada no ano de 2015, cuja taxa chegou a 6,17%, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2015). O percentual é o maior registrado para o primeiro semestre em doze anos. Dos nove grupos pesquisados pelo IBGE, o de alimentação e o de habitação foram os que tiveram maior reajuste de preços e, por consequência, maior impacto no resultado da inflação.

No que diz respeito a manter um controle sobre os gastos mensais, a variável 13 evidenciou que a maioria dos respondentes tanto do primeiro (86,6%) como do último período (93,4%) realizam algum tipo de controle. Observa-se que não há relação significativa entre os períodos verificados (valor-p = 0,061) com relação à variável analisada.

Com o objetivo de identificar os meios utilizados para manter o controle dos gastos mensais segundo a variável 14, observou-se que o caderno de anotações foi o meio que apresentou maior percentual, 49,1% para os respondentes iniciantes e 39% para os do último período que também seguem o mesmo princípio. Com relação à planilha eletrônica, percebe-se que os respondentes do último período apresentaram um percentual superior (30,5%) com relação aos respondentes iniciantes (18%), ou seja, verifica-se um amadurecimento maior para os alunos concluintes com relação à forma utilizada para o controle de gastos. Destaca-se ainda que mais uma vez o período não influenciou na forma para se obter um controle para gerenciar suas finanças, onde apresentou um valor-p =

0,136 representado pelo teste Qui-Quadrado. Uma parcela inferior a 20% não realiza um controle muito eficaz, como, extrato bancário, fatura do cartão de crédito, ou outros

Na análise da questão referente ao endividamento, observou-se que segundo a variável 15, que a maioria dos respondentes tanto do primeiro (73,9%) como do último período (84,7%) não se consideram endividados. Ressalta-se que essa ausência de dívidas é devida a alguns fatores como apresentados anteriormente na variável 10, onde está demonstrou que a maioria dos respondentes do primeiro e último período realizam compras por necessidade e na variável 13, onde a maioria afirmaram que realizam algum tipo controle sobre os gastos mensais e assim como resultado, tem-se uma população prevenida e controlada contra futuras crises que possam vir a existir.

Apesar de uma minoria estar endividada, a variável 16 apresentou alguns motivos pelo qual levaram a esta situação, e assim tem-se um percentual próximo de 32% entre os períodos analisados para o motivo de investimento em bens, e os demais percentuais ligados a falta de planejamento, desemprego e outras razões.

Quanto ao questionamento se fazem investimentos, os respondentes apresentaram segundo a variável 17, percentuais diferentes entre os períodos analisados, tendo o último período apresentado como a maioria (62,3%) realizam, enquanto que o primeiro período apresentou um equilíbrio entre os que fazem (49,4%) e os que não realizam investimentos (50,6%). Investimento no sentido restrito pode ser entendido como a busca por meios que aparentemente sejam rentáveis fazendo que o indivíduo aplique seus recursos para futuramente capturá-los com ganhos e assim realizar outros investimentos (LIZOTE; SIMAS; LANA, 2012). Destaca-se uma significância estatística entre o período e a questão investimentos, onde foi possível perceber através do valor-p = 0,029 que o período influencia nessa questão. Destaca-se conforme dados já apresentados anteriormente, que apesar da maioria apresentar atividade remunerada com emprego formal e renda até R\$ 1.000,00, esses realizam investimentos embora que pequenos.

Com relação à representatividade de seus investimentos tomando como base o salário mínimo, foi possível verificar através da variável 18 que a maioria dos respondentes entrevistados tanto do primeiro como do último período demonstraram que seus investimentos não representam nenhum salário mínimo nacional, seguido pelos percentuais de 29,1% para o primeiro período e 33,3% para os concluintes no que diz respeito à representatividade de 1 a 3 salários mínimos. Ressalta-se que apesar da grande maioria dos

respondentes realizarem investimentos conforme demonstrado na variável anterior, estes não representam grande proporção econômica.

Quando indagados sobre os seus conhecimentos sobre o mercado financeiro, a variável 19 evidenciou que 55% dos respondentes do primeiro período e 41,8% dos concluintes afirmaram que seus conhecimentos são péssimos, seguido pelos percentuais de 39,8% para os iniciantes e 47,5% para os que se encontram no final do curso, alegaram ter um conhecimento mediano em questões dessa natureza e apenas um percentual abaixo de 11% confirmaram ter um bom conhecimento. Chama-se atenção diante os percentuais apresentados com relação à falta de conhecimento de temas tão importantes para o cenário mundial, onde a maioria dos respondentes tanto do primeiro como do último período não apresentaram um conhecimento seguro. Destaca-se que apesar da correlação existente segundo a tabela acima apresentada através da variável 19 entre os períodos através do teste estatístico que se mostrou significativo (valor-p = 0,044), não se identificou segundo os dados apresentados essa relação, onde os alunos concluintes deveriam ter apresentado um conhecimento acerca dessa temática, pois já cursaram essa disciplina ao longo do curso.

4.3 NÍVEL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA DOS RESPONDENTES

A tabela 3 evidencia como os respondentes lidam com situações relacionadas a: questões voltadas ao conhecimento e gerenciamento do dinheiro; recursos destinados para realização de investimentos; o valor do dinheiro aplicado em momentos diferentes; custos financeiros relacionados ao cartão de crédito e antecipação de consumo associada a um ônus (juros).

Foram utilizados os testes Qui-Quadrado de Pearson e Mann-Whitney com o objetivo de analisar relações existentes entre as variáveis, a partir do cruzamento do período e questões que procuram avaliar os conhecimentos sobre as variáveis acima citadas.

Variável	Categoria	Prim. per.		Últ. per.		Qui-Quadrado (Valor-p)
		N	%	N	%	
20.Gerenciamento do dinheiro	Nada seguro	17	10,1	4	3,3	0,007*
	Não muito seguro	70	41,4	37	30,1	

	Razoav. Seguro	67	39,6	71	57,7	
	Muito seguro	15	8,9	11	8,9	
21. Conhecimento para gerenciamento do dinheiro	Aulas na faculdade	19	13,1	40	33,1	< 0,001*
	Com a família	81	48,2	40	33,1	
	Com amigos	8	4,8	5	4,1	
	Reserva para o futuro	40	23,8	25	20,7	
	Meios de comunicação	20	11,9	11	9,1	
22. Como você investiria?	Ações	13	7,6	13	10,7	0,143
	Fundos de investimento	24	14,1	26	21,3	
	Poupança	79	46,5	42	34,4	
	Bens	54	31,8	41	33,6	
23. Quem poupa mais?	Mesmo valor	44	26,3	35	28,5	0,910
	Carlos	5	3,0	4	3,3	
	Maria	118	70,7	84	68,3	
24. Quem pagaria mais em despesas financeiras?	Paula	35	21,2	19	15,7	0,145
	João	3	1,8	8	6,6	
	Gabriel	2	1,2	2	1,7	
	Fernanda	125	75,8	92	76,0	
25. Quem você seguiria na despesa financeira acima?	Paula	139	84,2	113	94,2	0,048*
	João	15	9,1	3	2,5	
	Gabriel	4	2,4	2	1,7	
	Fernanda	7	4,2	2	1,7	
26. Quem pagou mais pelo bem?	Flávio	118	69,8	83	67,5	0,670
	Alex	51	30,2	40	32,5	
27. Como você adquiriria o bem?	Adquirir como Flávio (financiado)	8	4,8	7	5,8	0,872
	Adquirir como Alex (à vista)	125	74,4	87	71,9	
	Financiar 8 prestações	35	20,8	27	22,3	

Tabela 3- Nível de Educação Financeira.
Fonte: Dados da Pesquisa, (2016).

A questão 20 permitiu conhecer como encontra-se os conhecimentos dos respondentes com relação ao gerenciamento de seu próprio dinheiro, assim foi possível perceber que 41,4% do primeiro período e 30,1% dos concluintes não se sentem muito seguros, seguido pelos percentuais de 39,6% e 57,7% pelos o que se achavam razoavelmente seguros, ou seja, percebe-se de maneira geral que a grande maioria tanto

dos alunos iniciantes como os concluintes não possuem um conhecimento seguro com relação à administração de seus próprios recursos. Diante desses percentuais apresentados, percebe-se um nível baixo de educação financeira, pois esta é refletida na administração das finanças, ajudando nas decisões de compra, poupança, consumo e investimento, ou seja, auxiliando os indivíduos a tomarem decisões conscientes de forma a prevenir situações não desejáveis no futuro. Os autores Lizote e Verdinelli (2014), corroboram com a afirmação acima, pois é através da educação financeira que o indivíduo adquire conhecimentos necessários para gerenciar acertadamente suas finanças de maneira a administrar com segurança suas receitas, tomando decisões eficazes quanto à utilização e aplicação dos recursos disponíveis, e dessa forma se precavendo contra futuras circunstâncias não planejadas. Observou-se ainda, que o curso influencia na organização dos recursos financeiros, onde apresentou uma significância estatística representada pelo valor- $p = 0,007$, comprovada através do teste estatístico Qui-Quadrado.

Conforme dados apresentados na variável 21, procurou-se identificar através da percepção dos respondentes a origem das informações que sustentam os seus conhecimentos para gerenciar o seu dinheiro, cerca de 48,2% do primeiro período e 33,1% dos concluintes afirmaram que a família é fonte mais importante, seguido por aqueles que possuem o propósito de poupar dinheiro para uma reserva para o futuro, 23,8% do período iniciante e 20,7 % para os alunos concluintes, com relação a adquirir conhecimento em aulas da faculdade, percebeu-se um percentual de 13,1% para o primeiro período e 33,1% para o último período, 11,9% do primeiro período e 9,1% dos concluintes disseram através dos meios de comunicação e por fim, 4,8% para os iniciantes e 4,1% para os concluintes que afirmaram adquirir esses conhecimentos com amigos. Ficou evidenciado ainda, que existe uma relação entre este fator e a fonte desse conhecimento, uma vez que o teste estatístico se mostrou significativo, valor- $p = 0,001$. Destaca-se ainda como demonstrado na variável anterior, onde a maioria dos alunos iniciantes e concluintes não possuem um conhecimento seguro com relação à administração de seus próprios recursos e assim, na ausência desses conhecimentos, estes voltam-se para a aquisição através de vários meios demonstrado acima. Diante da variedade de fontes de conhecimentos recorrida pelos respondentes, os autores Vieira, Bataglia e Sereia (2011), corroboram no sentido que existem várias formas de desenvolver a educação financeira e assim ela não está direcionada apenas a um único meio de se conceber o conhecimento, mas sim, na

capacidade dos receptores de transformar as informações percebidas em autoconhecimento.

Com o objetivo de avaliar a percepção dos respondentes com relação a recursos para investir sem ter um prazo definido para resgatar, a variável 22 evidenciou que 46,5% dos alunos do primeiro período e 34,4% dos concluintes preferiram investir seus recursos em poupança, com relação a destinar recursos para aquisição de bens, 31,8% do primeiro período e 33,6 % para os alunos concluintes, e ainda com relação a fundos de investimentos, 14,1% para o primeiro período e 21,3% para os concluintes e apenas para aqueles que investem seus recursos em ações, 7,6% para os iniciantes e 10,7% para os concluintes. Diante os percentuais apresentados percebe-se claramente que maioria dos respondentes tanto do primeiro como do último período destinam seus recursos principalmente para poupança e aquisição de bens. Ressalta-se que os resultados encontrados corroboram com pesquisa realizada pelo (SPC Brasil, 2016) e pela (CNDL, 2016), onde identificou-se que a poupança é a modalidade de investimento mais popular, citada por 69,5% dos entrevistados em todo o Brasil. O estudo ainda mostra que a maior motivação por trás do investimento na poupança é a busca pela estabilidade, de modo a evitar ao máximo os riscos envolvidos. Também para outros investimentos, como os imóveis (59,8%) e a previdência privada (39,2%). Ainda segundo o SPC, devido a sua liquidez a poupança pode ser uma boa opção para quem tem valores baixos a serem investidos ou querem ter ganhos a curto prazo. Mas há ressalvas: “Apesar de tratar-se de uma modalidade de baixo risco, é preciso ponderar que a poupança oferece um retorno menor. No último ano, o rendimento ficou muito abaixo da inflação. Mesmo que a poupança ofereça maior liquidez e mais segurança, perde-se na comparação com outras opções de investimentos”.

A variável 23, demonstra a aplicação prática da questão do valor do dinheiro no tempo, onde foi possível verificar que a maioria apresentou um percentual considerado de acertos, 70,7% para o primeiro período e 68,3% para os concluintes que reconheceram que somas monetariamente igual de recursos, mas aplicadas em momentos diferentes, apresentam resultados distintos. Vale salientar que apesar dos alunos iniciantes não terem pagos ainda disciplinas voltadas para área de finanças, esses se mostraram com um certo conhecimento nessa área. Jacob, Hudson e Bush (2000), enfatizam que área de finanças proporciona conhecimento dos termos financeiros de mercado, habilidade com a

matemática financeira para interpretar dados financeiros e efetuar decisões sábias quanto ao uso do dinheiro.

A variável 24 objetivou averiguar a percepção dos respondentes com relação ao pagamento de despesas financeiras, onde a maioria tanto do primeiro (75,8%) como do último período (76,0%) acertaram a questão, ressalta-se que esse resultado pode ser justificado pelo grande acerto da questão anterior, onde foi evidenciada uma associação ao conhecimento desenvolvido na área de finanças e confirmado pelos resultados apresentados.

Vale destacar que segundo o valor-p (0, 145) apresentado, este não apresentou significância estatística entre os períodos, ou seja, o período não influenciou na aquisição desse tipo de conhecimento.

A variável 25 buscou demonstrar a atitude adotada pelos respondentes com relação ao uso de cartão de crédito e parcelamento de dívidas, assim foi possível verificar que a maioria do primeiro período (84,2%) e dos concluintes (94,2) responderam que têm como atitude procurar pagar sempre o saldo devedor total no vencimento. Apesar das variáveis 23 e 24 não terem evidenciado nenhuma relação significativa entre os períodos analisados, na análise da variável 25, esta apresentou um resultado estatisticamente significativo, pois verificou-se um valor-p (0,048) que comprova a existência da relação entre os períodos investigados. Assim, o período influencia na atitude de pagar o saldo do cartão sempre em dia.

Na análise da variável 26, esta teve por objetivo avaliar os conhecimentos dos respondentes com relação à aquisição de um bem antecipadamente financiado e a decisão de poupar para adquirir no futuro, assim foi percebido mais uma vez que a maioria (69,8%) dos alunos do primeiro período e do último (67,5%) apresentaram um conhecimento positivo na análise dessa variável, ou seja, eles entenderam que ao adquirir um bem financiando por período maior pagaria mais do que poupando para adquirir um bem à vista e certamente livrando-se dos juros absurdos computados nas compras financiadas. Assim, o resultado apresentado condiz com os das variáveis 23, 24 e 25 acima, onde a maioria dos respondentes do primeiro e último período apresentaram conhecimentos relacionados com área de finanças, apesar dos respondentes do primeiro período não terem cursado ainda nenhuma disciplina dessa área. Diante os resultados apresentados, ficou evidenciado que o período não influenciou na aquisição desse tipo de conhecimento (valor-p = 0, 670).

A variável 27, buscou identificar a percepção dos respondentes com relação à situação apresentada na variável 26, ou seja, a atitude dos respondentes frente ao consumo financiado de um bem e assim foi possível detectar que a maioria tanto do primeiro (74,4%) como do último período (71,9%) optaram em adiar o consumo de um bem financiado por um determinado tempo e poupar para adquirir à vista. Foi comprovado mediante teste estatístico (valor-p = 0, 872) que o período não influenciou nas respostas dos respondentes, ou seja, com o avanço no período, os conhecimentos obtidos tanto ao entrar no curso quanto ao sair não influenciaram nas respostas por eles escolhidas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou identificar o nível de educação financeira obtida pelos acadêmicos do curso de ciências contábeis em instituições de ensino superior com relação a atitudes de consumo, investimento e poupança.

Com a finalidade de atender ao objetivo proposto nesta pesquisa, foi realizado um levantamento por meio de um questionário estruturado ao qual foi aplicado aos discentes iniciantes e concluintes do curso de ciências contábeis de quatro instituições públicas, localizadas nas cidades: João Pessoa (**UEPB-campus I**), Rio Tinto (**UEPB-Campus IV**), Campina Grande (**UEPB-Campus I**) e Monteiro (**UEPB-Campus VI**), totalizando assim quatro campus pesquisados.

Após a realização desta pesquisa, verificou-se que a maioria dos respondentes tanto do primeiro como do último período realizam compras parceladas através do cartão de crédito e ainda percebeu-se que estes compram realmente quando tem necessidade. No que diz respeito a manter um controle sobre os gastos mensais, detectou-se que a maioria utiliza algum tipo de controle realizados através do caderno de anotações, seguido pelo meio executado através da planilha eletrônica, verificando-se assim um amadurecimento maior para os alunos concluintes com relação à forma utilizada para o controle de gastos. Os resultados apresentados acima condizem para a ausência de endividamento detectada entre a maioria dos respondentes. Ressalta-se, que tem-se uma população prevenida e controlada contra futuras crises que possam vir a existir. Com relação à variável investimento, foi possível perceber que grande parte realizam, apesar da maioria apresentar atividade remunerada com emprego formal e renda até R\$ 1.000,00, mais mesmo assim realizam, embora que pequenos, fato este que pode ser justificado por um dos motivos

identificados entre a maioria que afirmaram que seus conhecimentos sobre o mercado financeiro são péssimos seguido por aqueles que alegaram ter uma noção mediana em questões dessa natureza. Chama-se atenção com relação à falta de conhecimento de temas tão importantes para o cenário mundial principalmente por parte dos respondentes que se encontram no final do curso onde estes não apresentaram um conhecimento seguro acerca dessa temática. Com relação a recursos para investir sem ter um prazo definido para resgatar, observou-se que a maioria destinam seus recursos principalmente para poupança, forma que disponibiliza um pequeno retorno, mas com um risco financeiro mínimo, seguida pela segunda opção que foi a de investimento em bens.

Percebeu-se que a grande maioria tanto dos alunos iniciantes como os concluintes não possuem um conhecimento seguro com relação à administração de seus próprios recursos. Verificou-se ainda que diante dessa ausência detectada, estes afirmaram que recorrem em sua maioria à família como fonte mais importante de informação.

Observou-se de maneira geral, que apesar da maioria dos respondentes não apresentarem uma boa relação com a organização de seus recursos, estes se mostraram com certo conhecimento na área de finanças, ou seja, apresentaram uma associação ao conhecimento desenvolvido nessa área confirmado pelos resultados estatisticamente significantes, pôde-se constatar ainda, que estes em sua maioria não apresentaram um comportamento que demonstrasse quaisquer características de consumismo sem controle, mantendo uma organização efetiva de suas aquisições através principalmente de anotações em cadernos e planilha eletrônica. Detectou-se que estes realizam pequenos investimentos e destinam também parte de seus recursos para aplicações com baixo retorno, apesar de desconhecerem informações ligadas ao mercado financeiro.

Diante dessas informações, percebe-se claramente um nível mediano de conhecimentos relacionados à educação financeira, onde esta é refletida na administração das finanças, ajudando nas decisões de compra, poupança, consumo e investimento, ou seja, auxiliando os indivíduos a tomarem decisões conscientes de forma a prevenir situações não desejáveis no futuro.

Considerando que este estudo limitou-se apenas a pesquisar os alunos do curso de ciências contábeis, sugere-se, como novas pesquisas, mudar o foco envolvendo diferentes áreas das ciências sociais aplicadas, como alunos matriculados nos cursos de administração e ciências econômicas, ou seja, verificar as diferentes percepções relacionadas a decisões financeiras.

Desse modo, o presente trabalho contribui para ampliar a importância e a disseminação da cultura da educação financeira contribuindo para organização de um planejamento financeiro capaz de garantir um consumo saudável e um futuro equilibrado nas finanças pessoais dos indivíduos, proporcionando orçamentos ajustados de acordo com as suas capacidades financeiras.

REFERÊNCIAS

BARROS, Carlos Augusto Rodrigues de. **Educação Financeira e Endividamento**. In: artigo, Escola Superior de Administração, Direito e Economia – ESADE – da cidade de Porto Alegre–RS, 2010. Disponível em:

<HTTP://educaçaoфинanceira.com.br/pdf.viewfile/article>>. Acesso em 20 de nov de 2015.

BEUREN, I. M. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática** – 3. ed. – 7. Reimpr. – São Paulo : Atlas, 2012.

BIROCHI, Renê; POZZEBON, Marlei. Aprimorando a inclusão financeira: rumo a um quadro teórico de educação financeira crítica. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, [S.l.], v. 56, n. 3, p. 266-287, mai. 2016. ISSN 2178-938X. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rae/article/view/62015>>. Acesso em: 02 fev 2017.

Decreto 7.397 de 22 dezembro de 2010. Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7397.htm>. Acesso em: 22 out 2015.

SPC Brasil, 2016 - Inadimplência abre o ano com alta em todas as regiões pesquisadas, mostra indicador. Disponível em: <www.cndl.org.br/.../inadimplencia-abre-o-ano-com-alta-em-todas-as-regioes-pesquisa>. Acesso em 23 de mar de 2016.

CAMARGO, C. **Planejamento financeiro pessoal e decisões financeiras organizacionais: relações e implicações sobre o desempenho organizacional no varejo**. Dissertação de Mestrado do Centro de Pesquisa e Pós-graduação em Administração, Universidade Federal do Paraná, 2007. Disponível em: <<http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/handle/1884/13678/Camila%20Camargo%20Disserta%20E7%E3o%202007.pdf;jsessionid=F60CA92212C91A2C5EAD3223E36FCD9E?sequence=1>>. Acesso em 05 de mai de 2014.

CHEROBIM, A. P. M. S.; ESPEJO, M. M. dos S. B. (Orgs.). **Finanças pessoais: conhecer para enriquecer!** São Paulo: Atlas, 2010.

CNDL. Confederação Nacional dos Dirigentes e Lojistas. O número de empresas inadimplentes cresce 5,01% em 2016 e reforça desaceleração da inadimplência. Disponível em: <<http://www.cndl.org.br/noticia/numero-de-empresas-inadimplentes-cresce-501-em2016e-reforca-desaceleracao-da-inadimplencia/>>. Acesso em 06 jun de 2015.

CORREIA, Thamirys de Sousa.; LUCENA, Glaucio Lopes.; GADELHA, Kalyne Amaral Di Lorenzo. A Educação Financeira como um diferencial nas decisões de consumo e investimento dos estudantes do curso de Ciências Contábeis na grande João Pessoa. In: Congresso UFC de Controladoria e Finanças e Iniciação Científica em Contabilidade, 5, 2014, Florianópolis/SC. **Anais...** Disponível em: <<http://dvl.ccn.ufsc.br/congresso/anais/5CCF/20140411105150.pdf>>. Acesso em 20 mai 2015.

DONADIO, R. **Educação Financeira de estudantes universitários: uma análise dos fatores de influência**. Tese (Doutorado) – UNINOVE, São Paulo, SP, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.uninove.br/xmlui/handle/123456789/685>>. Acesso em 20 mai 2016.

GADELHA, Kalyne Amaral Di Lorenzo.; LUCENA, Glaucio Lopes Lucena.; CORREIA, Thamirys de Sousa. Decisões financeiras X formação acadêmica: uma contribuição com base na educação financeira. In: Congresso UFC de Controladoria e Finanças e Iniciação Científica em Contabilidade, 5, 2014, Florianópolis/SC. **Anais...** Disponível em:<<http://dvl.ccn.ufsc.br/congresso/anais/5CCF/20140424020716.pdf>>. Acesso em: 03 de abr 2015.

GALVÃO, Ana Lúcia Coutinho, et al. **Programa de Responsabilidade Social de uma Empresa no Estado de São Paulo**: Orçamento familiar e Consumo. São Paulo: Universidade Federal de Viçosa, 2004. Disponível em: <<http://www.ufmg.br>>. Acesso 12 maio 2015.

GIL, A. C. Entrevista. In: **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <<https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gila-c-mc3a9todos-e-tc3a9nicas-de-pesquisa-social.pdf>>. Acesso em 20 mar 2016.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de Administração Financeira**. 10. ed. São Paulo: Pearson. 2010.

HENRIQUES, Sandra Cristina Martins; FONSECA, Raquel Matias da.; CARNEIRO, Maria João Aibéo. Aspectos da literacia financeira dos portugueses: um estudo empírico. Disponível em <<http://ria.ua.pt/handle/10773/3736>>. Acesso em Jan de 2016.

HSU-TONG, D.; LI-CHIU, C.; NAI-YUNG, T.; TSENG-CHUNG, T.; CHUN-LIN, C. Influence of financial literacy of teachers on financial education teaching in elementary schools. **International Journal of e-Education, e-Business, e-Management and e-Learning**, v. 3, n. 1, p. 68-73, February 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **Pesquisa nacional de amostra de Domicílios Contínua, 2014-2016**. Disponível em: <https://ftp.ibge.gov.br/trabalho_e_rendimentos/pesquisa_mensal_de_sempregofasci89culo_indicadores_ibge/2014/pme201412pubCompleta.pdf>. Acesso em: 17 set 2015.

JACOB, K.; HUDSON, S.; BUSH, M. **Tools for survival: analysis of financial literacy programs for lower-income families**. Chicago: Woodstock Institute, Jan. 2000. Disponível em: <http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos12/10216156.pdf>. Acesso em 20 de jan de 2016.

KERN, Denise Terezinha Brandão. Uma Reflexão Sobre a Importância De Inclusão De Educação Financeira Na Escola Pública, 2009. Disponível em:<<http://www.univates.br/bdu/bitstream/10737/87/1/DeniseKern.pdf>>. Acesso em 12 dez de 2016.

LAKATOS, Eva Maria.; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LIZOTE, S. A.; SIMAS, J.; LANA, J. Finanças Pessoais: um estudo envolvendo os alunos de Ciências Contábeis de uma instituição de Ensino Superior de Santa Catarina, Santa Catarina. In: IX Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. Rio de Janeiro, 2012. **Anais**. Disponível em: <<http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos12/10216156.pdf>>. Acesso em mai de 2015.

LIZOTE, Suzete Antonieta.; VERDINELLI, Miguel Angel. Educação Financeira: um estudo das associações entre o conhecimento sobre finanças pessoais e as características dos estudantes universitários do curso de ciências contábeis. In: XIV Congresso USP de Controladoria e Contabilidade. São Paulo, 2014. **Anais....** Disponível em: <<http://www.congressosp.fipecafi.org/web/artigos142014/442.pdf>>. Acesso em: 03 de abr 2015.

LUCENA, Wenner Glaucio Lopes.; MARINHO, Reinielle Alves de Lima. Competências Financeiras: uma análise das decisões financeiras dos discentes no tocante as finanças pessoais. In: XVI SEMEAD - Seminários em Administração, 2013, USP- São Paulo. **Anais...** Disponível em: <<http://sistema.semead.com.br/16semead/resultado/trabalhosPDF/696.pdf>>. Acesso em mar de 2014.

MEDEIROS, Flaviani Souto Bolzan.; LOPES, Taize de Andrade Machado. Finanças Pessoais: um estudo com alunos do curso de Ciências Contábeis de uma IES privada de Santa Maria – RS. **REEN - Revista Eletrônica de Estratégia e Negócios**, Florianópolis – SC, v. 7, n. 2, p. 221-251, 2014. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/EeN/index>>. Acesso em 29 de Ago de 2015.

NEGRI, Ana Lúcia Lemes. **Educação Financeira para o ensino médio da rede pública: Uma proposta inovadora**. Dissertação de Mestrado do Centro Universitário Salesiano de São Paulo – UNISAL, 2010.

NEU, D.; SILVA, L.; GOMEZ, E. O. Diffusing financial practices in Latin American higher education: understanding the intersection between global influence and the local contexto. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 21, n. 1, p. 49-77, 2008). Disponível em: <<https://www.deepdyve.com/.../diffusing-financial-pr.>>. Acesso em 15 de fev de 2016.

OLIPIO, Cláudio; MARLENI, Gráfi. Planejamento Financeiro: Fugindo das Dívidas. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde, Três Corações**, v. 11, n. 2, p. 183-191, ago./dez. 2013. Disponível em: <<https://www.revistas.unicor.br/index.php/revistaunincor/article/view/periodicoscapes.pdf>>. Acesso em: 25 de fev de 2016.

ORGANIZAÇÃO DE COOPERAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – OCDE. Assessoria de Comunicação Social. OECD’s Financial Education Project. OCDE, 2004. Disponível em: < <http://www.oecd.org.br>>. Acesso em: ago de 2015.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - OCDE. Improving Financial Education: Policy Brief, jul, 2006. Disponível em: <<http://www.ocde.org.br>>. Acesso em: jul de 2015.

PINHEIRO, Ricardo Pena. **Educação Financeira e Previdenciária, A Nova Fronteira dos Fundos de Pensão.** (Artigo contido no livro “Fundos de Pensão e Mercado de Capitais” lançado pelo Instituto San Tiago Dantas de Direito e Economia e Editora Peixoto Neto, em set/2008 na cidade de São Paulo-SP). Disponível em: http://www.mpas.gov.br/arquivos/office/3_090420-113416-244.pdf. Acesso em 21 de Abr de 2011.

ROSS, Stephen A.; WESTERFIELD, Randolph W.; JAFFE, Jeffrey F. **Administração Financeira.** São Paulo: Atlas, 2011.

SAITO, André Taue. **Uma contribuição ao desenvolvimento da educação em finanças pessoais no Brasil.** 2007. Dissertação (Mestrado em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo 2007. Acesso em: 04 de mar 2017.

SANTOS, A. H. **Planejamento pessoal: guia para alcançar suas metas.** Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

SCHIMITH, C. D, et al. **modelo de planejamento financeiro integrado ao planejamento estratégico pessoal.** Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2013. Acesso em 03 de mar de 2017.

SILVA, Cristiane Lopes.; SILVA, Tamyres Veridiana da.; GALVÃO, Ricardo. **FINANÇAS PESSOAIS: Análise do comportamento dos discentes das ciências sociais aplicadas e os demais de graduação da FAFICA a respeito da gestão financeira pessoal.** Caruaru-PE, 2013. Acesso em 6 de mar de 2017.

SPC BRASIL, 2016. Disponível em: <<https://www.spcbrasil.org.br/imprensa/indices-economicos>>. Acesso em 28 de fev de 2016.

VAHIDOV, R.; HE, X. Situat ed DSS for personal finance management: design and evaluation. **Information & Management**, v. 47, n. 2, p. 78-86, March 2010.

VIEIRA, Saulo Fabiano Amâncio.; BATAGLIA, Regiane Tardiolle Manfre.; SEREIA, Vanderlei José. Educação financeira e decisões de consumo, investimento e poupança: uma análise dos alunos de uma universidade pública do norte do Paraná - PR. **Revista de Administração da UNIMEP.** Piracicaba – SP, v.9, n.3, p. 61-86, 2011. Acesso em: 03 de abr de 2015.

VIEIRA, S.F.A. et al. Educação Financeira e decisões de Consumo, investimento e poupança: uma análise dos alunos de uma universidade pública do Paraná. In: SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO . 12, 2009, São Paulo. **Anais Eletrônicos....**São Paulo: FEA-USP, 2009. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/semead/12semead/resultado/trabalhoPDF/341.pdf>>. Acesso em: 20 de abr de 2015.